



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

LORENA INGRED MOREIRA PIO

**MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA E AUTONOMIA:  
UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS TRAJETÓRIAS DE VIDA  
DE TITULARES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

---

Londrina  
2022

LORENA INGRED MOREIRA PIO

**MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA E AUTONOMIA:  
UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS TRAJETÓRIAS DE VIDA  
DE TITULARES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Sociologia.

**Orientadora:** Profa. Dr<sup>a</sup>. Silvana Mariano

**Coorientador:** Prof. Dr. Márcio Ferreira de Souza

Londrina  
2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Pio, Lorena.

Mulheres chefes de família e autonomia: uma análise sociológica das trajetórias de vida de mulheres titulares do Programa Bolsa Família / Lorena Pio. - Londrina, 2022.  
123 f.

Orientador: Silvana Mariano.

Coorientador: Marcio Souza.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2022.

Inclui bibliografia.

1. Chefia Familiar Feminina - Tese. 2. Autonomia - Tese. 3. Pobreza - Tese. 4. Interseccionalidade - Tese. I. Mariano, Silvana. II. Souza, Marcio. III. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. IV. Título.

CDU 3

LORENA INGRED MOREIRA PIO

**MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA E AUTONOMIA:  
UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS TRAJETÓRIAS DE VIDA  
DE TITULARES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestra em Sociologia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Profa Dr<sup>a</sup>. Silvana Mariano  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Coorientador: Prof. Dr. Márcio Ferreira Souza  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Profa Dr<sup>a</sup>. Maria Nilza da Silva  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Profa Dr<sup>a</sup> Márcia dos Santos Macêdo.  
Departamento de Estudos de Gênero e  
Feminismo/UFB

Londrina, 28 de março de 2022

**Dedico esse trabalho em memória do meu Avô Paterno Jaci Pio, e ao meu irmão de coração, João Felipe.**

## AGRADECIMENTOS

A cada mulher que narrou sua trajetória, compartilhando suas tristezas e superações para enfrentar as desigualdades sociais vivenciadas por elas diariamente, mulheres que mesmo sem conhece-las pessoalmente, as admiro. Sem elas esta pesquisa não poderia ser realizada.

À CAPES, pela concessão da bolsa de estudos, que permitiu a realização desta pesquisa. À Universidade Estadual de Londrina, ao curso de Ciências Sociais e ao Programa de Pós-graduação em Sociologia PPGSOC/UEL e a todas/os professora/es que de alguma forma contribuíram para minha formação acadêmica e humana. À professora Carmen Fontes, que foi tão atenciosa, e se dispôs a me atender com urgência nas correções deste trabalho.

Especialmente agradeço minha orientadora Silvana Mariano e meu coorientador Márcio Ferreira de Souza, que me proporcionaram a oportunidade de realizar essa pesquisa. Serei sempre grata por toda confiança e dedicação que foi me dada até aqui. Agradeço também a todas/os minhas/meus colegas do Grupo de Pesquisa de Gênero, Corporalidades, Direitos Humanos e Políticas Públicas (GEPOP-UEL) por todo apoio na realização da pesquisa.

À Profa. Márcia Macêdo e à Profa. Maria Nilza, pela leitura cuidadosa e contribuições que foram feitas durante a banca de qualificação.

À Profa. Ângela, por todo apoio e conselhos que me deu durante esse período. Obrigada por me acolher de forma tão ímpar nos meus momentos mais difíceis.

À minha psicóloga, Michele Souza, por ser uma profissional excelente, cuidar da minha saúde mental, foi essencial para garantir o término desta pesquisa.

Aos meus pais, François e Evaldo, ao meu irmão, Evandro e à minha avó, Francisca, que desde o início da minha trajetória acadêmica, mesmo com todas as dificuldades, nunca deixaram de investir na minha educação. Agradeço-os/as por todo incentivo e palavras de apoio e carinho e, principalmente, por acreditarem em mim.

Gostaria de agradecer imensamente às minhas melhores amigas, Mariana Mazzi, Andressa Sformi, Taís Luane, Ana Flavia Conrado e Bianca Palma. Obrigada por sempre

escutarem meus desabafos durante a madrugada permeadas por angústias e desespero, obrigada por me trazerem a calma e, principalmente, por me lembrarem o quanto eu sou capaz.

Às amigas e aos amigos que fiz durante a graduação e pós-graduação que, mesmo com as adversidades da pandemia, se mantiveram presentes em minha vida. Em especial, agradeço o meu amigo Lucas Silva, e as minhas amigas: Beatriz Molari e Ana Flavia Conrado, por toda reciprocidade de carinho, cuidado e de amizade verdadeira durante esse período.

Aos meus amigos, Guilherme Seij e Jorge Moraes; o apoio dado por vocês durante a reta final deste trabalho foi essencial para tornar esse momento mais leve e divertido.

Agradeço a Deus. Ter fé me fez acreditar que os dias seriam melhores.

De forma geral, agradeço a todas as amigas e aos amigos que, mesmo não mencionados, estiveram ao meu lado me incentivando e contribuindo de alguma maneira para a realização desta dissertação. **MUITO OBRIGADA!**

PIO, Lorena. **Mulheres chefes de família e autonomia:** uma análise sociológica das trajetórias de vida de titulares do Programa Bolsa Família. 2022. 122 f. Dissertação (Sociologia) - Universidade Estadual de Londrina – UEL, 2022.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar como as mulheres chefes de família, em particular mulheres negras beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), assumem o exercício de agência de autonomia e de liberdade frente aos controles de dominação masculina. Além disso, descreve os processos que motivaram essas mulheres a se tornarem chefes de família com ou sem companheiro e identifica nas experiências individuais o exercício de agência de autonomia e de liberdade. Para isso, foram analisadas quatro entrevistas extraídas dos dados coletados pelo projeto de pesquisa “Gênero e interseccionalidade na questão do desenvolvimento: os desafios do Programa Bolsa Família para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza”. Ainda, as categorias classe, gênero e raça, foram abordadas, bem como a temática da chefia familiar feminina, autonomia e os obstáculos para a agência dessas mulheres chefes de família, a definição sociológica de pobreza e a sua relação com a chefia familiar. Através do presente estudo, observou-se que diversas são as razões que levam mulheres a assumir a chefia familiar, entre elas a violência doméstica, a separação do companheiro e as opressões interseccionais entre gênero, classe e raça.

**Palavras-chave:** chefia familiar feminina; autonomia; pobreza; interseccionalidade.

PIO, Lorena. **Women heads of families and autonomy:** a sociological analysis of the life trajectories of holders of the Bolsa Família Program. 2022. 122 p. Dissertation (Sociology) - State University of Londrina - UEL, 2022.

### **ABSTRACT**

The present work aims to investigate how women heads of families, in particular black women beneficiaries of the Bolsa Família Program (PBF), assume the exercise of autonomy and freedom agency in the face of male domination controls. In addition, it describes the processes that motivated these women to become heads of families with or without a partner and identifies in individual experiences the exercise of autonomy and freedom agency. For this, four interviews were analyzed, extracted from data collected by the research project “Gender and intersectionality in the issue of development: the challenges of the Bolsa Família Program to break the intergenerational cycle of poverty”. Still, the categories of class, gender and race were addressed, as well as the theme of female family headship, autonomy and obstacles to the agency of these women heads of household, the sociological definition of poverty and its relationship with family headship. Through the present study, it was observed that there are several reasons that lead women to assume the headship of the family, including domestic violence, separation from a partner and intersectional oppressions between gender, class and race

**Keywords:** female family headship; autonomy; poverty; intersectionality.

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 01</b> - Rendimento mensal real domiciliar per capita segundo o IBGE, por Capitais referentes ao banco de dados primários – 2018.....	63
<b>TABELA 02</b> – Rendimento familiar referentes às 5 capitais do Brasil, segundo o banco de dados primários .....	64
<b>TABELA 03</b> – Tipos de chefia familiar feminina presentes no centro urbano de Salvador (BA).....	65
<b>TABELA 04</b> – Cor/raça das mulheres chefes de família residentes no centro urbano de Salvador (BA).....	66

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 01</b> – Objetivos específicos, categoria e URs da grelha de análise vertical .....	71
<b>QUADRO 02</b> – Características resumidas das mulheres chefes de família e titulares do PBF.....	73
<b>QUADRO 03</b> – 1ª Grelha de análise vertical: Elza.....	75
<b>QUADRO 3.1</b> – 2ª Grelha de análise vertical: Elza.....	79
<b>QUADRO 04</b> – 1ª Grelha de análise vertical: Rosa.....	84
<b>QUADRO 4.1</b> – 2ª Grelha de análise Vertical: Rosa.....	86
<b>QUADRO 05</b> – 1ª Grelha de análise vertical: Fátima.....	91
<b>QUADRO 5.1</b> – 2ª Grelha de análise vertical: Fátima.....	95
<b>QUADRO 06</b> – 1ª Grelha de análise vertical: Priscila.....	97
<b>QUADRO 6.1</b> – 2ª Grelha de análise vertical: Priscila.....	102

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BA	Bahia
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
DF	Distrito Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MG	Minas Gerais
PA	Pará
PBF	Programa Bolsa Família
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PTC	Programa de Transferência de Renda Condicionada
RS	Rio Grande do Sul
SP	São Paulo
U.C.	Unidade de Contexto
U.R.	Unidade de Registro
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFBA	Universidade Federal da Bahia

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1 DEFININDO CATEGORIA E COMPREENDENDO INTERSECCIONALIDADE COMO CATEGORIA ANALÍTICA</b> .....	18
<b>2 CHEFIA FAMILIAR FEMININA: EXPLORANDO A TEMÁTICA</b> .....	25
2.1 BREVE ANÁLISE DAS DISTRIBUIÇÕES DE RESPONSABILIDADES ENTRE GÊNEROS NA FAMÍLIA.....	25
2.2 CHEFIA FAMILIAR FEMININA: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS NO BRASIL.....	35
2.3 AUTONOMIA, MULHERES POBRES E CHEFES DE FAMÍLIA .....	43
2.4 FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES E POBREZA .....	46
<b>3 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS</b> .....	58
3.1 A ESCOLHA DA METODOLOGIA.....	58
3.2 UTILIZANDO A METODOLOGIA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO .....	67
<b>4 CHEFIA FAMILIAR FEMININA E AUTONOMIA</b> .....	72
4.1 AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA. ....	72
4.2.1 Elza .....	75
4.2.2 Rosa .....	84
4.2.3 Fátima .....	91
4.2.4 Priscila .....	92
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	105
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	108
<b>ANEXO A</b> .....	117
<b>ANEXO B</b> .....	121

## INTRODUÇÃO

Meu interesse por estudar questões de gênero surgiu ainda na graduação. Meu primeiro ano no curso de Ciências Sociais de descobertas e, sim, foi na universidade que eu descobri o feminismo e foi lá que eu me descobri feminista. No entanto, apenas no terceiro ano de graduação surgiu a oportunidade de fazer uma disciplina optativa sobre teorias feministas, sendo a professora Silvana Mariano, que hoje é minha orientadora, a docente responsável por ministrar as aulas. E foi por meio dessa disciplina optativa que meu interesse em fazer pesquisas que envolvessem teorias feministas e questões de gênero foi despertado.

A disciplina de teorias feministas, então, proporcionou-me o despertar como pesquisadora. Trazer visibilidade para luta das mulheres que, diariamente, são invisibilizadas e oprimidas por uma sociedade patriarcal estruturada por uma cultura envolvida completamente no machismo era — e ainda é — muito instigante para mim. Obviamente, como mulher e branca, reconheço meus privilégios e não posso deixar de dar ênfase para as mulheres negras posicionadas no último nível de opressão, que enfrentam diariamente o jogo duplo de opressões que envolvem o sexismo e o racismo.

Com vontade de me envolver mais nessas questões, ingressei no Grupo de Pesquisa de Gênero, Corporalidades, Direitos Humanos e Políticas Públicas (GEPOP-UEL), coordenado também pela professora Silvana Mariano que, poucos meses depois, convidou-me para ser aluna de Iniciação Científica, dando-me a oportunidade de iniciar à minha trajetória como pesquisadora. Assim, durante a minha trajetória de dois anos como aluna de iniciação científica, desenvolvi dois relatórios que buscavam dar visibilidade e problematizar os desafios enfrentados pelas mulheres chefes de família, utilizando bancos de dados diferentes. A partir das minhas experiências e descobertas durante o desenvolvimento das duas pesquisas, as quais me proporcionaram conhecer as dificuldades e os desafios de tais indivíduos, vi o mestrado como uma oportunidade de desenvolver uma pesquisa que envolvesse o poder de autonomia dessas mulheres, pobres, negras e chefes de família.

Estudar a autonomia da mulher é um dos objetivos da luta feminista, sendo esse um tema que envolve, principalmente, a independência e a cidadania da mulher (SANTOS, 2008). Assim, como ressalta Flavia Biroli (2016), a autonomia está ligada diretamente com exercer seu poder de preferência de escolhas, que definem e redefinem a trajetória de vida dos

indivíduos, expresso no direito de serem sujeitos de suas próprias vidas. No entanto, essa construção de preferências de escolhas é tomada baseada em condições econômicas, sociais e culturais nas quais o indivíduo está estruturalmente inserido (NUSSBAUM, 2010) e que, ao mesmo tempo, podem privilegiar e oprimir os indivíduos. Nesse sentido, os indivíduos em situações mais vulneráveis na sociedade acabam por ter suas preferências de escolhas ainda mais pré-definidas, visto que elas dependem das vantagens e desvantagens sociais em que estão inseridos para que sejam tomadas.

Assim, nesta dissertação, chamo atenção para os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2015, descritos por Cavenaghi e Alves (2018), que indicam que a família monoparental chefiada por mulheres é o arranjo familiar com o percentual mais baixo de rendimento. Cerca de 43% têm o rendimento de até um salário mínimo. Entre as famílias chefiadas por mulheres com presença de companheiro, 49% delas têm o rendimento de até um salário mínimo. E são as mulheres negras que representam 55% da chefia familiar feminina. Portanto, as mulheres negras e chefes de família são as que mais se encontram em situação de pobreza ou de extrema pobreza, por conseguinte, suas preferências são ainda mais pré-produzidas do que dos homens negros, das mulheres brancas, e mais ainda que dos homens brancos.

Apesar da relação com a pobreza, cabe ressaltar que esse não é um fator para definir as famílias chefiadas por mulheres. Esse fenômeno perpassa diversas dimensões, como as de raça/etnia, gênero, classe e idade/geração (MENDES, 2002). Dessa maneira, em minha dissertação, os conceitos de pobreza e/ou extrema pobreza serão explorados no segundo capítulo, na seção Famílias Chefiadas por Mulheres e a Relação com a Pobreza, a partir da perspectiva das capacidades, que é proposta Amartya Sen (2001), a qual analisa a pobreza e a extrema pobreza para além da questão de renda, levando em consideração as deficiências de capacidades que são produzidas e reproduzidas estruturalmente, carregadas por marcadores sociais, como gênero, classe e raça, que levam as mulheres chefes de família a estarem em condições de pobreza ou extrema pobreza, e influenciam na forma que elas exercitam a agência de autonomia.

Nesse sentido, o objeto dessa pesquisa são os processos e os motivos pelos quais as mulheres negras em situação de pobreza, residentes do centro urbano de Salvador (BA), constituem grupos domésticos sob suas responsabilidades, dando forma à chefia familiar feminina.

Para tanto, as problemáticas sociológicas desta dissertação, consistem na seguinte questão: quais são os processos e as motivações que configuram a trajetória familiar das mulheres chefes de família em áreas urbanas periféricas de Salvador (BA) e como essas experiências interferem no grau de autonomia e de liberdade femininas, consideradas as interseções entre gênero, classe e raça?

Para consecução da pesquisa, adotei as seguintes hipóteses: as mulheres chefes de família residentes em áreas urbanas periféricas de Salvador (BA), com ou sem companheiro, assumem comumente a chefia familiar feminina em decorrência de um jogo duplo de discriminações e desigualdades de gênero e de raça, atravessado pela classe social. Essa chefia se configura em determinados momentos da trajetória familiar dessas mulheres; que formam um primeiro núcleo familiar com companheiro e depois escolhem formar arranjo sem companheiro. A ocorrência da violência doméstica contra a mulher é um dos principais fatores incidentes na decisão da mulher pela dissolução da união e o temor de violência contra ela e seus filhos é uma das principais razões para a decisão de não contrair nova união. Já as mulheres chefes de família com presença de companheiro, que também passaram pela experiência de dissolução de um primeiro relacionamento, buscariam em seus atuais relacionamentos, companheiros que respeitem não somente elas, mas também suas/seus filhas/os. Consequentemente, essas mulheres chefes de família geralmente irão interpretar sua situação social como uma expressão de maior liberdade e autonomia, frente aos controles e formas de dominação masculina presentes nas uniões que vivenciaram.

Meu objetivo principal, portanto, é compreender os processos pelos quais essas mulheres residentes em áreas urbanas periféricas de Salvador (BA) constroem grupos domésticos sob a chefia familiar feminina e como, nesses contextos, elas agenciam restrições e possibilidades para autonomia e liberdade femininas, seguido de dois objetivos específicos: (1) descrever os processos que motivaram essas mulheres a se tornarem chefes de família com ou sem companheiro, e, (2) identificar nessas experiências individuais o exercício de agência de autonomia e de liberdade.

Meu entendimento é que, ao olhar para as trajetórias de vida dessas mulheres, que resultam não somente de experiências objetivas, mas também de experiências em que elas expressam seus afetos e emoções, é primordial entender como se configurou a chefia familiar feminina em suas vidas e como se dão as dinâmicas de autonomia frente aos controles de dominação masculina. E mais ainda, assim como enfatizado por Cassia Carloto e Silvana

Mariano (2013), investigar o público atendido pelo Programa Bolsa Família proporcionou-me a oportunidade de identificar as diferenças existentes entre os pobres, evitando, assim, visões homogeneizadoras sobre a pobreza. Assim, olhando para além de uma chefia vitimizada pela feminização da pobreza, ao observar suas experiências individuais, poderei descobrir relatos de superação e de estratégias para vivenciar esse fenômeno da chefia familiar feminina e ainda identificar as formas de agenciamento de autonomia dessas mulheres de se autodeterminarem como sujeitos de suas vidas. Isso me dará a dimensão de como essa chefia familiar feminina faz parte de um processo com dimensões multifacetadas e multideterminadas.

Para testar minhas hipóteses e atingir meus objetivos, em um primeiro momento apresentei a importância da análise interseccional sobre as categorias classe, gênero e raça. Após feito isso, construí uma breve revisão bibliográfica sobre a temática da chefia familiar feminina, que resultou no primeiro capítulo. Neste capítulo intitulado de “Chefia familiar feminina: explorando a temática”, chamei atenção para as questões de gênero presentes nas dinâmicas familiares e busquei identificar as definições de “chefia familiar” que já foram e são utilizadas pelo censo demográfico do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e identifiquei quem são as mulheres chefes de família no Brasil entre os anos de 2000 e 2015. Em seguida, defini autonomia e os obstáculos para a agência das mulheres chefes de família e, por último, defini sociologicamente a pobreza e problematizei a sua relação com a chefia familiar.

A pesquisa também contou com o material empírico qualitativo que faz parte dos dados primários coletados pelo projeto de pesquisa “Gênero e interseccionalidade na questão do desenvolvimento: os desafios do Programa Bolsa Família para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza”, coordenado pela Profa. Dra. Silvana Mariano. Os materiais qualitativos utilizados aqui consistem em quatro entrevistas narrativas feitas com mulheres chefes de famílias (com ou sem companheiro) e titulares do Programa Bolsa Família, residentes em áreas urbanas periféricas de Salvador (BA). A partir da base de dados primários, construí meu aporte metodológico, e, através do método de Análise de Conteúdo, proposto por Bardin (1977), organizei os dados para a análise e inferência das entrevistas.

Por fim, no Capítulo 3, dediquei-me às análises das quatro entrevistas, buscando encontrar, nas trajetórias de vida das respondentes, os processos e os motivos que as levaram a se tornar chefe de família. O objetivo foi identificar, em suas experiências individuais, de que modo agenciam a autonomia.

# 1 DEFININDO CATEGORIAS E COMPREENDENDO INTERSECCIONALIDADE COMO FERRAMENTA ANALÍTICA

A presente dissertação pretende compreender de que maneira as categorias classe, raça e gênero interseccionam-se na trajetória das mulheres chefes de família aqui investigadas. Para tanto, há necessidade de conceituar essas categorias, bem como compreender de que maneira elas se conectam na vida dessas mulheres, que são, em geral, negras e pobres.

De início, faz-se importante conceituar a categoria de classe, visto que vivemos em uma sociedade capitalista. Compreender o que é classe importa para as relações do sujeito com os modos de produção, que resultam em práticas sociais exercidas pelos sujeitos e estruturadas na sociedade. Segundo Nicos Poulantzas (1974, p.13), para o marxismo, classes sociais seriam, nesse sentido, "conjuntos de agentes sociais determinados principalmente, mas não exclusivamente, por seu lugar no processo de produção, isto é, na esfera econômica". Quando o autor frisa que não é apenas o critério econômico que determina a classe social, é porque as relações políticas e ideológicas detêm, igualmente, a mesma influência para determinar as classes sociais em que os indivíduos estarão inseridos, independentemente de sua vontade. As classes sociais, portanto, são determinadas pelo conjunto de práticas sociais econômicas e ideológicas estruturadas pela sociedade, e são exercidas pelas/os agentes através da luta de classes (POULANTZAS, 1974).

Ainda, para o marxismo, as classes são determinadas pela divisão social do trabalho. Poulantzas (1974, p.14) afirma serem as relações de produção que determinam as estruturas, ou seja, "relações de produção de lugares de dominação-subordinação e ideológica". Assim, pela definição de classe através dos modos de produção capitalista, temos duas classes sociais — a burguesia e o proletariado, ou seja, os que dominam e exploram os meios de produção e os que vendem as suas forças produtivas. O papel dominante da burguesia sobre os meios de produção, por conseguinte, sobre o proletariado, é o reflexo do poder que a burguesia detém sobre as relações políticas e ideológicas, que permite que os seus interesses estruturam as relações de classe (POULANTZAS, 1974). Conforme, Poulantzas (1974, p.22):

É deste papel dominante das relações de produção sobre as forças produtivas e o processo de trabalho que decorre o papel constitutivo das relações políticas e das relações ideológicas na determinação estrutural das classes sociais. As relações de produção e aquelas que as compõem (propriedade econômica/posse) traduzem-se sob a forma de poderes daí decorrentes, em sumas, pelos poderes de classe: como tais, esses poderes estão constitutivamente ligados às relações políticas e ideológicas que os consagram e os legitimam. Essas relações não se sobrepõem simplesmente às

relações de produção "já existentes", mas estão presentes, sob forma específica em cada modo de produção, na constituição das relações de produção. O processo de produção e exploração é, ao mesmo tempo, processo de reprodução das relações de dominação/subordinação políticas e ideológicas.

Cabe ressaltar, em uma sociedade concreta, onde há vários modos e formas de produção, não há como definir toda a sociedade em apenas duas classes sociais, isto é, o proletariado e a burguesia, no entanto, as duas são fundamentais para todas as formações sociais, dado que essa relação entre “classe exploradora, política e ideologicamente dominante, e a classe explorada, política e ideologicamente dominada” (POULANTZAS, 19974, p. 24), irá resultar em desigualdades que recaem, de maneira específica, diferenciada e concentrada sobre certos indivíduos, ou seja, “as relações de classes não estudam apenas indivíduos e classes sociais, mas também valores e comportamentos dos atores sociais” (COSTA et al., 2000 *apud.* MACÊDO, 2008). Sendo assim, para compreender esse processo de hierarquização, é fundamental levar em consideração não só a questão de classe, mas também compreender de que maneira as relações de classe interseccionam-se com as relações de raça e de gênero (MACÊDO, 2008).

O conceito de raça, segundo Silva e Soares (2011), tem sua origem baseada na fundamentação biológica, como se houvessem raças humanas, ou seja, como se a espécie humana pudesse ser dividida em subespécies, classificadas a partir de valores morais, psíquicos, intelectuais e físicos, e, por fim, diferenciadas entre raça inferior e superior (SILVA e SOARES, 2011). Foi a partir de tal ideia que se originou o racismo científico e, conforme enfatiza Antonio Guimarães (2003, p.96), “foi ela que hierarquizou as sociedades e populações humanas e fundamentou um certo racismo doutrinário”. Ainda segundo o autor, essa ideia de superioridade e inferioridade racial deu origem e alimentou políticas insanas que causaram irreparáveis tragédias, como é o caso do holocausto.

Somente após a Segunda Guerra Mundial, biólogos/os, sociólogos/os e antropólogos/os mobilizaram-se para decretar o fim da ideia de raça, pois, assim como ressaltado por Guimarães (2003), a raça não é, e não deveria ter sido, um conceito que pudesse determinar uma realidade natural; o conceito de raça foi construído baseado em uma forma de classificação social, que atribui mais poder e privilégios a certos grupos sociais, enquanto outros são vistos de maneira negativa e, muitas vezes subordinados pelo grupo que detém mais poder.

Portanto, segundo o autor, a palavra “raça” possui dois sentidos analíticos, um dado pela biologia genética e outro pela sociologia (GUIMARÃES, 2003). O conceito oferecido pela Sociologia explica e define raça através da articulação de fatores históricos e sociais (GUIMARÃES, 2003), assim como bem enfatizado por Durkheim (1970 *apud*. GUIMARÃES, 2003, p.95), “um fato social só pode ser explicado por outro fato social”, ou seja, a raça como fato social só poderá ser explicada por outros fatos sociais. O conceito raça, portanto, só pode ser analisado a partir da dimensão cultural, material e simbólica, sendo ela construída historicamente e reproduzida/ampliada pela sociedade.

O Brasil teve a escravidão presente durante todo o seu processo de formação, mas não uma escravidão universal, e sim de indivíduos negros que eram trazidos do continente africano em navios negreiros; por isso, até o início do século XX, a raça era uma categoria de posição social, ou seja, toda pessoa negra tinha sua posição social determinada pela escravidão de tal modo que as relações sociais e os seus status eram definidos pela cor (GUIMARÃES, 2003). Posto isso, a cor, como afirma Guimarães (2003, p.103), também será determinada pela ideia de raça, “pois quando se classificam as pessoas como negros, mulatos ou pardos é a ideia de raça que orienta essa forma de classificação”. Ainda, segundo Carlos Hasenbalg (2005, p. 103-104),

No quadro da teoria colonial das relações raciais, o privilégio racial do branco distingue a opressão racial da exploração de classe e cria os nexos nacionais para as práticas racistas. A presença de privilégio indica que através de processos econômicos, culturais, políticos e psicológicos os brancos puderam progredir às custas e por causa da presença de negros. Em suma, o conceito de privilégio racial sugere que, além da exploração econômica, o grupo dominante branco extrai uma certa "mais-valia" psicológica, cultural e ideológica do colonizado.

Observa-se, desse modo, que o racismo está estruturado na construção social baseada na ideia de raça. Segundo Grada Kilomba (2019), o racismo detém três características definidoras: primeiro, a construção de/da diferença, que se é formulada sobre bases e valores hierárquicos, onde ambos estão estruturados nas relações de poder históricas; em segundo lugar, elas estão ligadas por valores ideológicos, que são acompanhados, em terceiro lugar, por poderes políticos, econômicos e, finalmente, sociais, das/dos brancas/os sobre as pessoas de negras. Ainda, segundo a autora, o racismo é reflexo da supremacia branca, ou seja, “outros grupos raciais não podem ser racistas e nem performar o racismo, pois não possuem esse poder” (KILOMBA, 2019, p.76).

Quando as questões e problemáticas causadas pelo racismo são discutidas na esfera pública, conforme ressalta Kilomba (2019), elas são negligenciadas, visto que o racismo só é

posto em discussão quando as experiências de pessoas brancas estão em risco. Grada Kilomba (2019, p.73), como mulher negra, frisa expressamente que "não são nossas palavras e nem nossas vozes subjetivas impressas nas revistas, mas sim o que representamos fantasmagoricamente para a nação branca e seus verdadeiros nacionais". O racismo, então, funciona como uma justificativa para opressão dos brancos sobre os outros grupos raciais, que reflete a exclusão e a negação de direitos dos mesmos na sociedade.

Ainda, sobre raça, conforme afirma Kilomba (2019), quando as opressões vivenciadas por pessoas negras são investigadas, a questão racial é vista como o único fator importante, ao passo que as experiências vivenciadas por mulheres negras acabam por ser, historicamente, invisibilizadas. Logo, neste trabalho, em que as protagonistas são mulheres negras, pobres e chefes de família, o racismo genderizado deve ser enfatizado, o qual, como bem definido por Grada Kilomba (2019, p.99), refere-se à "opressão racial sofrida por mulheres negras como estruturadas por percepções racistas de papéis de gênero", ou seja, é a conexão entre raça, gênero e racismo. O racismo genderizado surgiu, então, para explicar que as experiências vivenciadas por mulheres negras estão atravessadas e constituídas, simultaneamente, por opressões de raça e de gênero.

A par disso é que eu, como mulher e feminista, não posso deixar de evidenciar a importância da categoria gênero para compreender as relações sociais organizadas historicamente a partir das diferenças sexuais. Como destacado por Joan Scott (1995), o termo gênero surgiu para dar visibilidade aos papéis sexuais atribuídos socialmente para os homens e para as mulheres, enfatizando que os sistemas de relações sociais não são determinados pelo sexo biológico, nem pela sexualidade.

Segundo, Firestone (1979), as definições e distinções entre homens e mulheres atravessadas pelo determinismo biológico, aparecem quando estão ligadas a outras instituições sociais — igrejas, família, escola, etc., que, ainda, produzem e reproduzem práticas sociais de oposições binárias, que colocam os homens e mulheres em oposições fixas (SCOTT, 1995). Logo, homens e mulheres são criados de formas diferentes, e não são igualmente privilegiados (FIRESTONE, 1979), visto que, historicamente, mulheres, aparecem em uma condição social menos valorativa que as dos homens, heterossexuais e brancos (BEAUVOIR, 2000).

A categoria gênero, então, é fundamental para oferecer significados às relações de poder existentes entre homens e mulheres. Em uma crítica às teorias políticas, Scott (1995)

ênfatiza a necessidade de as mesmas reinventarem as suas teorias, revendo hipóteses e deixando de lado as explicações universais de fatos históricos, deslocando-se para respostas mais significativas e historicizadas, tratando do sujeito individual e do coletivo e, mais precisamente, incluindo e apresentando as experiências das mulheres em toda a história.

Portanto, como bem frisado por Scott (1995), é a partir da exploração das categorias raça/etnia, classe e gênero, que se pode oferecer novas perspectivas sobre questões históricas e contemporâneas, tornando as mulheres mais visíveis como participantes ativas da história. O problema de se utilizar apenas metodologias que detêm uma epistemologia europeia ocidental e estadunidense é que, muitas vezes, acaba-se por universalizar o modo como as opressões acontecem (AKOTIRENE, 2019).

Maria Lugones (2008) demonstra que as opressões, nessas epistemologias, são categorizadas de maneiras dicotômicas: masculino/feminino, branco/negro, burguês/proletário, escondendo a relação de intersecção existente entre elas, apagando as vivências de mulheres negras e homens negros. Essas análises ainda estariam baseadas em um padrão de mulher construído a partir das mulheres burguesas, brancas e heterossexuais e em um padrão de homem construído a partir de homens burgueses, brancos e heterossexuais. A autora ainda ressalta que, quando é feito o cruzamento entre as categorias mulher e negro, ainda é possível encontrar no imaginário social e nas ciências sociais uma generalização de realidades, em que toda mulher é branca e todo negro é homem. Em consequência disso, a mulher negra não é identificada nem na categoria mulher, nem na categoria negra. É somente através da perspectiva da interseccionalidade que será possível enxergar quem é a mulher negra.

Essa invisibilidade interseccional que acontece com as mulheres negras surge de dois problemas: 1- superinclusão e 2- subinclusão (CRENSHAW, 2002). A superinclusão se dá quando um argumento, uma perspectiva ou uma teoria pretende solucionar um problema imposto de maneira específica a um subgrupo de mulheres, passando a ser visto como apenas um problema de mulher, como um problema apenas de gênero (CRENSHAW, 2002). Ou seja, o problema, que, de certo modo, era interseccional, acaba sendo assimilado apenas pela estrutura de gênero, o que acaba invisibilizando as outras formas de opressão que estão dentro desses problemas. A superinclusão soma todos os problemas e universaliza a opressão e as questões de raça/etnia e gênero, sem que passem por uma análise realmente efetiva. Portanto, “os esforços no sentido de remediar a condição ou abuso em questão tendem a ser tão

anêmicos quanto é a compreensão na qual se apoia a intervenção” (CRENSHAW, 2002, p. 175).

Já a subinclusão ocorre quando a análise de gênero pode ser subinclusiva, quando o subconjunto de mulheres subordinadas enfrenta um problema, em parte por serem mulheres, mas não só por questões relacionadas ao gênero. Outro exemplo apresentando por Crenshaw (2002) é a distinção de gênero entre homens e mulheres do mesmo grupo racial. No caso do grupo étnico racial da mulher negra, caracteriza-se a subinclusão, quando só se inclui a diferença de gênero, não a questão raça e isso acaba tornando invisíveis as subordinações que as mulheres negras têm no mesmo grupo étnico racial. Em suma, as abordagens subinclusivas tornam as diferenças invisíveis, e nas superinclusivas, a própria diferença já é invisível.

Em torno desses problemas de análise das categorias, a interseccionalidade é uma ferramenta analítica essencial para estudar problemas de justiça social que se sobrepõem, como é o caso de quatro mulheres entrevistadas em nossa pesquisa, que enfrentam pelo menos três problemas de justiça social: gênero, classe e raça/etnia. Essas opressões, quando se juntam, criam desafios que são únicos, e a interseccionalidade a partir do feminismo negro nos dá a possibilidade de ter maior consciência sobre a forma com que essas mulheres negras vivenciam suas vidas. A análise a partir da interseccionalidade aponta que os eixos de poderes raça/etnia, classe, gênero, sexualidade, ao contrário do que se imagina, não são distintos. Eles se entrecruzam e se sobrepõem como uma “avenida identitária”, em que as opressões se cruzam como um sistema interligado e as mulheres negras se encontram no centro dele, enfrentando simultaneamente as opressões (CRENSHAW, 2002).

Quanto a isso, Carla Akotirene (2019, p.19) aponta:

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.

A interseccionalidade como ferramenta analítica foi apresentada por Kimberlé Crenshaw em 1989, mas foi em 2001, em Durban, na África do Sul, após a participação de Crenshaw em um Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, que a interseccionalidade passou a conquistar popularidade na academia (AKOTIRENE, 2019). A metodologia de interseccionalidade, desde sua raiz, é construída pelo pensamento feminista negro. Portanto, como Patricia Hill Collins (2016)

ressalta, o feminismo negro é construído por mulheres negras, como bell hooks, Angela Davis, Sueli Carneiro, Kimberlé Crenshaw, entre outras pensadoras, ou seja, são vivências negras de e para mulheres negras. Sendo assim, Patricia Hill Collins (20016, p. 101-102) apresenta três premissas que fundamentam a interseccionalidade:

Primeiro, a definição sugere que é impossível separar estrutura e conteúdo temático de pensamento das condições materiais e históricas que moldam as vidas de suas produtoras (Berger & Luckmann, 1996; Mannheim, 1954). Dessa forma, enquanto o pensamento feminista negro pode ser registrado por outras pessoas, ele é produzido por mulheres negras. Em segundo lugar, a definição assume que mulheres negras defendem um ponto de vista ou uma perspectiva singular sobre suas experiências e que existirão certos elementos nestas perspectivas que serão compartilhados pelas mulheres negras como grupo. Em terceiro lugar, embora o fato de se viver a vida como mulher negra possa produzir certas visões compartilhadas, a variedade de classe, região, idade e orientação sexual que moldam as vidas individuais de mulheres negras tem resultado em diferentes expressões desses temas comuns. Portanto, temas universais que são incluídos nos pontos de vista de mulheres negras podem ser experimentados e expressos de forma distinta por grupos diferentes de mulheres afro-americanas. Por último, a definição pressupõe que, embora o ponto de vista de mulheres negras exista, seus contornos podem ainda não se dar de forma clara para as próprias mulheres negras. Logo, um papel para mulheres negras intelectuais é o de produção de fatos e de teorias sobre a experiência de mulheres negras que vão elucidar o ponto de vista de mulheres negras para mulheres negras. Em outras palavras, o pensamento feminista negro contém observações e interpretações sobre a condição feminina afro-americana que descreve e explica diferentes expressões de temas comuns.

A interseccionalidade, junto ao pensamento feminista negro, contém observações e interpretações sobre como é a condição de ser uma mulher negra, descrevendo e explicando vivências diferentes de temas comuns que são frequentemente considerados opressões universais. “A interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões” (AKOTIRENE, 2019, p. 47).

Posto isso, observa-se que os estudos sobre mulheres chefes de família considerem o gênero, a raça e a classe em que essas mulheres estão estruturalmente inseridas. Há também que se olhar para a vivência de cada chefia feminina, tendo em vista que essas famílias são heterogêneas e que será a partir dessas diferenças que poderemos pensar em reivindicações que alcancem o direito de todas essas mulheres de se tornar verdadeiramente cidadãs (LAVINAS, 1996).

## 2 CHEFIA FAMILIAR FEMININA: EXPLORANDO A TEMÁTICA

O meu objetivo neste capítulo foi apresentar o que é o fenômeno das famílias chefiadas por mulheres. Como ponto de partida, na primeira seção, expus as discussões em torno da família e seus significados, desvendando as dinâmicas familiares e a maneira como elas são organizadas, apresentando como as questões de gênero estão presentes nas relações familiares. Em seguida, busquei identificar as definições de chefia familiar utilizadas em outras pesquisas e, nos censos demográficos, as críticas feitas em relação ao termo chefia e como isso influenciou as mudanças nos termos adotados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Apresentei, também, o crescimento das famílias chefiadas por mulheres entre 2000 e 2015 e busquei identificar quem são as mulheres chefes de família no Brasil. No terceiro momento deste capítulo, discuti brevemente o significado de autonomia e os direcionei para a chefia familiar feminina; logo em seguida, busquei conceituar sociologicamente pobreza, tendo como referência a abordagem de capacidades de Amartya Sen (2011) e, finalmente, apontei as tendências e as relações da chefia familiar feminina com a pobreza.

### 2.1 BREVE ANÁLISE DAS DISTRIBUIÇÕES DE RESPONSABILIDADES ENTRE GÊNERO NA FAMÍLIA

Muitas/os antropólogas/os e sociólogas/os têm buscado identificar maneiras que caracterizam a família para além da unidade de convivência. Para determinadas/os antropólogas/os, seguindo as reflexões de Malinowski (1913 *apud*. SARACENO e NALDINI, 1997), o entendimento universal de família derivava da relação de cuidados e educação das crianças. Considerável parte das/os sociólogas/os, seguindo essa combinação feita pela antropologia entre família e cuidado, tem investigado quais são as responsabilidades da família, em relação não só ao cuidado e à educação, mas também à regulamentação da sexualidade, e de que maneira são organizados a provisão econômica e os trabalhos domésticos entre os sexos.

Família, então, não é apenas um lugar simbólico ou uma unidade de convivência, mas é também o resultado de um processo histórico de construções sociais que estará em condição de infinitas e incessantes transformações, possuindo diversos significados carregados de subjetividades que podem ser interpretados e vivenciados de maneiras diferentes (OLIVEIRA,

2009). Chiara Saraceno e Manuela Naldini (1997) apontam a multiplicidade de experiências e de relações sociais que resultam em uma variedade de discursos que definem a família, entre eles estão os religiosos, morais, legais, culturais, tradicionais e os das políticas sociais. Portanto, não há como falar ou definir com concretude o que seria família, mas podemos discutir as relações familiares já existentes, compreender como suas transformações ocorreram e problematizar a sua organização, sem nos prendermos a um modelo idealizado de família.

Se considerarmos os estudos de Gilberto Freyre, que relatou a história da sociedade brasileira no período da colonização (século XVI ao XIX), a família patriarcal era o arranjo dominante no Brasil, constituída pelo patriarca (*pater familias*), sua esposa, filhas/os legítimas/os e netas/os, que ficavam no núcleo principal da família, pois havia outro núcleo de membros secundários, formado por filhas/os ilegítimas/os, parentes, afilhadas/os, amigas/os, que também contava com a presença dos serviçais e dos escravos (ALVES, 2009). No comando desses núcleos estava o patriarca, que era o responsável pelo controle dos negócios, do sustento material, da manutenção da ordem familiar (ÁLVARES, 2003), e por defender a honra da família, exercendo autoridade sobre toda a sua parentela e demais dependentes que estivessem sob sua influência (ALVES, 2009).

Percebe-se que o poder sobre a família patriarcal está predominantemente nas mãos dos homens, onde mulheres e crianças eram as principais subordinadas pelo patriarca e dificilmente havia algum laço afetivo entre o patriarca e os outros membros da família (CORRÊA, 2012). Max Weber (1947 *apud* AGUIAR, 1997) caracteriza o poder patriarcal como um sistema que contém normas tomadas com base em tradições, em que o patriarca detinha um maior poder sobre elas. Weber (1947 *apud* AGUIAR, 1997) aponta que a forma de dominação do patriarca sobre os membros da família se assemelha com a escravidão. Em síntese, Neuma Aguiar aponta (1997, p.174):

O pai detém o poder sobre a propriedade familiar, sobrepujando-se aos demais membros da família que permanecem sob sua dependência. A autoridade é extrema quando os outros participantes do grupo doméstico não podem deter, autonomamente, nenhum bem: o patriarca dispõe a seu bel-prazer dos bens daqueles que dele dependem. Por outro lado, cabe-lhe, também, responder pelos delitos de seus subordinados. Sendo assim, a propriedade sobre os bens dos dependentes representa, ao mesmo tempo, a obrigação de prover-lhes a subsistência.

Cabe ressaltar, no entanto, que os estudos de Freyre foram amplamente criticados por pesquisadores mais recentes. Algumas dessas críticas referem-se ao caráter regional de suas pesquisas e, ao mesmo tempo, à generalização do termo patriarcal (KRUCZEVESKI e MARIANO, 2014). A família patriarcal brasileira, conforme denominada por autores como Gilberto Freyre, segundo Mariza Corrêa (1981), ao ser assim definida, acabou por homogeneizar a história da formação da sociedade brasileira. Ainda, segundo a autora, uma breve revisão na história demográfica, política e econômica do Brasil seria o suficiente para justificar que elementos complexos como “a ocupação do espaço social, a distribuição do trabalho agrário nas terras brasileiras por um lado, e controle dos lucros desse trabalho por outro” (CORRÊA, 1981, p.7), não estaria restrito apenas na fazenda e no engenho da casa grande.

Para enfatizar essas peculiaridades regionais no Brasil, Mariza Corrêa (1981) demonstra como eram organizados os lucros e a economia no litoral brasileiro. Segundo a autora, no litoral concentram-se os agentes de controle fiscal da comercialização do açúcar, sendo esse o principal produto colonial a dar lucro no Brasil, e foi no litoral que surgiram os primeiros aglomerados urbanos, ou seja, completamente diferente da vida rural. Outro exemplo é o da Bahia que, como enfatizado pela autora, além de fazer parte da exportação do açúcar, também foi um grande produtor de algodão e tabaco, cujo cultivo era dominado por pequenos produtores locais. Nesse caso, não era necessário um grande investimento para o cultivo, já que não havia a necessidade de muitos escravos e, em determinados casos, a mão de obra escrava era dispensada e os membros do núcleo familiar do produtor eram os principais responsáveis pelo cultivo.

Quando Gilberto Freyre faz essa generalização da família patriarcal no Brasil, acaba transformando a família brasileira em um objeto dado e universalizado, invisibilizando o universo multifacetado de alternativas de arranjos familiares vividas por diversos indivíduos, que estão além dos limites da casa grande dos senhores brancos do engenho. Mais ainda, conforme Mariza Corrêa (1981), essa generalização esquece que o Brasil foi um país colonizado, que o modelo da família patriarcal foi imposto e tem suas bases enraizadas em opressões sexistas e racistas.

O conceito de patriarcado absoluto também é bastante debatido entre o feminismo negro. Segundo Grada Kilomba (2019), os homens negros não detêm as mesmas relações e nem os mesmos benefícios patriarcais que homens brancos, dado que o racismo está presente

estruturalmente em diversas formas históricas, o que gera a necessidade de repensar a forma com que se utiliza o termo patriarcado para tratar de homens negros. Conforme é descrito por Hazel Carby (1997 *apud* KILOMBA, 2019, p. 105), “a noção de patriarcado branco [...] tem funcionado como bode expiatório para homens negros, já que que as mulheres negras têm sido dominadas patriarcalmente, de diferentes formas por homens de diferentes cores”.

Logo, Grada Kilomba (2019, p. 106) reforça que as feministas negras, “não veem necessariamente os homens negros como antagonistas patriarcais, mas sentem que sua opressão racial é compartilhada por homens negros”, por conseguinte surge, então, a necessidade de revisar o conceito de patriarcado através das lentes da raça e do gênero, para identificar as formas que beneficiaram homens negros sobre as mulheres negras.

Mariza Corrêa (1981) ressalta que, de fato, a família patriarcal existe e também teve um papel importante no Brasil, principalmente para explicar diversas formas de opressões e subordinações existentes em seu interior. Mas ela não existiu sozinha e não comandou todo o processo da formação da sociedade brasileira, e o conceito de patriarcado em torno da família, como frisado por Grada Kilomba (2019), não é o suficiente para explicar todas as relações patriarcais, principalmente as que envolvem os homens negros sobre as mulheres negras. O que se pode afirmar, portanto, é que “A matriz da família patriarcal, com sua ética implícita dominante, esprou-se por todas as outras formas concretas de organização familiar, seja a família dos escravos e dos homens livres no passado, seja a família conjugal mais recente” (SOUZA e BOTELHO, 2001, p. 417).

Talcott Parsons, segundo Anne-Marie Devreux (2009), ao estudar a instituição família, define que sua principal função seria a reprodução e a sociabilidade e que ela se organiza em uma divisão de papéis entre os homens e as mulheres que seriam diferenciados, mas complementares (HITA, 2005). Essa divisão sexual de papéis, segundo o modelo de Parsons (1956 *apud* HITTA, 2005, p.127), estaria baseada na divisão “instrumental (homem, provedor) e expressiva (mulheres sustento emocional)”, ou seja, “pai provedor da renda da família e encarregado das relações desta com a sociedade, e o papel expressivo feminino da “esposamãe” que se consagra à vida doméstica e aos cuidados das pessoas, exercendo sua função afetiva no âmbito da família” (DEVREUX, 2009, p. 97). Ainda para Parsons (DEVREUX, 2009), as mulheres que faziam parte do mercado de trabalho e/ou que contribuía para a provisão financeira da família eram consideradas um desvio instrumental da norma familiar.

Porém, em direção contrária à definição funcionalista parsoniana da família, que opera com a complementaridade de papéis distintos entre homens e mulheres, a visão feminista enfatiza as hierarquias existentes nessa divisão de papéis sexuais. Anne-Marie Devreux (2009) ressalta que as feministas materialistas dos anos 1960 evidenciaram que as esferas política e econômica, predominantemente dominadas pelos homens, ao naturalizar a relação das mulheres com a esfera da domesticidade/cuidado, simultaneamente negavam e invisibilizavam as contribuições sociais das mulheres (DEVREUX, 2009). Segundo Delphy (1995 *apud* DEVREUX, 2009, p.97), a esfera da domesticidade é “assegurada gratuitamente pela exploração econômica da mulher pelo homem e se apoia na instituição do casamento”, a reprodução doméstica, então, seria a base econômica do patriarcado.

Pesquisadoras feministas da década de 1960, então, constataram a impossibilidade de definir as situações das mulheres conforme os modelos tradicionais de análise da família. Isso as motivou a construir novos objetos de pesquisa, incluindo não só as dimensões familiares, mas também dimensões profissionais, considerando as trajetórias de vida dessas mulheres e suas atividades, além da esfera da domesticidade (DEVREUX, 2009). Devreux (2009, p.98) indica que foi nesse contexto,

[...]que se consolidou a noção de estruturas familiares, que constrói a família como objeto dinamizado pelas relações sociais de classe e de sexo, pela consideração das duas dimensões temporais, diacrônica e sincrônica, e pela ampliação da família – além da família conjugal – às relações intergeracionais.

Como é apontado por Carloto e Mariano (2010, p.453), na sociedade moderna, industrial e urbana, a família tornou-se o “paradigma do privado, espaço da vida doméstica, das relações interpessoais, lugar do feminino e da subjetividade. De outro lado, tem-se o domínio do público, dos interesses impessoais, civis e universais, lugar da política e dos negócios, arena exclusiva dos homens”. Essa dicotomia entre o público e o privado está associada a várias outras dicotomias, como o masculino e o feminino, político e doméstico, o que reforça uma hierarquia de poder dos homens sobre as mulheres.

Todavia, apesar da forte relação e naturalização das mulheres às esferas da domesticidade e do cuidado, Flavia Biroli (2014/a) destaca que não eram em todas as unidades domésticas que existia a divisão de papéis em que somente o homem fosse o provedor e a mulher cuidadora. Essa divisão estava mais presente nas classes elevadas, que eram compostas majoritariamente por brancas/os. As outras formas de organização familiar não detinham visibilidade, porque a família nuclear burguesa era predeterminada como se fosse uma classe

universal. Como sugere Okin (2008), a dicotomia público/privado surgiu de práticas patriarcais do passado; de fato, tradições advindas do patriarcado ainda interferem em vários quesitos nas sociedades ocidentais, prejudicando as mulheres e colocando-as em uma posição valorativa com um significado social que as diminuem. Os significados atribuídos às esferas pública e privada foram um marco para a distinção entre sexo e gênero, mas os significados refletiam apenas as subordinações de gênero.

O desenvolvimento dos feminismos da segunda onda focalizou sua luta contra uma caracterização das mulheres como frágeis e fracas, tanto física quanto mentalmente, confinadas ao espaço privado e responsáveis pela reprodução e o cuidado. No entanto, historicamente, diferentemente das mulheres brancas, as mulheres negras eram caracterizadas por uma longa série de abusos e agressões sexuais e também consideradas fortes o suficiente para realizar qualquer tipo de trabalho (LUGONES, 2008).

Patricia Hill Collins (2019) afirma que as mulheres negras são atacadas diariamente através de uma diversidade de imagens negativas, estereotipadas e manipuladas pelos grupos dominantes de elite, que através dos seus privilégios institucionalizados, manipulam a condição e a vivências das mulheres negras, explorando, produzindo e reproduzindo imagens de controle que atravessam de forma violenta a vida das mulheres negras desde o período escravocrata, que perduram até os dias de hoje (BUENO, 2020). Conforme Winnie Bueno (2020, p.73),

[...] as imagens de controle aplicadas às mulheres negras são baseadas centralmente em estereótipos articulados a partir das categorias de raça e sexualidade, sendo manipulados para conferirem às iniquidades sociorraciais a aparências de naturalidade e inevitabilidade.

As imagens de controle, portanto, segundo Collins (2019), são representações das justificativas ideológicas para as opressões de raça, gênero e classe manipuladas e naturalizadas na sociedade pelos grupos dominantes da sociedade, que se modificam conforme a dinâmica dos sistemas de opressões se altera. Winnie Bueno (2020) ressalta que as imagens de controle são uma das formas mais potentes de objetificar as mulheres negras, que passam, segundo Collins (2019), a serem subjugadas através do status de “*outsider*”, ou seja, como o estranho, o “outro” na sociedade. Através dessas imagens de controle, transmite-se a mensagem de que as mulheres negras representariam ameaças morais à sociedade, imagens essas que, simultaneamente, reforçam e mantêm as injustiças sociais.

Como aponta Piscitelli (2008), algumas correntes feministas da segunda onda acreditavam que pensar em outras diferenças, como a raça, iriam debilitar pressupostos políticos e as identidades entre as mulheres. A objetificação permite que o “outro”, isto é, as mulheres negras, desapareçam da história, “como objeto, a realidade da pessoa é definida por outras, sua identidade é criada por outros, sua história é nomeada apenas de maneira que definem sua relação com pessoas consideradas sujeitos” (COLLINS, 2019, p.138). Para Winnie Bueno (2020, p. 79),

[...] sempre existe um outro sujeito, com maior autoridade, para falar sobre as experiências de mulheres negras no lugar delas próprias. O saber das mulheres negras, suas próprias experiências, os sentidos que suas vivências adquirem na particularidade e na vida coletiva não bastam para que as mesmas possam nomear a própria história.

Isso significa que, mesmo em que as formas e os efeitos do controle da sexualidade das mulheres e a fusão entre o doméstico e o feminino são distintas entre as mulheres negras e as mulheres brancas (DAVIS, 2012, *apud* BIROLI, 2014a), assim como também é distinta posição na vida pública entre elas, os significados e definições que foram atribuídos em torno da dicotomia público/privado pelas feministas da segunda onda estão alicerçados em vivências de mulheres brancas, que invisibilizaram as vivências de mulheres negras (OGANDO e ASSIS, 2013), sem expressar as outras formas de opressões vividas por elas.

O pensamento binário, segundo Collins (2019), é a base da objetificação das mulheres negras, que oferece a sustentação para as imagens de controle através de justificativas morais e ideológicas. Winnie Bueno (2020, p.81) destaca que o pensamento binário é utilizado para dar significados opostos às diversas categorias, que reflete uma relação de poder de uma categoria sobre a outra, como é o caso das mulheres negras, que é visto como o *Outro*, o desviante de tudo aquilo que é “considerado como “normal”, “humano” e “civilizado”. A dicotomia existente entre o público e o privado, nesse sentido, é um exemplo de como as imagens de controle se articulam na exploração do capitalismo sobre as mulheres negras (BUENO, 2020), segundo Collins (2019), é através da imagem de controle de *mammy*, que se justificava a exploração econômica das mulheres negras, segundo a autora:

Criada para justificar a exploração econômica das escravas domésticas e mantida para explicar o confinamento das mulheres negras ao serviço doméstico, a imagem de *mammy* representa o padrão normativo usado para avaliar o comportamento das mulheres negras em geral. Ao amar, alimentar e cuidar dos filhos e das “famílias” brancas melhor que os seus, a *mammy* simboliza as percepções do grupo dominante sobre a relação ideal das mulheres negras com o poder da elite masculina branca. Mesmo que seja querida e tenha autoridade em sua “família” branca, a *mammy*

conhece seu “lugar” como serviçal obediente. Ela aceita sua subordinação (COLLINS, 2019, p. 140).

Historicamente, por consequência, foi através da figura de *mammy*, a exploração do trabalho das mulheres negras através da mão de obra barata, o que garantiu a manutenção e a garantia econômica das famílias brancas (COLLINS, 2019). A imagem de *mammy* torna invisível a exploração econômica sobre as mulheres negras, visto que ela é estruturada pelo mito da aceitação da subordinação das famílias brancas sobre elas (BUENO, 2020).

A esfera privada retratava o ideal de domesticidade e maternidade, que não corresponde à vida de todas as mulheres, mas as formas de subordinações que ocorriam entre as esferas privada e pública, segundo Fraser (1992, *apud* BIROLI; 2018), refletia sobre outras instituições sociais. Mesmo que a divisão entre o público e o privado fosse apenas uma realidade de uma minoria rica, branca e heterossexual, “seus ideais são expressos até hoje como produtores de estereótipos, sustentando juízos sobre o valor da vida das pessoas, sobre suas capacidades e caráter” (BIROLI, 2018, p. 94).

Mesmo com muitos avanços, ainda há muitas barreiras e, no imaginário social, o espaço doméstico ainda é indicado como feminino, a participação da mulher na esfera pública, de maneira geral, independente da classe ou raça ainda é desigual, permeando todas as instituições sociais (ARAÚJO e SCALON, 2005).

Portanto, como Elizabeth Jelin (2010) aponta, existem três significados diferentes para a discussão da esfera do âmbito privado: o primeiro está relacionado com a consciência moral e religiosa; o segundo é referente à liberdade econômica e o terceiro significado está ligado à esfera íntima, familiar e doméstica. Nessas três maneiras diferentes de compreender a esfera privada, a mulher aparece de maneira inferior ao homem, ou seja,

Em termos mais gerais, esse pensamento crítico contemporâneo está mostrando que a maneira tradicional de estabelecer a distinção entre o público e o privado tem feito parte de um discurso de dominação, legitimando a opressão das mulheres na esfera privada (JELIN, 2010, p. 151).

A família, então, é um dos mais importantes contextos organizacionais (MACÊDO, 2008a). Nela, a diferença sexual é tida como uma base que se estrutura nas diversas e diferentes relações de poder entre homens e mulheres, resultando em uma relação hierárquica de valores e de responsabilidades, de modo que o pertencimento a um determinado sexo se transforma em destino social (SARACENO e NALDINI, 1997). Flavia Biroli (2014b) ressalta que a família é a principal e primeira instituição de socialização dos indivíduos, em que os

valores, as relações de poder e as desigualdades que se produzem, conseqüentemente, serão reproduzidos em outras instituições sociais. A família nuclear de referência normativa heterossexual é o principal dispositivo para a reprodução de desigualdades e discriminações entre a esfera privada e pública. Conforme Flavia Biroli (2014b, p.49) aponta:

A forma de construção da vida familiar é geneticamente ligada à reprodução de desigualdades de gênero. Ela corresponde a arranjos que favorecem a reprodução da pobreza, da exploração e da marginalização das mulheres, do androcentrismo e das desigualdades de renda, no uso do tempo e nas garantias de respeito. A divisão sexual do trabalho é um fator relevante na reprodução dessas desigualdades. No âmbito doméstico, impõem as mulheres ônus que serão, então, percebidos como deficiências em outras esferas da vida. A conexão entre os aspectos domésticos e não doméstico da vida é profunda e permeia todos os espaços e atividades.

A autora ainda enfatiza que as experiências das mulheres que são valorizadas na esfera pública, geralmente, estão ligadas ao cuidado e à domesticidade. Logo, nessa imposição de papéis entre os sexos, com justificativas naturais, a mulher acaba por ter seus valores pré-definidos e correlacionados com a capacidade de cuidar dos outros (BIROLI, 2014b).

O que pretendo enfatizar é que as dimensões e os significados construídos socialmente para a família possuem desigualdades no seu interior, e ao mesmo tempo em que ela pode ser um lugar acolhedor, pode também ser um lugar de opressão. Nesse sentido, Cássia Carloto e Silvana Mariano (2010) ressaltam que as mulheres ainda são associadas ao papel de ser mãe, de forma que a responsabilidade do cuidado com as/os filhas/os ainda aparece como uma imposição de ordem natural. Portanto, a família, muitas vezes, é mantida como unidade de cuidados, principalmente, dos idosos e das crianças, e se torna um dos principais dispositivos para legitimar a reprodução de desigualdades sociais tanto na esfera pública, quanto na esfera privada.

Flávia Biroli (2014a) ressalta a importância de compreender a família não só como uma realidade social, mas também como realidade institucional e política. Tendo em vista que em todas as sociedades existem normas, a nossa individualidade também será construída sob influência dessas normas, ou seja:

As normas e ações que se definem no âmbito do Estado, as relações de produção e as formas de remuneração e controle do trabalho, o âmbito da sexualidade e afetos, as representações dos papéis sociais de mulheres e homens, da infância e das relações entre adultos e crianças, assim como a delimitação do que é pessoal e privado por práticas cotidianas, discursos e normas jurídicas, incidem sobre as relações na vida doméstica e dão forma ao que reconhecemos como família (BIROLI, 2014/a, p.7).

No entanto, muitos desses valores tradicionais, advindos de costumes patriarcais, têm se diluído e novos arranjos familiares têm surgido. Araújo e Scalon (2005) chamam a atenção para que isso não seja confundido como uma crise na família, mas sim uma expressão de democratização, como um direito dado ao indivíduo de pertencer e/ou construir uma família que possa suprir suas escolhas de vida. Segundo Elizabeth Jelin (2010), as teorias da modernidade vêm destacando como os indivíduos têm assegurado as suas vontades próprias, conduzindo para o poder de maior liberdade e de autonomia de suas próprias vidas. Esse caminho de garantia de uma maior autonomia dos indivíduos, mesmo que ainda prevaleçam alguns costumes tradicionais, tem transformado as relações sociais. Ainda conforme a autora:

A liberdade e as escolhas individuais, e o reconhecimento do desejo sexual e o prazer como guia para as ações, refletem na aceitação lenta e gradual de comportamentos que respondem a impulsos individualizados, trazendo transformações significativas nos padrões sociais que regem o casamento e a família (tradução minha) (JELIN, 2010, p.30).

Portanto, esse avanço da modernidade que dá espaço para a individualização oferece, simultaneamente, espaço para que expressem seus sentimentos, reconhecendo os seus desejos (JELIN, 2010). Assim, os casamentos, que antes eram arranjados pelos familiares como um contrato, passaram a depender das escolhas dos indivíduos. Mesmo que essas escolhas, como enfatizado por Jelin (2010, p. 31), “estejam limitadas e condicionadas socialmente”, conforme Nayara Oliveira (2009) aponta, a necessidade de buscar uma maneira que acomode cada individualidade acaba redefinindo os papéis de cada membro na família e faz com que os indivíduos questionem as relações de poder dentro da família, enfraquecendo a autoridade patriarcal. Assim, um conjunto de trajetórias individuais irá expressar diversos arranjos familiares (FERRARI e KALOUSTIAN, 2002 *apud* OLIVEIRA, 2009), como uniões consensuais de parceiras/os separadas/os ou divorciadas/os, uniões homoafetivas, famílias unipessoais, famílias reconstituídas, famílias monoparentais, dentre outros arranjos.

No Brasil, conforme é demonstrado por Suzana Cavenaghi e José Alves (2018), os censos demográficos do IBGE, entre 1980-2010, mostraram queda nas famílias compostas de casais heterossexuais e filhas/os, que, em 1980, representavam 65% dos arranjos, em 2010, essa representação caiu para 52,5%. Enquanto os arranjos monoparentais passaram de 11,55%, em 1980, para 15%, em 2010, os unipessoais passaram de 5,8%, em 1980, para 12,7%, em 2010. Ou seja, a família composta por casais heterossexuais e filhas/os que antes eram quase 3/4 das famílias no Brasil, em 2015, detinha uma representação de quase 50% das famílias, e a tendência é que essa representatividade diminua cada vez mais.

O principal fator que contribuiu para essa mudança nesse período foi a baixa taxa de fecundidade, mas, principalmente, o aumento da frequência de divórcios. Segundo Birolí (2014), ao analisar os dados do IBGE entre 2003 e 2011, ao mesmo tempo em que o número de casamentos teve um aumento de cerca de 37%, o número de divórcios dobrou, passando de 138.520 para 267.390. Em 2011, para cada 3,8 casamentos havia 1 divórcio (BIROLI, 2014).

Araújo e Scalón (2005) apontam que as tendências de mudanças na família têm favorecido principalmente as mulheres, garantindo cada vez mais sua autonomia e individualidade, enfraquecendo as relações de poder ligadas à autoridade do homem sobre a mulher. Entretanto, as relações entre homens e mulheres continuam sendo desiguais, e o acesso das mulheres à esfera produtiva/pública ainda está condicionada pela domesticidade, ou seja, ainda persiste no imaginário social essa referência da mulher às atividades de cuidados (ARAÚJO e SCALON, 2005).

## 2.2 CHEFIA FAMILIAR FEMININA: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS NO BRASIL

Os termos utilizados para a identificação desses fenômenos, os quais envolvem as mulheres que aparecem como as principais ou únicas responsáveis pelos cuidados e provisão financeira da família são variados, dentre eles estão: chefia familiar feminina, domicílios chefiados por mulheres e mulheres chefes de família. No entanto, para que se dê andamento à minha pesquisa, independentemente do termo utilizado, faremos o uso do universo de pesquisas que identificam e problematizam as trajetórias dessas mulheres que são as principais responsáveis pela família e pelo domicílio.

Pesquisadoras como Mary Mendes (2002), Cassia Carloto (2005), Marcia Macêdo (2008a), Florença Costa e Marlene Marra (2013), Klaas Woortmann e Ellen Woortmann (2004) compartilham da mesma ideia de que não é possível dar uma única definição ao fenômeno das mulheres em condição de chefes de família/domicílio, assim como ao conceito de família. A chefia familiar feminina faz parte de um processo multideterminado e multifacetado. Mendes (2002, p.2) afirma que

Partindo do fato de que as mulheres não se constituem como um grupo homogêneo e universal, pelo contrário, são heterogêneas e estão situadas em contextos diversos e condições distintas, é que se pode afirmar que o próprio entendimento da questão “mulheres chefes de família” deve considerar também uma diversidade de

categorias, visto que ela perpassa outras dimensões além de gênero, como classe, raça/etnia e idade/geração.

Portanto, a chefia familiar feminina é a consequência de uma trajetória de múltiplos significados e está, predominantemente, presente em famílias monoparentais femininas. O termo monoparentalidade, segundo Sousa (2008), surgiu em 1981 pelo Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos (INSEE). A monoparentalidade, nesse caso, aparece quando qualquer um dos pais e suas/seus filhas/os fazem parte da mesma composição doméstica, ou seja, quando um dos progenitores mora com suas/seus filhas/os. Existem diversos motivos que podem originar a monoparentalidade, como a viuvez, a procriação fora do casamento, a separação, o divórcio e também aquelas situações cujo companheiro está em situação de prisão.

De fato, a família monoparental pode ser feminina ou masculina, mas a família monoparental feminina aparece com mais frequência. Essas famílias originam-se, principalmente, do afastamento do pai das crianças (filhos/as) ainda vivo, ou com a sua ausência desde o nascimento das/os filhas/os (SARACENO e NALDINI, 1997)

Apesar de ser menos frequente, a chefia familiar feminina também se manifesta em unidades domésticas em que há a presença de companheiro e das/dos filhas/os, assim como é certificado por Mendes (2002, p.6):

A manutenção feminina com a presença do parceiro no domicílio – (...) é difícil de ser percebida no que diz respeito às relações de gênero – o peso da tradição acaba dificultando e encobrindo as alterações de papéis e poder de decisão dentro do domicílio, principalmente quando uma das atribuições centralmente consideradas definidoras da figura masculina, a de provedor de família, está sendo ocupada pela figura feminina.

Chefia familiar feminina não detém um significado único, mas os termos “chefia” e “chefe” ainda são carregados de valores tradicionalmente patriarcais. Esses termos estão relacionados a uma representação social de gênero, que identifica o homem como autoridade moral da família perante o mundo externo. É como se as responsabilidades da mulher na casa fossem baseadas em uma estrutura familiar na qual o homem é essencial para a própria concepção do que é família.

Quando as mulheres são chefes de família, elas, frequentemente, têm de se adaptar ao valor moral dado à chefia. Segundo Cinthia Sarti (2011), a mulher pode assumir o papel de única provedora, porém a perda da autoridade do homem como provedor significa uma perda para a família como totalidade, e a compensação dessa perda seria a substituição por outra

figura masculina de autoridade. Logo, mesmo que a mulher assuma o papel de chefe da família, “a identificação do homem como autoridade moral, em relação à respeitabilidade da família, não necessariamente se altera” (SARTI, 2011, p. 67).

Conforme é indicado por Florença Costa e Marlene Marra (2013, p.147):

O preconceito e a atitude tradicional de que uma família sem a presença do homem (marido ou pai) se torna uma família sem autoridade e respeito, marca a experiência dessas mulheres. Esse preconceito as remete a uma concepção de mulheres sem precedentes e desmoralizadas, diminuindo seu potencial para lutar contra a sobrecarga dessa função de chefe de família. Essa questão que poderia potencializá-las como um fator de proteção converte-se em um fator de risco, pois diminui sua condição e seu empoderamento.

O que pretendo apontar é que, mesmo que as mulheres chefes de famílias detenham uma maior autonomia social e econômica sobre a sua unidade doméstica, sendo elas as únicas ou principais responsáveis pela provisão financeira e o cuidado da casa e das/os filhas/os, elas enfrentam estigmas porque os valores culturais da chefia ainda são ligados a valores masculinos, mais ainda, se essa família for monoparental. Saraceno e Naldini (1997) assinalam que o modelo de família que detinha um único progenitor era visto como uma família parcial, como se a família não tivesse a capacidade de se manter economicamente.

Segundo Barroso (1978, *apud* MACÊDO, 2008/b), no Brasil, a chefia familiar feminina é um fenômeno recorrente desde o século XIX. No entanto, Sonia Oliveira, Ana Lucia Saboia e Bárbara Cobo (2002) indicaram que nem sempre os dados foram tabulados e/ou diferenciados por sexo. No primeiro censo demográfico do Brasil em 1872, nomeado de Recenseamento Geral do Império, pedia-se que listassem o nome e o sobrenome do chefe de família, e depois o nome da mulher (cônjuge), pressupondo que o chefe de família era ou deveria ser um homem. Só em 1920 é que passou a ser estabelecido um manual de instruções para que os recenseadores aplicassem o questionário indicando que a pessoa chefe de família deveria ser o dono ou o locatário da habitação (OLIVEIRA; SABOIA; COBO, 2002).

Até 1940, o/a chefe era visto/a como alguém que protegia e detinha poder sobre os indivíduos que viviam na mesma unidade doméstica. Em 1950, a palavra poder desapareceu, ficando somente a atribuição de proteção, mas a/o chefe de família ainda deveria ser a/o locatária/o ou a/o dona/o do domicílio. Só no Censo demográfico de 1960 é que deixou de ser necessário que a/o chefe de família fosse a/o dona/o ou locatária/o do domicílio, assim, considerava-se chefe de família a pessoa que seria a responsável pela unidade doméstica, mas

ainda permaneciam as atribuições de proteção sobre os indivíduos do domicílio (RIBEIRO e SABOIA, 2008).

No recenseamento geral de 1970, a pessoa chefe de família continuava sendo a/o responsável pelo domicílio, porém foi retirada a atribuição de proteção da/o chefe sobre os indivíduos residentes no mesmo domicílio. Já no Censo de 1980, o manual do recenseador passou a ter a possibilidade de indicar se a pessoa chefe/responsável do domicílio era homem ou mulher. Outra mudança foi a distinção entre chefe de domicílio e chefe de família.

Conforme é indicado por Oliveira, Saboia e Cobo (2002, p.8), família e domicílio passaram a ter significados diferentes: "a primeira se refere a um determinado tipo de agrupamento social ligado por laços de parentesco; a outra diz respeito à estrutura física que serve de moradia e abrigo às pessoas e/ou eventuais outras famílias que aí residam". A "chefia" ou "responsabilidade" por um ou por outro se diferencia nas atribuições que são dadas às pessoas conviventes da mesma unidade doméstica. A intenção dessa mudança era identificar, em cada domicílio, a composição do arranjo, a partir das relações de parentesco com a/o chefe do domicílio, mas também poder identificar se havia outra família no mesmo domicílio, ou seja, no mesmo domicílio passou-se a identificar mais de um chefe de família. No Censo demográfico de 1991, essa opção também foi utilizada, no entanto as mulheres só apareceram como chefes de família e/ou domicílio quando não havia um companheiro na mesma unidade doméstica (CAVENAGHI e ALVES, 2018). Em 1992, a PNAD deixou de utilizar a denominação chefe e passou a utilizar, "pessoa de referência", possuindo a mesma definição de "pessoa responsável" do censo do IBGE (RIBEIRO e SABOIA, 2008).

Em 2000, o censo do IBGE substituiu o termo "chefe" por "responsável". Segundo Oliveira, Saboia e Cobo (2012), essa mudança ocorreu porque o termo "chefe", por muitas décadas, foi associado à autoridade sobre os outros indivíduos da família. Com as mudanças na estrutura familiar brasileira, porém, nas quais as responsabilidades têm sido cada vez mais compartilhadas, a intenção da mudança do termo foi amenizar a relação de poder entre os membros da unidade doméstica. Em 2010, no Censo do IBGE, surgiu uma nova mudança, o quesito "pessoa responsável pela família" foi retirado, passando a identificar somente o/a "pessoa responsável" pelo domicílio. Essa mudança justifica-se pela complicação em coletar as informações sobre a relação de parentesco com a pessoa responsável pela família (CAVENAGHI e ALVES, 2018). Assim, em 2010, só foi coletada a relação de parentesco da pessoa entrevistada com a pessoa responsável pelo domicílio. A PNAD também passou por

mudanças no termo para identificar a pessoa responsável/chefe do domicílio. As pesquisas por amostra realizadas pelas PNAD tiveram início em 1967, com coletas anuais sem interrupções a partir de 1976. Desde 1977, eram coletadas informações sobre a chefia tanto da família quanto do domicílio.

Em síntese, o termo chefe de família, até o censo de 1960, foi carregado por representações sociais referentes às relações de poder e subordinação entre o homem e a mulher, ou seja, a pessoa considerada chefe de família recebia atribuições relacionadas a uma relação de poder e proteção sobre os indivíduos que faziam parte da mesma unidade doméstica, mas essas atribuições detinham uma lógica masculina (CÚNICO e ARPINNI, 2004) que afetavam negativamente as funções das mulheres na unidade doméstica. Foi só em 1970 que essas atribuições de poder e proteção foram retiradas do censo, e isso resultou no aumento das taxas das unidades domésticas chefiadas por mulheres (BARROSO, 1978 *apud* WOORTMAN e WOORTMAN, 2014).

Comecei a análise das famílias chefiadas por mulheres a partir do ano 2000, não apenas pela garantia de maior confiabilidade e comparabilidade entre os censos para identificar as tendências históricas e características das famílias chefiadas por mulheres no Brasil, mas também porque há muitas pesquisadoras/es, como Irene Galeazzi (2001), Sônia Oliveira, Ana Lucia Saboia e Barbara Cobo (2002), Mary Mendes (2002), Suzana Cavenaghi e José Eustáquio Diniz Alves (2018), Marcia Macêdo (2008), que têm se dedicado aos estudos que se referem ao ano de 2000 em diante, dando-me a oportunidade de me beneficiar de suas pesquisas que também ilustram os dados que pretendo aqui ressaltar.

Ainda cabe observar que, embora no ano 2000 o censo do IBGE tenha deixado de usar o termo chefe de família, passando a utilizar “pessoa responsável”, em minha pesquisa utilizo o termo “chefe de família” por dois motivos: 1) porque, a maioria das pesquisas aqui utilizadas para analisar o fenômeno das mulheres, que são as principais responsáveis pela família, utiliza o termo “chefe de família” para identificar tal fenômeno, e partirei dessas pesquisas para retratar quem são essas mulheres; 2) porque os dados presentes neste tópico foram utilizados para esclarecer a maneira como foram produzidos, mas o meu objetivo principal está em compreender os processos pelos quais as mulheres constroem grupos domésticos sob a chefia familiar feminina e como, nesses contextos, elas agenciam restrições e possibilidades para autonomia e liberdade femininas.

No Brasil, as taxas de famílias chefiadas por mulheres tiveram um aumento percentual bastante expressivo em relação ao censo do IBGE de 2000. Segundo Oliveira, Saboia e Cobo (2002), o censo do IBGE em 2000 apontava que as famílias chefiadas por mulheres detinham um percentual de 26,7%, já em 2015 o IBGE, conforme demonstrado Cavenaghi e Aves (2018), o percentual de famílias chefiadas por mulheres foi de 40,5%. Marcia Macêdo (2008), Mary Mendes (2002) e Irene Galeazzi (2001) explicam que o aumento das famílias chefiadas por mulheres é o resultado de diversas combinações de fatores, como as mudanças culturais, fatores demográficos, redução da taxa de fecundidade, aumento das taxas de divórcios/separações, avanços na autonomia social e econômica, que podem garantir a independência feminina e, também, a maior participação das mulheres no mercado de trabalho, o que leva à possibilidade de contribuição para a renda familiar.

Ainda descrevendo os dados disponibilizados por Cavenaghi e Alves (2018), que fizeram a análise das PNADs anuais entre os anos de 2001 e 2015, os números apontam que a maior parte das mulheres chefes de família é negra, passando de 6,4 milhões em 2001, para 15,9 milhões em 2015 tendo um aumento de 248%, enquanto, as famílias chefiadas por mulheres brancas, que em 2001 eram 7,6 milhões, tiveram um aumento de 168% em 2015 passando para 12,7 milhões de famílias, sendo assim, 55% das famílias chefiadas por mulheres, são chefiadas por mulheres negras. O arranjo em que esse fenômeno aparece como predominante, segundo a PNAD (2015), é nas famílias monoparentais (87%), enquanto a menor chefia feminina aparece nas famílias nucleares, em que há a presença do companheiro (13%). Como supracitado, nessas famílias em que a presença do companheiro é maior, a chefia feminina aparece com menor frequência devido aos valores morais e masculinizados que se sobressaem nas chefias (SARTI, 2011).

Outra variável importante para identificar as famílias chefiadas por mulheres é a sua distribuição pelo Brasil, pois nos dá a possibilidade de identificar os perfis socioeconômicos das grandes regiões. Os dados da PNAD (2015, *apud* CAVENAGHI, ALVES, 2018) demonstram que o Sudeste, com 12,3 milhões de famílias chefiadas por mulheres, detém o maior número absoluto de famílias chefiadas por mulheres, no entanto, nas regiões Norte e Centro-Oeste, houve um crescimento expressivo desse contingente. No Centro-Oeste, o aumento foi de 218%: de 976 mil famílias chefiadas por mulheres em 2001, o número passou para 2,1 milhões em 2015. Na região norte, esse aumento foi de 273%: em 2001, eram 781 mil famílias chefiadas por mulheres e, em 2015, esse número foi para 2,1 milhões.

A partir das análises feitas por Cavenaghi e Alves (2018, p.58), também foi possível verificar quem são as mulheres chefes de família no Brasil. Começando pela faixa etária, identificou-se que essa chefia tem formato de U, ou seja, as porcentagens são mais altas nos extremos das idades e mais baixas no meio. Portanto, o grupo etário de 15 a 19 anos detém o maior percentual das famílias chefiadas por mulheres, com 57,6% em 2015. Entre o grupo etário de 20 a 24 anos, a porcentagem de mulheres chefes de família é bastante expressiva, representando 45,3% em 2015. Neste grupo, concentra-se a maior taxa de nascimento de filhas/os, pois é um grupo de mulheres em idade produtiva. Em geral, são famílias monoparentais, porque muitas se uniram muito cedo, por causa da gravidez, e já se separaram (CAVENAGHI, BERQUÓ, 1988 *apud* CAVENAGHI e ALVES, 2008). Nos grupos de 25 a 29 e de 50 a 54 anos, a média de famílias chefiadas por mulheres é menor. Nessa faixa de idade, as mulheres são casadas, ou estão em união estável, assim a presença do companheiro na mesma unidade doméstica diminui as chances da chefia feminina. O percentual volta a subir na faixa etária de 55 a 59 anos. A partir dos 60 anos, a intensidade do crescimento é ainda maior, chegando até 50%. Considerando que, nessa faixa etária, o número de novas uniões conjugais é menor e que a esperança de vida das mulheres é 7 anos maior que as dos homens (CAVENAGHI e ALVES, 2018), então, as famílias monoparentais voltam a crescer, assim como o aumento de mulheres morando sozinhas, em decorrência de separações conjugais ou viuvez.

No que diz respeito à escolaridade, mesmo com os avanços na educação, segundo a PNAD (2015 *apud* CAVENHAGHI e ALVES, 2018), 51% das mulheres chefes de família não tinham o Ensino Fundamental completo e apenas 11,2% haviam terminado o Ensino Médio. Como observado, a faixa etária em que se identifica o maior índice de chefia familiar feminina é entre 15 e 19 anos (57,6%). Isso indica que "a presença de filhos contribui para a saída precoce do sistema educacional ou uma presença menor dos pais na escola", principalmente das mulheres.

Agora analisando o rendimento das famílias chefiadas por mulheres, os dados descritos por Cavenaghi e Alves (2018) indicam que, segundo a PNAD de 2015, de acordo com todas as fontes de renda, 45% das famílias chefiadas por mulheres tinham o rendimento de até um

salário mínimo<sup>1</sup>. Desses 45%, 18% recebiam até 1/4 do salário mínimo. Em comparação às famílias chefiadas por homens, apenas 25% tinha o rendimento familiar de até um salário mínimo. A família monoparental feminina é o arranjo com o percentual mais baixo de rendimento familiar, com 43% recebendo até um salário mínimo. Entre as famílias chefiadas por mulheres com presença do companheiro, 49% elas têm o rendimento de até um salário mínimo. Entre as famílias chefiadas por homens, porém, com presença do companheiro, o rendimento familiar de até dois salários mínimos abarca 48% dos casos.

Até aqui, retratei a diversidade das mulheres chefes de família no Brasil, que são, em sua maioria, mulheres negras. A faixa etária preponderante entre as mulheres chefes de família está entre os grupos etários de 15 a 24 anos e 55 anos ou mais. A chefia familiar feminina é mais frequente no Sudeste, no entanto, em 2015, o maior aumento ocorreu no Norte e no Centro-Oeste. O arranjo em que esse fenômeno está mais presente é o monoparental, em que a maioria detém renda familiar de até um salário mínimo. Logo, mesmo que o fenômeno das famílias chefiadas por mulheres não esteja ligado somente ao fator econômico, considerando todos os dados apresentados, parte das famílias chefiadas por mulheres apresenta maior vulnerabilidade social.

A chefia feminina familiar, muitas vezes, traz certa autonomia social e financeira para as mulheres, seja na condição de família monoparental ou nuclear, no entanto, mesmo que os valores baseados na cultura do patriarcado tenham se modificado ao longo dos anos, as mulheres ainda estão ligadas a responsabilidades relacionadas à esfera doméstica e aos cuidados. Isso resulta em desigualdade de gênero em vários âmbitos da vida social dessas mulheres, colocando-as, principalmente, em uma situação de acúmulo de tarefas, tendo que assumir a dupla responsabilidade de cuidados e provisão financeira de toda a unidade doméstica. Uma pesquisa realizada por Bevilaqua e Buaes (2012) com mulheres chefes de família que moravam em uma comunidade de grande vulnerabilidade social na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul, por exemplo, apontou que, além de essas mulheres fazerem parte do mercado de trabalho informal desde sua infância e adolescência, elas também tinham que realizar, conjuntamente, os afazeres da casa e cuidar dos/as filhos/as e dos parentes que viviam na mesma unidade doméstica.

---

<sup>1</sup> Em 2015 o valor do salário mínimo era de R\$ 788,00 reais.

Portanto, em um contexto em que as mulheres, enquanto chefes de famílias, precisam assumir a dupla, tripla e quádrupla responsabilidade de cuidado e provisão financeira de todo o domicílio e, simultaneamente, enfrentar desigualdades de gênero, classe e raça presentes em nossa sociedade, em consoante com o que é afirmado por Galeazzi (2001), essas famílias estariam, em maior proporção, ligadas a uma situação de empobrecimento e de exclusão.

### 2.3 AUTONOMIA, MULHERES POBRES E CHEFES DE FAMÍLIA

A autonomia da mulher é um tema que envolve, como bem colocado por Yumi Garcia dos Santos (2008, p.61), "a emancipação e independência política, social e econômica das mulheres e refere-se à conquista da cidadania". A autonomia é expressa, de acordo com Flavia Biroli (2016), na noção de ser sujeito de sua própria vida, ou seja, sujeito de "si mesmo" que detém uma vida que pode chamar de "sua". Nesse sentido, seria um "projeto de vida" baseado no poder de preferência de escolha dos indivíduos que definem e redefinem as suas experiências e trajetórias de vida (BIROLI, 2016).

Essas escolhas são e serão tomadas conforme as percepções do que seria melhor para a vida do sujeito, porém, essas percepções são construídas através da formação das preferências (NUSSBAUM, 2010). Como discutido por Martha Nussbaum (2010), essas formações não são "exógenas", elas dependem das condições econômicas, culturais e sociais em que os indivíduos estão inseridos. As preferências estão ligadas aos "recursos que permitem aos indivíduos o exercício da autonomia, situados em padrões historicamente definidos e que tomam a forma de estruturas que constituem as possibilidades da ação individual e da ação em concerto com outros indivíduos" (BIROLI, 2016, p. 44). Nesse sentido, Biroli (2016) enfatiza que a nossa individualidade se constrói através de locais e tempos concretos que dependem de vantagens e desvantagens que estão socialmente estruturadas, que podem, por um lado, privilegiar algumas pessoas e, por outro, oprimir muitas outras.

As mulheres, segundo Martha Nussbaum (2010), estão em uma posição mais problemática e desprivilegiada da formação das preferências. Frequentemente, elas "não têm preferência por independência econômica, até aprenderem sobre como perseguir esse objetivo; elas nem pensam em si mesmas como cidadãs com direitos que estão sendo ignorados, até aprenderem sobre seus direitos e serem encorajadas a acreditar em seu igual

valor” (NUSSBAUM, 2010, p. 25). As preferências dos homens também são influenciadas. No entanto, a relação de poder entre homens e mulheres acaba tornando as preferências dos homens mais privilegiadas, pois se aproveitam da posição de subordinação das mulheres.

Muitas pesquisadoras e muitos pesquisadores do campo da sociologia têm produzido estudos que perpassam questões que influenciam na autonomia da mulher, tais como Silvana Mariano e Márcio Ferreira de Souza (2019), Lina Penati Ferreira (2018), Flavia Biroli (2016), Marcia Macêdo (2008/a), Yumi Garcia dos Santos (2008), Clara Araújo e Celi Scalon (2005). Os estudos desses pesquisadores apontam que, em nossa contemporaneidade, as relações de gênero que acontecem no âmbito da família (esfera privada) e na esfera pública têm se modificado, ampliando a liberdade da mulher e o seu poder de tomada de decisões nas duas esferas. Entretanto, apesar dos avanços advindos da modernização, juntamente com as lutas feministas, que proporcionaram maior participação das mulheres na esfera pública, as relações entre homens e mulheres continuam sendo conflitantes, e, na esfera privada da domesticidade, esses avanços não têm acontecido na mesma intensidade.

No Brasil, Medeiros e Pinheiro (2018) fizeram um estudo sobre as horas semanais gastas por homens e mulheres com trabalho pago (produtivo) e não pago (doméstico/reprodutivo). Quando somados os dois tipos de trabalho (pago e não pago), as mulheres têm uma carga horária de 41,21 horas semanais, enquanto os homens têm 37,88 horas, ou seja, no Brasil, as mulheres dedicam cerca de três horas a mais que os homens ao trabalho pago e não pago. Quer dizer, elas acumulam uma dupla jornada de trabalho maior que a dos homens em geral. Isso demonstra que, apesar de as mulheres “terem assumido atribuições consideradas tradicionalmente masculinas, o mesmo não ocorre em relação aos homens, que na maioria das vezes não as substituí no âmbito doméstico” (MENDES, 2002, p. 8).

Nussbaum (2010) aponta que, de acordo com o Relatório do Desenvolvimento Humano de 1999, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), não existe país que trate as mulheres igualmente aos homens, tanto na área da saúde quanto da educação ou da política e do trabalho. Ademais, a esfera que mais contribui para a desigualdade das mulheres é a do cuidado. A autora ressalta que as mulheres se encontram frequentemente sobrecarregadas, assumindo duplas jornadas de trabalho, afetando as "oportunidades de lazer e cultivo da imaginação e cognição” (NUSSBAUM, 2010, p.22). Nesse sentido, Nussbaum (2010) enfatiza que o cuidado não está apenas na necessidade de

oferecer, mas também de receber. Ele deveria ser oferecido conforme a capacidade de autorrespeito daquele que recebe não seja ferida, da mesma maneira, a pessoa que oferece o cuidado não deveria ser discriminada e/ou ser explorada.

Aqui, o que pretendo apontar é que as relações de poder de gênero produzem hierarquias de preferência e identidades. Portanto, as mulheres, sendo as maiores subordinadas nessas relações, teriam suas preferências pré-produzidas, dificultando a sua capacidade de autodeterminação (BIROLI, 2006). A autonomia da mulher, então, está relacionada diretamente com as condições que podem ser impostas estruturalmente sobre elas. A formação de suas preferências irá depender de como esses recursos materiais e simbólicos estão disponíveis no local e tempo em que estão vivendo (BIROLI, 2006). Nesse sentido, a formação de preferências das mulheres em situação de maior vulnerabilidade social seria ainda mais pré-produzida.

No Brasil, como indicado na seção anterior, os dados da PNAD (2015), descritos por Cavenaghi e Alves (2018), indicam que as famílias monoparentais chefiadas por mulheres são o arranjo familiar com o percentual mais baixo de rendimento familiar, e são as mulheres negras que representam 55% da chefia familiar feminina. Portanto, as mulheres negras e chefes de família que são as que estão em maior vulnerabilidade social, no entanto, o fator econômico não é determinante para resultar a chefia familiar feminina. Como ressaltado anteriormente, é um fenômeno multifacetado, é necessário compreender e enfatizar a suas outras dimensões, como, raciais, de classe e de gênero. Portanto, nesta dissertação, ao compreender as trajetórias das mulheres chefes de família e ao refletir e problematizar sobre as mesmas, levei em consideração como elas estão inseridas estruturalmente em nossas sociedades. Conforme ressalta Flavia Biroli (2014c, p. 116):

As formas de vidas assumidas pelos indivíduos, assim como suas preferências e suas identidades, são socialmente produzidas, mas individualmente vividas. Isso significa, entre outras coisas, que as restrições que é preciso reconhecer ao analisar as condições estruturais para o exercício da autonomia, no que podemos chamar de dimensão crítica sociológica, não impedem que se considerem legítimas as motivações dos indivíduos. Nesse caso, o da dimensão normativa da autonomia, trata-se de considerar e respeitar a condição dos indivíduos como agentes morais. As identidades, mesmo quando são produzidas em contextos desfavoráveis à aquisição, pelos indivíduos, das competências e dos recursos necessários ao exercício da autonomia, podem ser caras e, em muitos sentidos, podem ser o que há de mais caro a esses indivíduos.

Falar em autonomia da mulher chefe de família significa refletir e problematizar sobre como esse fenômeno resulta na vida de cada uma dessas mulheres, como elas agenciam a autonomia de se autodeterminarem como sujeitos de sua própria vida.

#### 2.4 FAMÍLIAS CHEFIADAS POR MULHERES E POBREZA

Segundo Sonia Rocha (2006, p. 9), "a pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na quais as necessidades não são atendidas de forma adequada". Entretanto, para especificar quais são essas necessidades e os níveis de pobreza, é preciso compreender cuidadosamente as especificidades e o contexto socioeconômico da realidade da sociedade a ser analisada, e assim identificar quais são esses traços de pobreza.

Lina Penati Ferreira (2018) também ressalta que, para compreender a pobreza, é necessário reconhecer a sua gênese e reprodução. Para ela, não há possibilidade de explicar pobreza olhando apenas para o passado, e muito menos olhando somente para o presente. É preciso compreender de que maneira a herança social que ainda está presente em nossa sociedade, como “as explicações que detectam em nossa colonização ou sistema escravagista” (FERREIRA, 2018, p.47) se sobressaem no nosso presente. Sendo assim, esses dois fatores devem ser problematizados em conjunto para compreender o que é a pobreza e identificar os fatores que colaboram para sua produção e reprodução (FERREIRA, 2018).

Após muitas discussões sobre níveis diferentes de produtividade e desenvolvimento social, duas definições de pobreza se efetivaram: 1º) Pobreza absoluta, "estritamente vinculada às questões de sobrevivência física; portanto, ao não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital” (ROCHA, 2006, p.11) e 2ª) Pobreza Relativa, que "define as necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social” (ROCHA, 2006, p.11).

Sonia Rocha (2006) afirma que não existe uma distinção clara entre pobreza absoluta e pobreza relativa, pois, ao mesmo tempo em que a noção de pobreza absoluta (que enfatiza a necessidade de suprir as necessidades fundamentais para a sobrevivência) está ligada ao conceito de pobreza, é de extrema importância levar em conta os aspectos culturais da sociedade analisada para definir o que seria o mínimo vital. Esse mínimo vital faz parte das

necessidades básicas do ser humano, como, por exemplo, alimentação adequada, vestuário, moradia adequada, serviços essenciais (água, luz, saneamento básico), acesso a serviços de saúde e educação (TOWNSEND, 1993, *apud* LAVINAS, 2003). A pobreza absoluta, nesse caso, é apontada como um estado de carência e de privação, em que a própria condição humana do indivíduo e sua cidadania são colocadas em risco. Na prática, porém, foi adotado por diversos países ricos e pobres o critério de renda para dimensionar a pobreza. Assim, seria determinado valor monetário que estaria associado ao custo da realização das necessidades básicas.

Sonia Rocha (2006, p.12) aponta que

Quando se trata especificamente das necessidades nutricionais, esse valor é denominado de linha de indigência, ou pobreza extrema, em referência ao caráter essencial das necessidades alimentares. Quando se refere ao conjunto mais amplo de necessidades, trata-se da chamada linha de pobreza.

A partir desses parâmetros, a população total distingue-se, de acordo com a sua renda, em dois subgrupos: pobres e não pobres; indigente e não indigentes. Logo, os pobres são aqueles que detêm uma renda que está abaixo do valor estabelecido como linha de pobreza, e os indigentes são as pessoas cuja renda está aquém das necessidades nutricionais. No entanto, essas linhas para dimensionar a pobreza de uma sociedade são alvo de muitas críticas, pois são baseadas em um valor monetário considerado como o mínimo necessário para a sobrevivência e a dignidade do ser humano.

Amartya Sen (2001) é um dos/as pesquisadores/as que criticam o uso apenas do critério de renda para dimensionar o que é pobreza. O autor ilustra essa crítica a partir do exemplo de duas realidades de vida com privações diferentes. A pessoa número 1 tem um nível de renda abaixo do nível da pessoa número 2. No entanto, a pessoa número 2 sofre de uma doença renal e precisa de um aparelho de diálise que custa muito caro, mas ela também tem uma vida empobrecida, assim como a pessoa número 1. A partir desse exemplo, Sen (2001) se questiona: desses dois casos, qual seria a pessoa mais pobre, a pessoa número 1, devido a sua renda baixa, ou a pessoa número 2 por ter um conjunto de capacitores mais limitado? Para responder a essa questão, primeiramente, teria que estar definido o que é pobreza, sem estar limitado à renda, mas levando em consideração o caráter descritivo de cada ator social que se encontra em uma situação limitada de renda e de capacidades.

O valor de uma renda dada como universal para dimensionar a pobreza, sem pensar nas individualidades e nas desigualdades, poderia até reduzir a intensidade da pobreza, mas

não seria suficiente para acabar com ela. Nesse caso, o conceito de pobreza não deve ser reduzido apenas à renda, mas deve ser compreendido de maneira mais complexa e abrangente (SCALON, 2011) de maneira que as desigualdades de raça, gênero, classe, sexualidade, idade, entre outras especificidades de cada indivíduo, sejam consideradas. O que Amartya Sen (2001, p.174-175) pretende enfatizar é que

[...] se queremos identificar a pobreza em termos de renda, não pode ser adequado considerar apenas as rendas (quer dizer, se a renda é genericamente baixa ou alta), independentemente da capacidade para realizar funcionamentos deriváveis dessas rendas. A adequação da renda para evitar a pobreza varia parametricamente com as características pessoais e as circunstâncias [...] Uma “linha de pobreza” que ignora completamente as características individuais não consegue fazer justiça às nossas verdadeiras preocupações sobre o básico na pobreza, a insuficiência de capacidade devida a meios econômicos inadequados. Seguidamente será sensato agrupar os indivíduos em categorias particulares (relacionadas com classe, sexo, grupo ocupacional, status do emprego e assim por diante). Se escolhermos expressar a pobreza no espaço de rendas, então as rendas requeridas terão de ser ligadas às exigências causais das capacidades mínimas.

Nesse sentido, a proposta de Amartya Sen (2001, p. 173) é conceituar pobreza como uma deficiência de capacidades básicas, “desde os físicos elementares como estar bem nutrido, adequadamente visto e abrigado, evitar doenças que podem ser prevenidas etc., até realizações sociais mais complexas tais como tomar parte na vida da comunidade, ser capaz de aparecer em público sem envergonhar-se, e assim por diante”. É necessário ressaltar que a abordagem de capacidades para Sen (2001), segundo Lina Penati Ferreira (2018), está ligada às condições sociais que irão nos permitir efetuar atividades para o funcionamento da nossa própria vida, ou seja, “as capacidades são as combinações de funcionamentos que uma pessoa pode atingir, sendo as capacidades centrais, pois refletem a liberdade de escolher o modo de viver” (SEN, 1993; 2012 *apud* FERREIRA, 2018). Portanto, mesmo que a pobreza seja uma questão de renda ou a falta dela, ela também está ligada a ter capacidades minimamente adequadas para garantir essa renda ou meios que capacitem o bem-estar dos indivíduos.

Sendo, também, crítica ao uso da renda como a única ou principal ferramenta para conceituar pobreza e adepta da teoria de Amartya Sen que conceitua a pobreza através das capacidades, Celi Scalón (2011) usa como exemplo o Brasil e afirma que desigualdade e pobreza encontram-se quando os meios de obtenção de renda do indivíduo estão ligados às capacidades que eles detêm de se mobilizarem para gerar a renda (SCALON, 2011). Entretanto, essas capacidades (educação, capital físico, ativos financeiros) não são distribuídas igualmente, portanto é necessário problematizar a maneira como elas são

distribuídas pelo Estado, o que faz com que parte dos indivíduos da sociedade analisada esteja abaixo da linha da pobreza.

Para tanto, também chamo a atenção para o que Serge Paugam (*apud* PIZZIO, 2009) nomeia de desqualificação social da pobreza. Para o autor, historicamente, as transformações que ocorreram no mercado de trabalho resultaram em um processo de desqualificação social de uma parcela de indivíduos. Segundo Alex Pizzio (2009), Serge Paugam, ao caracterizar a pobreza como desqualificação social, também leva em consideração o caráter multidimensional da pobreza, valorizando, principalmente “a diversidade dos status que definem as identidades pessoais, ou seja, os sentimentos subjetivos acerca da própria situação que esses indivíduos experimentam no decorrer de diversas experiências sociais” (PAUGAM, 2003 *apud* PIZZIO, 2009. p. 2011).

Para Serge Paugam (2003 *apud* PIZZIO, 2009), a desqualificação social não é determinada apenas pelo poder de consumo do indivíduo, mas também pelo status de hierarquia social, que inferioriza e desvaloriza, historicamente, a identidade de indivíduos que vivem em situação de pobreza/extrema pobreza, os quais passam a ser visto como ameaça à sociedade, e por consequência, têm suas capacidades reduzidas. Ainda, o processo de desqualificação social, segundo Pizzio (2009), é o resultado de uma trajetória de vida que está permeada e interiorizada, cotidianamente, pelo misto de precariedade e vulnerabilidade social, que por sua vez, detém efeitos negativos que negam o acesso dessas pessoas aos seus direitos como cidadãs, e as afastam do sentimento de pertencimento social, isto é:

A desqualificação social e as situações consequentes acabam por se correlacionar com o plano psicossocial dos indivíduos. Essa forma de inclusão, quando vivenciada no dia-a-dia, traz embutido um sentimento de desumanização ou coisificação do ser humano, constituído por uma multiplicidade de dolorosas experiências cotidianas de privações, de anulações e também de inclusão enganadoras (PIZZIO, 2009, p.222).

No Brasil o processo de desqualificação social da pobreza pode ser percebido desde o período colonial. Conforme o afirma Carlos Hasenbalg (2005), desde esse período há a existência de desigualdades sociais entre brancas/os e negras/os, que, devido aos princípios racistas de seleção que estavam fortemente presentes na época da escravatura levou a população negra a ser ainda a maior subordinada e estar presente na base do sistema de estratificação social do Brasil.

Hasenbalg (2005) ressalta que o modelo de abolição da escravatura em 1888 presente na Lei Áurea não incluía maneiras que trouxessem um ajustamento social e econômico à

população escravizada, e, mais ainda, não levava em consideração que a maioria da população negra já havia sido liberta, ante mesmo da abolição. Segundo Lélia Gonzalez (2020), em 13 de maio de 1888, foi liberta apenas 10% da população de cor, os outros 90% já viviam em liberdade. Logo, os 10% da população de cor que passaram a ser livres oficialmente, perante a Lei, deveriam ser acrescentados aos que já estavam livres. No entanto, o modelo de abolição da escravatura não considerou que as pessoas negras não detinham as mesmas qualificações sociais e econômicas das pessoas brancas, o que, por sua vez, fez com que uma massa de escravos/os estivessem presente na base da hierarquia econômica do Brasil (HASENBALG, 2005).

Lélia Gonzalez (2020) ressalta que o movimento abolicionista, simultaneamente com suas contradições, traz luz ao mito da democracia racial imposta no Brasil de que a Lei Áurea teria anulado todas discriminações raciais vivenciadas durante séculos pela população negra, carregando um ideal ilusório de que, a partir do dia 13 de maio de 1888, a população negra, passava a ter os mesmos direitos da população branca, fornecendo abertura para justificativas para que o grupo racial dominante sustentassem discursos. Conforme demonstra Hasenbalg

Se o negro não ascendeu socialmente e se não participa com maior efetividade nos processos políticos, sociais, econômicos e culturais, o único culpado é ele próprio. Dadas as suas características de "preguiça", "irresponsabilidade", "alcoolismo" etc., ele só pode desempenhar, naturalmente, os papéis sociais mais inferiores (HASENBALG, 2005, p.189).

O processo de imigração no Brasil, que ocorreu durante os anos de 1890 e 1930, também está fortemente presente nesse processo de desigualdade raciais do Brasil (HASENBALG, 2005). O processo – inacabado – de mobilidade social da população negra também foi afetado durante a imigração dos Europeus para o Brasil. Hasenbalg (2005) observa que, embora as/os imigrantes se assemelhassem com as/os negras/os do ponto de vista de que também não possuíam habilidades ou qualificações especiais e nem recursos econômicos e educacionais, as oportunidades oferecidas para esses dois grupos se divergiam. A integração das/os imigrantes nos meios econômicos e sociais, desigualmente da população negra, deu-se através do trabalho assalariado nas regiões que detinham setores econômicos dinâmicos, que por conseguinte, mesmo com as mesmas “desqualificações sociais” da população negra, as/os imigrantes monopolizaram as oportunidades de mobilidade social presentes na abertura do sistema econômico (HASENBALG, 2005).

Hasenbalg (2015, p.176) aponta que autores como Douglas Granham e Sérgio Buarque de Holanda explicam que vários fatores justificam essa divergência, como:

[...] o preconceito do fazendeiro contra o trabalhador nacional e sua preferência pelo trabalhador estrangeiro; as dificuldades, historicamente condicionadas, do trabalhador nacional se adaptar de forma disciplinada ao sistema de trabalho assalariado; a situação na Itália, que favorecia a emigração para o Brasil; O baixo custo do transporte nacional; e, finalmente, a resistência dos grupos dominantes nordestinos à transferência da população para o Sudeste.

A política de imigração, conforme Hasenbalg (2005) descreve, estava impregnada por discriminações raciais que reforçavam o padrão de distribuição regional de brancas/os e negras/os no Brasil. Consoante com Hasenbalg (2005), Gonzalez (2020, p.188) afirma que há, portanto, a “existência de um país subdesenvolvido, que concentra a maior parte da população de cor de um lado, e de um Brasil desenvolvido, que concentra a população branca de outro”.

Dar liberdade às pessoas de cor, então, não foi o suficiente para que elas se tornassem, verdadeiramente, cidadãs; eram necessárias alternativas e mecanismos para o enfrentamento das desvantagens sociais que foram construídas e estruturadas na sociedade durante todo o período de escravidão, as quais trazem consequências negativas e doloridas que permeiam até hoje toda a trajetória de vida da população negra (HASENBALG, 2005; GONZALEZ, 2020). Mesmo após 132 anos de abolição da escravatura, a população negra ainda se encontra em posições sociais, políticas e econômicas subordinadas (HASENBALG, 2005), nesse sentido, Hasenbalg (2005), reforça que todo o processo da escravidão deve ser colocado em ênfase, para explicar todas as relações estruturais entre negras/os e branca/os, que refletem princípios racistas de oportunidades, posições e seleções sociais que produzem/reproduzem e transmitem as desigualdades sociais de maneira intergeracional.

O resultado do processo histórico de discriminação racial está na condição de pobreza/extrema pobreza da maioria das famílias de negros/as, o que, por consequência, interfere no processo de acúmulo de (des)vantagens sociais de filhas/os de negros/as, ou seja, “os filhos de pais não-brancos acumularão menos recursos competitivos que os filhos de pais brancos – incluindo níveis de habilidades, educação e aspirações e a própria adscrição racial” (HASENBALG, 2005, p.2008).

Hasenbalg (2005) ainda enfatiza que esses efeitos discriminatórios sobre os acúmulos de (des)vantagens sociais que negras e negros experimentam, são carregados pela combinação entre baixa origem social e desvantagem competitiva que são vivenciadas pela população negra desde o seu nascimento até a sua morte, fazendo com que negras e negros limitem suas motivações e aspirações de acordo com o que é imposto e definido como "lugar apropriado para as pessoas negras".

Posto isso, é indispensável falar sobre quem são as pessoas pobres. Cynthia Sarti (2011) compartilha do mesmo posicionamento de Scalon (2011), de Sen (2001) e de Paugam (2003 *apud* Pizzio, 2009) de que a pobreza vai além do critério de renda. Para ela, a pobreza possui uma dimensão social e simbólica que envolve a cidadania e que define anteriormente quem são os pobres. Em sua tese de doutorado, intitulada “A família como espelho – um estudo sobre a moral dos pobres”, Sarti (2011, p. 39) preocupou-se em ressaltar os aspectos que indicam como os pobres constroem o seu lugar no mundo social. Para a autora, “falou-se mais da pobreza do que do pobre, ao denunciar o sistema, elidiu-se do sujeito” (SARTI, 2011, p. 39)

Muitos estudos das ciências sociais, predominantemente nos anos 1960, construíram imagens dos pobres como o “outro”, como algo negativo. Sarti (2011) aponta que os pobres eram vistos pelas ciências sociais em uma perspectiva do “deve ser” – deve ser um problema econômico e deve ser um problema político. Nessa perspectiva do “deve ser”, o pobre passou a ser analisado a partir da sua relação com a exploração do trabalho através do capital e, depois, pela ausência de reconhecimento dos pobres em relação à sua cidadania e aos seus direitos. Os pobres passaram a ser analisados com base em uma lógica produtivista, mas nem mesmo os pobres se reconheciam nessa visão, e passaram a ser considerados alienados, por não terem consciência de sua classe. No entanto, não era investigada a individualidade dos sujeitos pobres e muito menos eles eram questionados sobre a maneira como se viam no mundo social e/ou como eles viam a pobreza no Brasil. “Em outras palavras, os pobres foram pensados como se sua identidade social fosse ou devesse ser construída exclusivamente a partir de sua determinação de classe” (SARTI, 2011, p.39).

Sarti (2011) aponta que essa relação entre o “bom pobre” e o “mau pobre” é interpretada a partir de uma lógica de quem fala, como se os outros fossem como nós. Para entender o “outro”, é preciso deixar o “eu” e a visão etnocêntrica de lado e passar a questionar, nesse caso, quem são os pobres além da nossa visão. Para isso é preciso ter alteridade para compreender as historicidades e as peculiaridades do outro, nesse caso, do sujeito pobre.

Acompanhando esse raciocínio e refletindo sobre a crítica feita por Cynthia Sarti (2011), na qual ela aponta a importância de saber quem são as pessoas pobres, é que irei problematizar como os estudos sobre pobreza e chefia familiar feminina, por vezes, recebem críticas por analisar essa condição apenas pensando no fator econômico, sem levar em consideração as particularidades das mulheres chefes de família.

Por essas mulheres estarem em pior condição de vulnerabilidade, as redes de apoio são primordiais, Cynthia Sarti (2011) observa que, em muitos casos, como não há *status* ou poder a ser transmitido para as pessoas pobres, a família passa a ser uma rede de obrigações. Ou seja, é nas pessoas da família que se pode confiar e com quem se pode contar, independentemente da existência de laços sanguíneos. A família consiste, então, em uma relação de reciprocidade e de retribuições de favores – cuidar dos filhos do outro, emprestar dinheiro etc. Outra maneira de amenizar essas vulnerabilidades é recorrendo às políticas sociais, e uma delas foi o Programa Bolsa Família, programa de transferência condicionada de renda direta.

O Programa Bolsa Família (PBF), encerrado em agosto de 2021, foi um dos diversos exemplos de Programas de transferência de renda direta e condicionada que surgiram na América Latina. De acordo com Fonseca (2010), esses programas surgiram como um instrumento para superar a crise econômica que parte dos países da América Latina estava passando durante a década de 1980. A maioria desses países passou por uma agenda de reformas estruturais, como a privatização de empresas e serviços públicos, aumento de impostos para reduzir o déficit fiscal, corte nos empregos públicos. Diante dessa situação, fez-se necessário implantar Redes Mínimas de Proteção Social (RMPS), com dois objetivos importantes focalizados na população pobre: enfrentar a pobreza e melhorar a eficiência e a ação dos ministérios públicos e da assistência social (FONSECA, 2010), com a intenção de compensar a perda de rendimentos que a população passou a ter em consequência da reforma estrutural.

No entanto, conforme apontam Silvana Mariano e Cássia Carloto (2010), as necessidades e os problemas que essas mulheres enfrentam diariamente são vistos por esses programas como consequências de sua condição de pobreza e acabam se esquecendo de levar em consideração a situação da subordinação feminina. Assim, o Estado estaria potencializando a política pública com base no tradicional papel desempenhado pela mulher no âmbito familiar (BERTHOLO; FONTOURA; PASSOS, 2017). Para Fonseca (2010, p. 9), esses programas, na verdade, reforçam

[...] uma ideia de papel social feminino, bastante tradicional, como mãe que sacrifica seus interesses em prol dos da família. Nesta lógica, cuidar das crianças, levá-las ao posto de saúde para serem pesadas e medidas, terem a carteira de vacinação em dia, cuidarem para que as crianças não faltem às aulas são coisas de mulher [...] nessa distribuição se reforça o papel da mulher e o homem como indivíduo egoísta.

Mesmo que o PBF não vise diminuir as desigualdades de gênero, a crítica feminista aos PTC diz respeito ao fato de eles reforçarem a divisão entre o público e o privado, que, por consequência, enfatiza o papel de cuidadora das mulheres. Em tais programas, a preferência pela titularidade feminina não leva em consideração a sobrecarga de trabalho em torno de suas condicionalidades, que dificultam ainda mais a conciliação entre trabalho e família, principalmente para mulheres pobres chefes de famílias monoparentais ou nucleares. Além disso, a transferência de renda direta do PBF não garante que todas as necessidades básicas sejam supridas. Ou seja, não elimina a pobreza ou a extrema pobreza das famílias beneficiárias, apenas diminui a gravidade de sua condição. A fonte de provisão do bem-estar individual e familiar segue sendo o mercado de trabalho (LAVINAS e NICOLL, 2006).

Ao serem tratadas de forma instrumentalizada pelo Estado, com vistas a facilitar que as condicionalidades do PBF sejam cumpridas, as mulheres acabam não recebendo o apoio necessário para o desenvolvimento de suas capacidades – praticamente não há meios disponíveis para se dedicarem mais ao trabalho produtivo. Sem o apoio de políticas públicas que as auxiliem a conciliar trabalho produtivo e família, como o “acesso a creches para crianças de até 3 anos, que é de suma importância para o engajamento produtivo feminino, a oferta de cursos de qualificação profissional” (BARTHOLO; FONTOURA; PASSOS, 2017, p. 14), essas mulheres chefes de família continuarão em condição de pobreza ou de extrema pobreza.

Assim, como Midihã Silva (2006) destaca, desde a década de 1970 as feministas têm reivindicado que os estudos em torno da questão da pobreza sejam tratados conjuntamente com a perspectiva de gênero, alegando que o não tratamento das questões de gênero acabaria por ocultar as verdadeiras relações sociais que explicam as dimensões da pobreza. Conforme ela mesma afirma,

para entender a pobreza e sua dinâmica diferenciada para homens e mulheres, torna-se necessária a utilização do conceito de gênero como categoria de análise importante para a explicação das diferenças entre os sexos, uma vez que este conceito é capaz de ampliar o repertório conceitual da pobreza evidenciando seu caráter multidimensional e heterogêneo (SILVA, 2006, p.154).

Pensando na necessidade dessa caracterização da pobreza em torno das desigualdades de gênero, em 1978, a socióloga americana Diane Pearce utilizou pela primeira vez o termo “feminização da pobreza” para retratar o aumento da proporção de mulheres e o crescimento das famílias chefiadas por mulheres entre os pobres. Posteriormente, esse termo foi utilizado para averiguar a situação das mulheres pobres em outros países (COSTA *et al.*, 2005), uma

vez que o Relatório do Desenvolvimento Humano de 1995 apontou que, de 1.3 bilhões de pessoas na pobreza, 70% eram mulheres (NOVELLINO, 2002). A feminização da pobreza, então, surge como um fenômeno contemporâneo, que passou a analisar a pobreza através da categoria de gênero. Como efeito, tal fenômeno auxiliou na identificação de que as mulheres são as mais propensas a estarem em situação de pobreza ou extrema pobreza, sobretudo se elas forem chefes de família (LAVINAS, 1996).

Apesar de forte correlação, o fator econômico não é determinante para indicar o que é o fenômeno da chefia familiar feminina. Márcia Macêdo (2008b) afirma que os estudos sobre arranjos familiares têm mostrado com frequência as vulnerabilidades socioeconômicas em que as famílias chefiadas por mulheres estão inseridas. No entanto, muitos desses estudos também vêm carregados de críticas sobre as possíveis problemáticas que podem acarretar o uso do termo – feminização da pobreza de maneira generalizadora, pois ela acabaria por reforçar um estereótipo de gênero em torno da pobreza. A associação entre lares chefiados por mulheres e lares pobres pode carregar um peso negativo, “como se o crescimento desses domicílios fosse símbolo de quebra dos valores familiares e da desorganização familiar; portanto, de uma situação de retrocesso no ciclo ideal de desenvolvimento da família” (MACÊDO, 2008b, p.397). Esse raciocínio acabaria culpabilizando as mulheres chefes de famílias e reforçando o estigma de que elas não seriam capazes de cuidar e administrar a sua família. Entretanto, conforme é afirmado por Castro (2001 *apud* MACÊDO, 2008b, p. 398):

As mulheres de famílias monoparentais [...] foram esposas, ou seja, empobrecem não porque se tornam chefe de família, porque deixaram de ter um provedor, mas, com a maior probabilidade, porque foram esposas antes e, assim, não tiveram as mesmas oportunidades dos homens, casados ou vivendo sós, ou das mulheres sós, de investir em carreira, de socializar-se com as regras do e no mercado.

Dessa forma, é de extrema importância reconhecer que há muitos fatores complexos que levam à situação de pobreza, para não correr o risco de ligar pobreza com chefia feminina como se fosse algo determinadamente pertencente uma à outra. Nessa perspectiva, em que pese a importância da ênfase na questão das desigualdades sociais como eixo central nas análises da expansão do fenômeno da chefia de domicílio por mulheres, Macêdo (2008b, p.386) aponta a importância de enfatizar que tal fenômeno também “deve ser visto como uma configuração histórica e social”.

Quando se estudam famílias chefiadas por mulheres, os estudos com perspectiva de gênero são uma das principais ferramentas para problematização e desconstrução do objeto. Lavinias (1996) aponta que as políticas de gênero são de importância fundamental para

reavaliar como são distribuídas as responsabilidades entre as esferas de reprodução e produção, tendo em vista que a hierarquia e o antagonismo entre os sexos definem diretamente a posição das mulheres e dos homens nessas duas esferas, e as mulheres aparecem como as mais prejudicadas, com menos atividade remunerada e com salários mais baixos que os homens. E isso é um fato recorrente na vida de mulheres pobres e não pobres, porque as duas, independentemente de sua condição econômica, apresentam rendas menores que os homens, mas, ainda assim, executam mais horas de trabalho que os homens. Desse modo, as políticas de gênero seriam necessárias para ampliar as responsabilidades dos homens nas tarefas presentes na esfera doméstica (LAVINAS, 1996).

Segundo Macêdo (2008b), por mais que os estudos de gênero sejam de extrema importância para compreender a importância da autonomia e dos direitos das mulheres, o uso dos estudos de gênero de maneira exacerbada, sem fazer intersecção com outros marcadores sociais, como classe e raça, pode acabar trazendo alguns riscos, principalmente se forem utilizados como sinônimo de mulher, excluindo outras características que são essencialmente importantes para explicar as posições nas quais estão inseridas as mulheres. Muitas pesquisas têm apontado que as famílias chefiadas por mulheres são um fenômeno de extrema vulnerabilidade, mas essas vulnerabilidades estão, especialmente, presentes nos lares chefiados por mulheres negras, por conta das discriminações de gênero, raça e classe que as mulheres sofrem, principalmente, no mercado de trabalho.

Flavia Clemente e Monica Costa (2017), no artigo intitulado "Mulheres Negras e Racismo", refletem sobre a maneira em que o racismo e a discriminação racial estão presentes na condição de vida das mulheres negras, apontando que o elemento racial é o fator determinante para que elas estejam em maior número em situações de vulnerabilidade social. Segundo os dados do IBGE (2015) descritos pelo IPEA, as mulheres negras perfazem o maior percentual de pobreza do Brasil. Apenas 28,8% das mulheres negras não vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza. Em contrapartida, 52,5% das mulheres brancas e 52,8% dos homens brancos não vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza.

As mulheres negras detêm o maior percentual de desocupação no Brasil. De acordo com o Ipea (2015), no ano 2015, as mulheres negras detinham 32% da taxa de desocupação do Brasil; os homens brancos, por sua vez, detêm a menor taxa de desocupação, com 18%, seguidos das mulheres brancas com 21%, que também detêm percentual menor que o dos homens negros, com 28%. A taxa de desocupação de 2015, por conseguinte, também

influencia no rendimento mensal domiciliar das mulheres negras, sendo ele o menor, chegando a 742,6 reais, enquanto o rendimento das mulheres brancas é de 1.389,00 reais, uma diferença percentual de 87%. Em comparação à renda dos homens brancos, a diferença percentual é ainda maior, chegando a 191%. Essa diferença só é amenizada quando comparada ao rendimento dos homens negros (782,2 reais), com diferença percentual de apenas 5,3% (IPEA, 2015).

Portanto, a distribuição de recursos na sociedade é marcada pela condição de raça e gênero, e são as mulheres negras as que mais vivenciam essas experiências (SILVA, 2013). As mulheres negras e os homens negros estão historicamente posicionados no espaço em que o racismo e as desigualdades de classe e de gênero se encontram (COSTA, 2009). Entretanto, as mulheres negras nunca estarão na posição de opressoras, apenas de oprimidas, diferentemente das mulheres brancas e homens negros, que, mesmo que perpassem por diversas de opressões, elas/es ainda podem estar em posições de opressores/as (hooks, 2015). Conforme bell hooks (2015, p.207):

Como grupo, as mulheres negras estão em uma posição incomum nesta sociedade, pois nós estamos coletivamente na parte inferior da escada do trabalho, mas nossa condição social geral é inferior de qualquer outro grupo. Ocupando essa posição, suportamos o fardo da opressão machista, racista e classista.

Assim, o sexismo e o machismo podem ser considerados sistemas de dominação e, por conseguinte, encontram-se institucionalizados. No entanto, não irão determinar de maneira igual o destino de todas as mulheres na sociedade. Ser oprimida é não ter opção, mas muitas mulheres ainda têm o privilégio de fazer escolhas (hooks, 20105). Por essa razão é indispensável que levemos em consideração os discursos das mulheres negras, porque eles são extremamente importantes para mapearmos a variabilidade de discriminações e opressões sofridas por essas mulheres e, por conseguinte, dão-nos maior segurança e garantia para propor maneiras que amenizem e/ou acabem com as subordinações vivenciadas diariamente pelas mulheres negras, que, no fim, irão beneficiar todas as mulheres (CRENSHAW, 2002).

Além da necessidade de considerarmos o discurso das mulheres negras, Silva (2013) aponta que, para entendermos o lugar ocupado pelas mulheres negras, é fundamental problematizarmos, através da interseccionalidade entre raça, gênero e classe, os processos estruturantes que as levaram a estar em uma condição de maior vulnerabilidade social. Como

questionado por Carneiro (2003), quando falamos em garantir as mesmas oportunidades para homens e mulheres, estamos garantindo oportunidades para quais mulheres e quais homens?

### 3 OS CAMINHOS METOLÓGICOS.

Este capítulo teve como objetivo específico descrever quais foram os caminhos traçados para a escolha metodológica da minha dissertação. Para tanto, na primeira seção, apresentei os dados utilizados na dissertação, os quais fazem parte do banco de dados primários, pertencentes ao projeto de pesquisa “Gênero e interseccionalidade na questão do desenvolvimento: os desafios do Programa Bolsa Família para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza”, da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e coordenado pela Profa. Dra. Silvana Mariano, ainda apresentei a justificativa pela escolha da cidade de Salvador para ser a minha base de dados. Por último descrevi o processo de construção dessa base de dados primários, relatando sobre a importância de utilizar a técnica de entrevista narrativa, combinada com a metodologia de análise de conteúdo. A escolha dessa metodologia trouxe alguns benefícios para a organização e categorização das entrevistas que foram aqui analisadas e problematizadas.

#### 3.1 A ESCOLHA DA METODOLOGIA.

Em minha dissertação, utilizei parte do banco do projeto de pesquisa “Gênero e interseccionalidade na questão do desenvolvimento: os desafios do Programa Bolsa Família para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza”. A construção dessa base de dados foi realizada pelas pesquisadoras do projeto, entre os meses de abril e dezembro de 2018, com abrangência nacional, sendo selecionadas 6 capitais contemplando todas as regiões do Brasil: Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS), São Paulo (SP), Salvador (BA), Belém (PA) e Distrito Federal (DF). O total de entrevistas válidas realizadas foi de 97 (MARIANO *et al.*, 2019), distribuídas da seguinte maneira: Belém (10), Belo Horizonte (12), Brasília (18), Porto Alegre (19), Salvador (29) e São Paulo (9).

As entrevistas foram realizadas com mulheres titulares do Programa Bolsa Família, uma vez que o objetivo geral do projeto de pesquisa envolvido na construção dos dados primários estava em: “investigar e analisar as possibilidades e os obstáculos para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza entre a população beneficiária do Programa Bolsa Família (PBF)” (MARIANO *et al.*, 2019, p. 3), cabe ressaltar portanto que, em minha dissertação, não tenho como objetivo trazer investigações acerca do Programa Bolsa Família, porém, cerca

de 92% das famílias beneficiárias do PBF têm as mulheres como titulares (BARTHOLO, PASSOS e FONTOURA, 2017) e em alguns países, como Panamá, Honduras, Peru, Equador, é determinado que as mulheres sejam titulares dos Programa de Transferência de Renda Condicionada (PTCs).

Fonseca (2010) aponta que isso ocorre por causa dos pressupostos de que a pobreza atinge mais as mulheres, não apenas por questões em torno do mercado de trabalho, mas também por causa da condição da família monoparental feminina e das famílias nucleares chefiadas por mulheres. A autora também destaca que, como o objetivo desses programas é elevar os níveis da educação e da saúde das novas gerações, faz-se necessário que alguma pessoa da família seja capaz de privilegiar os interesses de todos os integrantes da família (FONSECA, 2010). Por isso, os PTCs dão preferência às mulheres, principalmente às mães, como titulares dos programas, pois se pressupõe que elas tendem a agir de forma menos egoísta e, dessa maneira, o benefício estaria em boas mãos.

O PBF, então, detém uma relação direta com as mulheres chefes de família que reforçam alguns estereótipos de gênero, na base de dados primários, que será utilizada em minha pesquisa. Das 97 mulheres entrevistada, 57 autodenominam-se chefes de família, sendo 12 com presença de companheiro e 47 em condição de família monoparental. Por conseguinte, mesmo que a minha intenção não seja investigar o PBF, o banco de dados primários trouxe a possibilidade de fazer uma análise em profundidade com as mulheres chefes de família, com olhar para além da condição de pobreza e extrema pobreza em que essas mulheres estão inseridas, apresentado suas trajetórias de vida, e através dessa análise compreender o fenômeno da chefia familiar feminina.

As entrevistas foram aplicadas pelas pesquisadoras do grupo de pesquisa responsável pelo banco de dados primário, exceto em Salvador, onde as pesquisadoras contaram com o apoio de estudantes da Universidade Federal da Bahia (UFBA). As entrevistas ocorreram nas instalações dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), visto que é um local que garantia maior acesso às entrevistadas. As entrevistas passaram por duas etapas. A primeira constituiu na aplicação de questionário estruturado (Anexo A) para registro de informações que retratassem as entrevistadas, tais como: idade; cor ou raça; escolaridade e suas percepções da condição geral da mulher e de suas experiências particulares em ser mulher. Na segunda etapa, foram feitas entrevistas narrativas individuais (Anexo B), que é uma das técnicas de coleta de dados da metodologia qualitativa (MARIANO *et al.*, 2019).

A metodologia qualitativa é fundamental para analisar textos/frases como materiais empíricos, tendo como principal objetivo investigar a perspectiva e o conhecimento do indivíduo em relação ao assunto que será pesquisado (FLICK, 2009). Conforme enfatizado por Elaine Linhares Guerra (2014, p. 110), essa abordagem é fundamental para às/os pesquisadoras/es estudarem as “ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social, interpretando-os segundo a perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação”.

A entrevista narrativa é uma técnica de recurso metodológico para a pesquisa qualitativa que tem por objetivo analisar, por meio das histórias contadas as/aos pesquisadoras/es, como os fenômenos, os problemas e as transformações sociais ocorrem (JOVCHELOVITCH e BAUER, 2002). Sandra Jovchelovitch e Martin Bauer (2002, p.91) ressaltam que, na entrevista narrativa, as pessoas “lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social.” Ou seja, a partir da experiência individual ou de um grupo de pessoas, é possível compreender diversos fenômenos sociais, assim como compreender sentimentos pertinentes à vida social do indivíduo.

A entrevista narrativa foi estruturada em dois momentos. Iniciou-se com uma pergunta gerativa, o que possibilitou a cada entrevistada contar sua história de vida com liberdade. Depois, o roteiro das entrevistas foi distribuído em oito eixos:

Eixo 1: Escolarização partindo da trajetória pessoal escolar e a visão pessoal sobre a importância dos estudos a partir da própria experiência;

Eixo 2: Trabalho, relatando experiências pessoais com o trabalho remunerado e oportunidades no mercado de trabalho;

Eixo 3: Assistência social, abordando questões sobre o recebimento do benefício do Bolsa Família e a experiência pessoal no CRAS com o qual possui vínculo;

Eixo 4: Família/Composição doméstica, tratando de questões relativas ao significado de família, à experiência da maternidade e aspirações para os filhos, opiniões sobre a vida compartilhada com um companheiro ou aspirações sobre ter um companheiro;

Eixo 5: Família/organização doméstica, informando sobre princípios de organização da vida doméstica em termos de gestão das contas a serem pagas, da divisão de realização tarefas em casa com outros membros da família, do significado atribuído do seu próprio papel dentro da família;

Eixo 6: Gênero e cidadania, tratando de temas como condição de ser mulher, de diferenças geracionais do significado de ser mulher em relação à geração das suas mães, das condições de desigualdades entre homens e mulheres, das diferenças de responsabilidades entre homens e mulheres, de discriminações de gênero, da condição de pobreza, da dimensão dos direitos em termos de suas garantias e respeito, do acesso aos direitos, do recebimento de apoio para a garantia desses direitos;

Eixo 7: Projeto de futuro, versando sobre os momentos e situações mais difíceis que enfrentou, sobre as ações para superações das dificuldades, sobre conquistas pessoais para o seu futuro, bem como para o futuro dos filhos e filhas;  
Eixo 8: Encerramento, solicitando algum acréscimo sobre questões que julga pertinente, conforme a opinião pessoal, mas que não foram abordadas ao longo da entrevista (MARIANO *et al.*, 2019, p. 11-12).

No entanto, tendo em vista que o objeto da minha dissertação são os processos e os motivos pelos quais mulheres negras em situação de pobreza, residentes dos centros urbanos de Salvador, constituem grupos domésticos sob sua responsabilidade, dando forma à chefia familiar feminina, aqui foram analisados quatro casos de entrevistas narrativas realizadas com mulheres negras, chefes de famílias (com e sem companheiro) e titulares do Programa Bolsa Família, residentes do centro urbano de Salvador. Sabendo que o objetivo geral da minha dissertação está em compreender os processos pelos quais as mulheres residentes do centro urbano de Salvador constroem grupos domésticos sob a chefia familiar feminina e como, nesses contextos, elas agenciam restrições e possibilidades para autonomia e liberdade femininas, a escolha por Salvador se justifica, porque comparado as outras cinco capitais, se destaca com o maior nível de desigualdade de classe, gênero e raça, o que me permite problematizar os motivos que levam a chefia familiar feminina ser predominantemente dominada por mulheres negras e em situação de pobreza ou extrema pobreza.

Salvador (BA) está ligada à trajetória marcante da capital, sendo ela uma das cidades mais importantes durante a época colonial, passando por várias configurações e reconfigurações demográficas, marcadas por uma segregação social de classe, expressa em desigualdades de gênero e, principalmente, de raça (ESPINHEIRA e SOARES, 2006). Segundo Gey Espinheira e Antonio Soares (2006) foi partir da década de 1950 que a cidade de Salvador passou por um grande crescimento urbano, relacionado, principalmente, aos investimentos de novos meios de transportes, que trouxeram a necessidade de abertura de vias de articulação e que, conseqüentemente, proporcionou a chegada de novas indústrias na capital, como foi o caso das primeiras instalações da Petrobrás, impulsionando o desenvolvimento da cidade.

Uma das principais conseqüências do surgimento de novas indústrias, foi o aumento demográfico, que fez com que surgissem complexos industriais e novos bairros residenciais de classe alta e média, que atendiam as/os profissionais que viam de outros estados para assumir cargos de maior poder aquisitivo nas novas indústrias (ESPINHEIRA e SOARES, 2006). No entanto, ao mesmo tempo em que esses bairros foram surgindo, os bairros em áreas

populares expandiram-se para abrigar a população mais pobre (operários, imigrantes e desempregados), sem que houvesse algum tipo de acompanhamento profissional (ESPINHEIRA e SOARES, 2006)

Esses bairros populares eram localizados distantes das áreas centrais da cidade, que era dominada por bairros de classe média e alta, o que claramente refletia a segregação da cidade por classe e raça, ou seja, “uma perversa consolidação da segmentação do espaço urbano de Salvador, dividindo-o aqui, em “concentrações de territórios populares” e “concentrações de territórios abastados” (ESPINHEIRA e SOARES, 2006, p. 2). Conforme indicam Gey Espinheira e Antonio Soares (2006, p. 3), os bairros foram divididos da seguinte maneira:

[...] somam-se ao território abastado da cidade: os bairros tradicionais do Campo Grande, Canela, Corredor da Vitória, Graça, assim como a maioria dos bairros que margeiam a Orla Atlântica da Cidade, Barra, Ondina, Rio Vermelho, Pituba, Itaigara, Alto do Itaigara, Caminho das Árvores, Costa Azul, Stiep etc. Territórios que poderíamos considerar (GORDILHO, 2000) como os da cidade formal, a cidade legal, possuidora de equipamentos urbanos e da atenção dos órgãos públicos. Seguindo as teorizações de Caldeiras (1997), estes territórios podem ser compreendidos como “ilhas de riquezas” [...] Na outra face da moeda os “territórios populares”, compreendidos na maioria dos casos como os espaços pobres e informais da cidade, àqueles ilegais juridicamente ou fruto de dissimulados projetos públicos de reurbanizações populares, são habitados em sua maioria por negros, pobres e desempregados, constituídos pelas áreas situadas ao norte, ao centro e ao oeste de Salvador, compreendidos através dos bairros: Mussurunga I,II,III, Parque São Cristovão, Alto do Girassol, Raposo, Carobeira, Cassange, Nova Brasília de Itapuã, área oeste do bairro de Itapuã e entorno; Ilha da Maré, Valéria e proximidades; Subúrbio Ferroviário e seus vinte e dois bairros ( aglomerado de Alagados, Novos Alagados, Conjunto Nova Primavera, Baixo de Coutos, Plataforma, Periperi etc.); Pau da Lima (Invasão Brasilgás, Beco do Bozó e etc); Tancredo Neves, Cabula VI, Beiru, e outros e na região limítrofe do bairro da Liberdade.

Entretanto, conforme aponta Marcia Macêdo (2008), essa segregação espacial não é completamente nítida e limitada. Segundo a autora, há regiões em Salvador em que, simultaneamente, há proximidade geográfica e um grande distanciamento social, permitindo observar um grande contraste de elitização e de desigualdades. Ainda, segundo Antonio Soares (2007), Salvador é o terceiro maior aglomerado do Brasil, que possui uma urbanização com "padrão periférico", que está baseado na força das imobiliárias. Para o autor, esse padrão periférico tem a ver com os altos índices de pobreza existentes em Salvador (SOARES, 2007).

Segundo o IBGE (2018) o estado da Bahia detém a quarta maior população do Brasil, representando maior concentração de pessoas pretas e pardas do país, que somados representam 81,1% da população total da Bahia. E Salvador, assim como o seu estado Bahia,

também é a capital que segundo a PNAD Contínua (2017) com 82,1% detém a maior população pretos e pardos entre as capitais, sendo ainda a terceira capital, dentre as 26, com o menor rendimento mensal domiciliar do Brasil, com média de 1593,00 reais (IBGE, 2018). Conforme aponta a tabela 01, segundo o IBGE (2018) este é menor rendimento domiciliar mensal entre as seis capitais do banco de dados primários aqui utilizados.

**Tabela 01** - Rendimento mensal real domiciliar per capita segundo o IBGE, por Capitais referentes ao banco de dados primários - 2018

<b>Capitais referentes ao banco de dados primários</b>	<b>Rendimento mensal domiciliar</b>
<b>Salvador (BA)</b>	<b>1 593,00</b>
Belém (PA)	1 672,00
Belo Horizonte (MG)	2 087,00
São Paulo (SP)	2 406,00
Porto Alegre (RS)	2 858,00
Brasília (DF)	2 407,00

**Fonte:** IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018, consolidado de primeiras entrevistas.

**Elaboração:** Autora

Ainda, comparado ao banco de dados primários utilizados em minha dissertação, as mulheres da minha amostra que residem em Salvador, quando comparadas com as das seis capitais do banco de dados primários aqui utilizados, também apresentam o menor rendimento familiar. Como ilustrado na tabela 2, em Salvador a renda era de até 68,9%, sendo que 10,3% não detinha nenhum tipo de renda familiar.

**Tabela 02** – Rendimento familiar referentes às 5 capitais do Brasil, segundo o banco de dados primários.

Cidade	Rendimento Familiar						Total
	Sem renda	Até 1/4 do salário mínimo	Acima de 1/4 até 1/2 salário mínimo	Acima de 1/2 até 1 salário mínimo	Acima de 1 até 2 salários mínimos	Acima de 2 salários mínimos	
<b>Salvador (BA)</b>	<b>(3)</b> <b>10,3%</b>	<b>(9)</b> <b>31,0%</b>	<b>(8)</b> <b>27,6%</b>	<b>(5)</b> <b>17,2%</b>	<b>(2)</b> <b>6,9%</b>	<b>(2)</b> <b>6,9%</b>	<b>(29)</b> <b>100,0%</b>
Belém (PA)	(0) 0,0%	(2) 20,0%	(4) 40,0%	(2) 20,0%	(2) 20,0%	(0) 0,0%	(10) 100,0%
Porto Alegre (RS)	(4) 21,1%	(1) 5,3%	(2) 10,5%	(7) 36,8%	(5) 26,3%	(0) 0,0%	(19) 100,0%
Brasília (DF)	(4) 22,2%	(4) 22,2%	(2) 11,1%	(7) 38,9%	(1) 5,6%	(0) 0,0%	(18) 100,0%
Belo Horizonte (MG)	(5) 41,7%	(0) 0,0%	(3) 25,0%	(3) 25,0%	(1) 8,3%	(0) 0,0%	(12) 100,0%
São Paulo (SP)	(2) 22,2%	(1) 11,1%	(3) 33,3%	(2) 22,2%	(1) 11,1%	(0) 0,0%	(9) 100,0%
Total	(18) 18,6%	(17) 17,5%	(22) 22,7%	(26) 26,8%	(12) 12,4%	(2) 2,1%	(97) 100,0%

**Fonte:** Gênero e Interseccionalidades na questão do desenvolvimento: os desafios do Programa Bolsa Família para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza

**Elaboração:** Autora

Essa segregação de classe, como já citado, é refletida por desigualdades de raça, mas também de gênero. Segundo o IBGE (2018) o rendimento mensal domiciliar de uma mulher negra e/ou parda, residente de Salvador é em média de 1.400,00 reais, enquanto os homens brancos recebem uma média de 2.766,00 reais, ficando atrás apenas das mulheres brancas com rendimento de 2.525,00 reais, e por sua vez, aparecem os homens negros que têm em média 1.370,00 reais de rendimento mensal domiciliar, 30,00 reais a menos que as mulheres negras. Sendo assim, são as mulheres negras e/ou pardas residentes do grande centro urbano de Salvador as que estão predominantemente em situação de pobreza e extrema pobreza, por razões que estão intimamente conectadas com as “avenidas” de opressões de classe, gênero e raça.

Portanto, como bem frisado por Marcia Macêdo (2008, p. 94), "Salvador é hoje uma cidade paradoxalmente bela e desigual", na qual, segundo Espinheiras e Soares (2006) afirmam, que é na área do Miolo e do Subúrbio Ferroviário onde reside a maioria da população

das classes trabalhadoras, sendo esta vista como "outra cidade". Nesse local, onde há o maior índice de pobreza, residem as mulheres entrevistadas chefes de família selecionadas para a análise da minha dissertação. São mulheres negras em situação de pobreza ou extrema pobreza.

Conforme indicado no Capítulo 2 da minha dissertação, as mulheres são mais frequentemente as chefes de família entre a população em situação de pobreza. E, segundo o banco de dados primário que utilizei, em Salvador, também não é diferente, conforme demonstrado na tabela 03, de 29 entrevistadas em 20 declaram-se chefes de família, sendo três com presença de companheiro, e as outras 17 sem presença de companheiro.

**Tabela 03** – Tipo de chefia familiar feminina presentes no centro urbano de Salvador

Tipo de chefia familiar	Cidade
	Salvador (BA)
Mulheres chefes de família com presença de companheiro	3
Mulheres chefes de família sem companheiro	17
Famílias em que as mulheres não aparecem como chefes	9
Total	29

**Fonte:** Gênero e Interseccionalidades na questão do desenvolvimento: os desafios do Programa Bolsa Família para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza

**Elaboração:** Autora

Refletindo sobre a questão étnico-racial, 12 se consideram pretas ou negras, seguido de sete mulheres chefes de família pardas e apenas uma branca, sendo portanto, a maioria mulheres negras ou pardas, segue a Tabela 04:

**Tabela 04** – Cor/raça das mulheres chefes de família residentes em Salvador (BA)

Cor/raça	Cidade
	Salvador (BA)
Branca	1
Preta	7
Parda	7
Negra	5
Total	20

**Fonte:** Gênero e Interseccionalidades na questão do desenvolvimento: os desafios do Programa Bolsa Família para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza

**Elaboração:** Autora

A escolha por mulheres negras, pobres e chefes de família residentes no grande centro urbano de Salvador justifica-se por me possibilitar conhecer as principais características das trajetórias dessas mulheres negras e chefes de família e investigar de que forma as desigualdades de gênero, raça e classe são estruturadas e se convergem nas suas vivências ao assumirem a condição de chefes de família. Para tanto, é necessário ressaltar que para uma análise mais profunda das entrevistas, selecionei quatro entrevistadas para a análise da minha pesquisa, sendo que o critério para a escolha das quatro dentre as 20 mulheres chefes de famílias foi a diversidade entre as trajetórias de vida das participantes.

Portanto, ainda que os objetivos que determinaram a construção da base de dados primários diferissem dos meus, a organização feita pelo grupo de pesquisa responsável pela construção da referida base de dados beneficiou-me, uma vez que o uso da técnica de entrevista narrativa também foi uma das técnicas essenciais para delinear a trajetória de vida das mulheres chefes de família e titulares do PBF. Foi possível, dessa forma, compreender diversos fenômenos sociais e encontrar respostas para atender aos objetivos e responder ao problema de pesquisa desta dissertação.

### 3.2 UTILIZANDO A METODOLOGIA DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Para me auxiliar na organização dos dados e na investigação sociológica, utilizei a metodologia de Análise de Conteúdo que, como enfatizado por Laurence Bardin (1977), é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que envolvem o uso de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, com a finalidade de buscar compreender as motivações de determinadas ações sociais. Laurence Bardin (1977, p.32) enfatiza que: “qualquer veículo de significados de um emissor para um receptor, controlado ou não por este, poderia ser escrito, decifrado pelas técnicas de análise de conteúdo.”

Além da vasta possibilidade de aplicação do método, a Análise de Conteúdo possibilita procedimentos sistemáticos e objetivos das descrições das mensagens, permitindo compreender os motivos de determinadas ações sociais, que me auxiliaram a responder o problema de pesquisa desta dissertação: quais são os processos e as motivações que configuram a trajetória familiar das mulheres chefes de família em contextos de pobreza urbana no Brasil? Como essas experiências interferem no grau de autonomia e de liberdade femininas, consideradas as interseções entre gênero, classe e raça?

A Análise de Conteúdo consiste em quatro etapas: organização da análise; codificação; categorização; inferência, mas, anteriormente a essas etapas, as entrevistas passaram pelo processo de transcrição. Foram feitos acordos coletivos entre os membros do grupo de pesquisa a fim de que houvesse um padrão de transcrição. Segui para a primeira etapa da Análise de Conteúdo, ou seja, a organização da análise. Foi necessário, primeiramente, fazer a leitura flutuante das entrevistas, uma vez que é através dessa etapa que se estabelece o primeiro contato com os documentos, proporcionando, assim, as possíveis hipóteses, adaptações e objetivos da pesquisa. Por isso, é necessário que as/os pesquisadoras/es se atentem as descrições presentes nos documentos a serem analisados (BARDIN, 1977). Essa primeira fase, então, consiste em organizar o material de maneira que as ideias ficassem mais operacionalizadas e sistematizadas “[...]essa fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (BARDIN, 1977, p.95).

A organização da análise foi primordial para seguir para a etapa seguinte - codificação, ou seja, o tratamento do material. A codificação do material é o processo mais minucioso e exaustivo. Conforme indica Bardin (1977, p.103), "corresponde a uma transformação dos

dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão.” Por meio da codificação é que daremos sentido ao que está sendo analisado. Os dados que antes eram brutos passam a ser transformados sistematicamente em códigos, permitindo que haja uma descrição das características do conteúdo selecionado.

A construção de códigos consiste na elaboração de Unidades de Registro (URs) e Unidades de Contexto (UCs). As UCs servem de unidade de compreensão para codificar as URs (BARDIN, 1977). Ou seja, é através das UC que teremos a interpretação para a construção das UR. Bardin (1977) indica que a unidade de registro pode ser de natureza e de dimensões muito variáveis, podendo ser alguns recortes de temas, palavras ou frases. Para a construção de base de dados primários, as URs foram baseadas em uma análise temática, sendo ela a mais indicada para analisar entrevistas e estudar motivações, tendências, valores etc. Ainda, a unidade temática

[...] é a unidade de significação que se liberta naturalmente um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura [...] fazer uma análise temática consiste em descobrir os "núcleos de sentidos" que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição podem significar coisa para o objetivo analítico escolhido (BARDIN, 1977, p.105)

A unidade de registro “existe no ponto de interseção de unidades perceptíveis (palavra, frase, documento material, personagem físico) e de unidades semânticas (temas, acontecimentos indivíduos)” (BARDIN, 1977, p.104). A unidade de registro tem a intenção de fazer um recorte do que se pretende analisar. Assim, as UR foram baseadas nos interesses do grupo de pesquisa em investigar dimensões constitutivas da autonomia feminina e resultaram em cinco eixos temáticos: Pobreza; Escolaridade, trabalho e renda; Trajetória; Estratégias e Futuro (MARIANO *et al.*, 2019). A partir desses cinco grandes eixos, foram construídos os códigos específicos para classificação das narrativas das mulheres titulares do PBF.

Para essa fase das codificações das entrevistas, as pesquisadoras do grupo de pesquisa organizaram-se da seguinte maneira: separaram-se em três duplas, e cada dupla ficou responsável por fazer as codificações de um determinado número de entrevistas. Duas pesquisadoras tinham a função de codificar as mesmas entrevistas. Após codificadas, os códigos eram transferidos para uma planilha do Excel, como forma de cotejar cada código atribuído pelas pesquisadoras aos trechos das entrevistas. Trechos com codificações divergentes eram submetidos às considerações das pesquisadoras responsáveis pela

classificação e uma codificação consensual era construída. No início desta etapa de codificação, para garantir o sigilo das entrevistadas, cada uma delas recebeu um nome fictício, que foi utilizado nesta dissertação.

Para tornar possível a organização das transcrições das entrevistas, assim como a organização e a gestão desta pesquisa, contamos com o apoio do Software Atlas.ti, conforme Queiroz e Cavalcante (2011, p. 64) apontam:

O software Atlas.Ti permite a descoberta de fenômenos complexos, os quais, possivelmente, não seriam detectáveis na simples leitura do texto, principalmente, em relação à técnica tradicional de tratamento dos dados manualmente, com a utilização de lápis, tesoura e cola, porque é possível integrar as unidades entre si [...] É possível realizar anotações e comentários, elaboração de relatórios, de memorandos, edição, disposição de dados em tabelas e matrizes, entre outros

As 23 URs construídas pelo grupo de pesquisa foram empregadas nesta dissertação, sendo nove delas mantidas para a análise da pesquisa: 01 – Síntese da Biografia; 02 – Experiências conjugais e amorosas; 03 – Violência doméstica; 04 – Maternidade; 05 – Significado de Mulher; 06 – Melhor fase da vida; 07 – Aspirações pessoais; 08 - Significado de chefia familiar; 09 – Direitos. As outras 15 URs são resultados da soma de dois ou três códigos que se relacionavam, que aqui nesta dissertação resultou em 6 super códigos, totalizando então em 14 URs utilizadas: 10– Racismo e sexismo ( desigualdades entre homens e mulheres + responsabilidade de homens e mulheres + preconceito e discriminação); 11 – Escolaridade (trajetória escolar + motivos de abandono escolar); 12 – Mercado de trabalho (tratamentos e experiência no mercado de trabalho + dificuldades e obstáculos no mercado de trabalho; 13 – Organização doméstica (organização do trabalho doméstico + organização dos gastos domésticos); 14 – Obstáculos e superações (relato de superação + pior fase de vida).

Bardin (1977) ressalta a necessidade de, após feitas as codificações, produzir um sistemas de categorias, porque será através da categorização que as a(s) pesquisadora(s) e/ou pesquisador(es) irão obter uma representação mais simplificada dos dados. Portanto, a categorização será a operação de classificação dos dados, assim, as categorias serão constituídas pelas unidades de registro que, por conseguinte, serão classificadas por temáticas (BARDIN, 1977). Todo o processo de categorização comporta duas etapas: “o inventário: isolar os elemento”. “A classificação: repartir os elementos e, portanto, procurar ou impôr uma certa organização às mensagens” (BARDIN, 1977, p. 118). E também deve deter cinco qualidades:

A **exclusão mútua**: Esta condição estipula que cada elemento não pode existir em mais de uma divisão. As categorias deveriam ser construídas de tal maneira, que um elemento não pudesse ter dois ou vários aspectos susceptíveis de fazerem com que fosse classificado em duas ou mais categorias [...]. A **homogeneidade**: O princípio de exclusão mútua depende da homogeneidade das categorias. Um único princípio de classificação deve governar a sua organização. Num mesmo conjunto categorial, só se pode funcionar com um registro e com uma dimensão da análise. Diferentes níveis de análise devem ser separados em outras tantas análises sucessivas [...]. A **pertinência**: Uma categoria é considerada pertinente quando está adaptada ao material de análise escolhido, e quando pertence ao quadro teórico definido. Na pertinência (pertinens: que diz respeito a, relativo a ...) há uma ideia de adequação óptima. O sistema de categorias deve reflectir as intenções da investigação, as questões do analista e/ou corresponder às características das mensagens. A **objectividade e a fidelidade**: [...] As diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica a mesma grelha categorial, devem ser codificadas da mesma maneira, mesmo quando submetidas a várias análises. As distorções devidas à subjectividade dos codificadores e à variação dos juízos não se produzem se a escolha e a definição das categorias forem bem estabelecidas. O organizador da análise deve definir claramente as variáveis que trata, assim como deve precisar os índices que determinam a entrada de um elemento numa categoria. A **produtividade**: Adicionaremos às condições geralmente invocadas, uma qualidade muito pragmática. Um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis: férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exactos (BARDIN, 1977, p. 120-121, grifos nossos).

Assim, passa-se pelas duas fases, de inventário e classificação, e se reflete nas cinco qualidades necessárias para que as categorias sejam boas (Exclusão mútua; Homogeneidade; Pertinência; Objectividade e fidelidade; Produtividade), para, então, organizar e categorizar os relatos das entrevistadas com as URs.

Na construção da metodologia desta dissertação, a inspiração foi a dissertação da pesquisadora Priscila Muniz Coutinho (2018) e, assim como ela, utilizei o sistema de grelhas, o qual também faz parte do processo de categorização. Para tanto, foram construídas o total de quatro grelhas de análise vertical, que me auxiliaram a inferir sobre as narrativas das mulheres com e sem companheiro, e compreender os motivos que as levaram a se tornarem chefes de família, bem como a identificar qual a associação da chefia familiar feminina com o exercício maior autonomia e liberdade das mulheres chefes de família.

Nesta etapa, as grelhas verticais foram divididas em duas categorias: chefia familiar feminina entre mulheres em situação de pobreza/pobreza extrema e, autonomia de mulheres chefes de família, que resultou no total de oito grelhas, cada uma representando uma das entrevistadas, sendo elas organizadas de acordo com os dois objetivos específicos da minha pesquisa, conforme ilustra o quadro 1:

**QUADRO 01** – Objetivos específicos, categoria e URs da grelha de análise vertical.

<b>Objetivos específicos</b>	<b>Nomes das categorias e URs das grelhas de análise vertical</b>
<b>1º - Descrever os processos que levaram essas mulheres a se tornarem chefes de família com e sem companheiro.</b>	01 Categoria: Chefia familiar feminina entre mulheres em situação de pobreza/pobreza extrema. URs: 01 - Síntese da biografia; 02 - Experiências conjugais e amorosas, 03 – Violência doméstica; 04 - Maternidade; 08- Significado de chefia familiar; 12 – Organização doméstica.
<b>2º- Identificar nas experiências individuais das mulheres chefes de família o exercício de autonomia e liberdade</b>	02 Categoria: Autonomia de mulheres chefe de família; URs: 05 – Significado de mulher; 06– Melhor fase da vida 07 – Aspirações pessoais; 09– Direitos; 10 – Racismo e sexismo; 11 – Escolaridade; 12– Mercado de trabalho; 14 – Obstáculos e superações;

**Fonte:** Gênero e Interseccionalidades na questão do desenvolvimento: os desafios do Programa Bolsa Família para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza

**Elaboração:** Autora

Para manter o caráter de fidelidade das entrevistas, os relatos foram mantidos de maneira direta; entretanto, aqui não reproduzirei a entrevista em sua totalidade, apenas os relatos que estão captados pelos códigos selecionados. Bardin (1977) ressalta que essa é a fase em que sistematizamos os resultados já obtidos com os nossos objetivos e hipóteses, desvendando as respostas para o nosso problema de pesquisa. Além disso, as entrevistas também foram analisadas pela perspectiva de interseccionalidade. Como Kimberlé Crenshaw (2002) enfatiza, com a interseccionalidade busca-se operacionalizar os problemas estruturais de interação entre dois ou mais eixos de subordinação, que, em nosso caso, serão os eixos de gênero, raça e classe. Sendo assim, com os relatos organizados no sistema de grelhas de categorias, seguimos para a parte de interpretação e inferência dos dados já selecionados.

#### 4 CHEFIA FAMILIAR FEMININA E AUTONOMIA.

Tive como objetivo neste capítulo, desvendar os dois objetivos propostos nessa dissertação, isto é: (1) descrever os processos que motivaram essas mulheres a se tornarem chefes de família com ou sem companheiro e (2) identificar nas experiências individuais de tais indivíduos o exercício de agência de autonomia e de liberdade. Em um primeiro momento, apresento as principais características das mulheres chefes de família. Logo após, para a realização dos objetivos utilizei nesse capítulo as 8 grelhas de análise verticais, sendo distribuídas duas delas para cada uma das entrevistadas. Primeiro foram analisadas as grelhas de análise vertical, que envolvia a primeira categoria: Chefia familiar feminina entre mulheres em situação de pobreza/pobreza extrema, em seguida, a outras grelhas de análise vertical que consistiam na segunda categoria: Categoria: Autonomia de mulheres chefe de família, foi investigada. Em cada grelha presente foram descritas as trajetórias das mulheres condizentes a cada objetivo proposto, assim, as entrevistas foram analisadas na seguinte ordem: Elza, Rosa, Fátima e Priscila.

##### 4.1 AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA.

A chefia familiar feminina é resultado de um processo com dimensões multifacetadas e multideterminadas, cabe, portanto, nesta seção, retratar quem são as mulheres chefes de família e titulares do PBF, as protagonistas desta dissertação. Como critério para analisar as trajetórias de vida dessas mulheres, selecionamos três critérios de seleção: a situação de presença ou ausência de companheiro; a de cidade e a raça.

Desse modo, das quatro participantes da pesquisa, duas contam com a presença de companheiro (Elza e Priscila) e duas que compõem unidades domésticas sem companheiro (Fátima e Rosa). As quatro chefes de família possuem filhas/os, no entanto, Rosa não tem filhas/os menores de cinco anos de idade na unidade doméstica. Sendo assim, as outras três possuem filha/os que dependem dos seus cuidados integralmente.

Com relação à cor/raça, foram selecionadas, então, mulheres negras. São consideradas mulheres negras aquelas que se autodeclararam como negras, pretas ou pardas. Das

entrevistadas selecionadas, Fátima e Priscila se autodeclararam “pretas”, Elza e Rosa se autodeclararam “negras”.

A faixa etária, de forma casual, varia entre 25 e 44 anos. A escolaridade também é bem diversificada. Elza (27 anos) cursou o ensino superior, mas não o concluiu; Fátima (42 anos) possui o ensino médio completo; Priscila (32 anos) possui o ensino médio incompleto; e Rosa (41 anos) possui o ensino fundamental completo.

Rosa é a única das quatro participantes da pesquisa que não exerce trabalho remunerado, as demais exercem atividades informais. Fátima e Elza são autônomas; e Priscila é cuidadora de idoso. A renda familiar (sem o valor transferido pelo PBF) varia entre R\$ 100,00 reais e R\$ 1.000,00 reais. No Quadro 02, é possível verificar essas informações de maneira esquematizada.

**Quadro 02** – Características resumidas das mulheres chefes de família e titulares do PBF.

	<b>Elza</b>	<b>Fátima</b>	<b>Priscila</b>	<b>Rosa</b>
<b>Com/sem presença de companheiro</b>	Com presença de companheiro	Sem presença de companheiro	Com presença de companheiro	Sem presença de companheiro
<b>Raça/Etnia</b>	Negra	Negra	Negra	Negra
<b>Quantidade de filhas/os na mesma unidade doméstica</b>	1 filho (4 anos)	1 filho (2 anos)	3 filhos/as - (13, 5 e 2 anos)	2 filhos (18 e 9 anos)
<b>Idade</b>	27 anos	42 anos	32 anos	41 anos
<b>Escolaridade</b>	Ensino Superior incompleto	Ensino médio completo	Ensino médio incompleto	Ensino fundamental completo
<b>Atividade remunerada</b>	Sim	Sim	Sim	Não
<b>Ocupação</b>	Autônoma	Autônoma	Cuidadora de idoso	-
<b>Renda familiar (sem o valor transferido pelo PBF)</b>	entre 900,00 e 1.000,00 reais	280,00 reais	700,00 reais	100,00 reais

**Fonte:** Gênero e Interseccionalidades na questão do desenvolvimento: os desafios do Programa Bolsa Família para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza

**Elaboração:** Autora

4.2 ELZA.

**QUADRO 03** – 1ª Grelha de análise vertical: Elza (continua)

<b>01 Categoria: Chefia familiar feminina entre mulheres em situação de pobreza/pobreza extrema</b>	
<b>Unidade de Registro/Entrevistada</b>	<b>Elza</b>
<b>01 - Síntese da biografia</b>	01 - "Eu fui nascida em Ilhéus, no interior da Bahia, vim para Salvador com dois meses de idade e aí minha mãe me deu a meu pai e foi pro Rio de Janeiro a trabalho. De lá pra cá eu fui criada com outra pessoa que não foi minha mãe biológica, acho que nesse período de infância, de criança de bebê, na verdade, eu sentia falta como sinto até hoje da minha mãe biológica perto de mim. Fui criada por uma, duas, três pessoas, fui registrada novamente com nome de uma outra mãe, durante de um período até entre criança, quando eu fiz sete anos, eu descobri que minha mãe que me criava não era a minha mãe biológica, isso balançou um pouco [...] porque me senti traída de certa forma, enganada, eu acho que deveria saber a verdade de qualquer forma que fosse e fiquei todo esse tempo de 27 anos. Hoje tive o prazer de conhecer minha mãe biológica, ela conseguiu me achar através das redes sociais pela semelhança da minha aparência com ela."
<b>02 - Experiências conjugais e amorosas</b>	01 - "Conheci meu primeiro marido, que foi o pai do meu filho, convivi com ele durante sete anos, fui casada, me separei porque não aceito traição, porque acho que não existe um amor de verdade que você se importa com a pessoa, você jamais procura outras pessoas na rua, se você tem sua esposa em casa, então não aceito. Me separei dele tem mais ou menos uns três anos. Tive a melhor experiência da minha vida, que eu pude ter com ele (ex companheiro) foi ter meu filho"; 02 - "É o segundo companheiro [...] Estamos juntos vai fazer uns quatro a cinco meses. Então, de lá pra cá, eu percebi que eu tô uma pessoa mais madura, eu já tenho minha opinião própria, meu gosto, meu jeito, os meus defeitos, minhas qualidades sei ver tudo direitinho. Então é um relacionamento totalmente diferente."
<b>03 - Violência doméstica</b>	01 - "Eu acho que a minha experiência com o primeiro companheiro pelo fato de ter casado com ele 17 anos eu fui muito submissa, eu era nova, então eu não sair me comportava do jeito que ele queria, vestia do jeito que ele queria, ouvia as músicas que ele queria, então, acho que foi um relacionamento que eu fui muito submissa. Acho que no fundo não foi um relacionamento, eu me sentia oprimida por ele. Eu tinha que fazer da forma que ele queria, do jeito que ele queria sempre como ele queria. Meu gosto, a minha vontade nunca foi uma opção, uma prioridade e a já nesse segundo relacionamento não, é já uma pessoa madura, já tenho 27 anos... "

**QUADRO 03 – 1ª Grelha de análise vertical: Elza (conclusão)**

<b>01 Categoria: Chefia familiar feminina entre mulheres em situação de pobreza/pobreza extrema</b>	
<b>Unidade de Registro/Entrevistada</b>	<b>Elza</b>
<b>04 - Maternidade</b>	<p>01 - "Eu tinha 22 anos, já tinha cinco anos de relacionamento com ele e nunca tinha engravidado. Aí eu sentei com ele e disse: “chegou o momento de ser mãe, eu quero ser mãe, eu quero ampliar minha família”. [...] Então meu filho foi uma criança muito esperada, muito desejada, desejei muito, amo meu filho, meu filho é tudo pra mim, foi a melhor experiência que tive nesses últimos anos pra cá, meu filho e minha mãe são duas coisas que sempre tá ali na minha vida sempre o tempo todo. Meu filho e minha mãe são as coisas que mais prezam"</p> <p>02 - Não, não tenho (vontade de ter outras/os filhas/os). Até teria vontade, mas a situação financeira não tem como ter mais filhos. Não tem, eu não vejo. Eu penso, eu até penso se um dia a situação financeira melhorar e eu puder ter outro filho pra meu filho se sentir só eu penso, eu penso na minha velhice como vai ser difícil pra meu filho puder dormir sozinho, como vai ser difícil pra ele segurar a barra de cuidar da mãe só, porque você tendo um irmão você pode dividir a tarefa, o outro leva no médico o outro trabalha. E ele sozinho... por outro lado é muito complicado, o papel de ser pai e mãe é muito complicado, porque eu sou o pai e a mãe de um homem, então, eu que o Pedro.. então eu acho que talvez eu não tenha o domínio de ter outra criança hoje, em ter a cabeça de criar, de me dedicar total aos dois, porque minha vida é muito corrida.</p>
<b>12 - Organização doméstica</b>	<p>01 - "Geralmente ele (atual companheiro) paga o aluguel. Que é 350 mais a luz";</p> <p>02 - " Quem coloca mais dinheiro em casa? Aí meu Deus é complicado. É que é assim, o trabalho é conjunto eu e ele, mas eu acho que pelo esforço e pela determinação acho que é mais eu".</p>
<b>08- Significado de chefia familiar</b>	<p>01 - "Porque, acho que, tipo, meu companheiro ele tem a mãe dele, não mora de aluguel, ele tem a casa própria e o único, graças a Deus a mãe o ajuda em muitas coisas e já o meu caso eu me considero diferente. Eu tenho meu filho, moro de aluguel, meu pai não me ajuda que daí não tem condições, minha mãe que me criou não me ajuda porque não tem condições, minha mãe biológica tá distante, tamos nos aproximando agora, mais ou menos uns dois meses que eu conheci, tô tendo esse prazer de tá próximo de minha mãe. Então eu tenho essa responsabilidade de ter que me suprir e superior o meu filho, então eu acho às vezes que a responsabilidade da casa fica mais pra mim"; 02 - "E quando vocês decidiram morar juntos e ele veio pra sua casa... (entrevistadora) - Ele veio".</p>

**Fonte:** Gênero e Interseccionalidades na questão do desenvolvimento: os desafios do Programa Bolsa Família para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza.

**Elaboração:** Autora

Elza é uma mulher negra, com 27 anos de idade no momento da entrevista, é mãe de um filho de 04 anos de idade, tem ensino superior incompleto, e, quando participou da pesquisa, em 2018, exercia atividade remunerada como autônoma. Sua renda familiar aparece como maior entre todas as entrevistadas, a qual sem o benefício do PBF, ficava entre R\$ 900,00 e R\$1000,00 reais mensais. Em sua unidade doméstica residiam ela, seu filho e seu companheiro. Sendo assim, Elza é chefe de família com presença de companheiro. Nasceu

em Ilhéus (BA) e, com apenas dois meses de idade foi levada para Salvador por seu pai, e a sua mãe biológica foi para o Rio de Janeiro em busca de emprego. Ela contou, ainda, que foi criada por diversas pessoas e que foi registrada outra vez pela nova companheira de seu pai, enfatizando, que foi só aos sete anos que descobriu que sua mãe de registro não era sua mãe biológica, o que fez com que se sentisse traída, ressaltando que ela tinha o direito de saber a verdade sobre a sua mãe. Pouco antes dessa entrevista, sua mãe biológica a reencontrou nas redes sociais.

De acordo com a perspectiva feminista, Elza exerceu livremente seus direitos reprodutivos, pois, apesar do seu ex companheiro, pai de seu filho, tê-la ajudado a planejar a gravidez, Elza não relata ter havido qualquer tipo de pressão e/ou influência externa por parte dele ou de outros familiares e amigos/as para a sua decisão de ser tornar mãe. Deixa claro que a decisão partiu dela própria. Assim, Segundo Maria Ávila (2003), o conceito de Direitos Reprodutivos surgiu, com a necessidade do reconhecimento dos direitos de igualdade e autonomia das mulheres sobre as esferas da reprodução e da sexualidade, isto é:

os direitos reprodutivos dizem respeito à saúde sexual e reprodutiva; à sobrevivência e à vida; à liberdade e segurança; à não discriminação e respeito às escolhas; à informação e educação para possibilitar decisões; à autodeterminação e livre escolha da maternidade e paternidade; à proteção social à maternidade, paternidade e família (VENTURA, 2009, *apud* CARLOTO; DAMIÃO, 2018, p.318).

De acordo com Giddens (2003), o poder de agência é a capacidade do indivíduo de “fazer uma diferença”, isto é, exercer alguma espécie de poder de ação sobre o fluxo contínuo das relações sociais como uma capacidade transformadora da realidade social. No entanto, esse poder de agência/agenciamento depende do que o autor chama de “monitoramento reflexivo da ação”, que envolve a racionalização e a motivação da ação dos atores sociais, que rotineiramente monitoram as suas atividades e as dos outros, considerando, também, os aspectos físicos, sociais do contexto em que são inseridos. A racionalização da ação significa que os atores também, rotineiramente, detêm um entendimento teórico das suas atividades, que influenciam em suas ações, que também dependem de circunstâncias sociais incomuns que tendem a influenciar diretamente em suas ações.

Assim o poder de agência não depende somente da motivação e da racionalização do monitoramento reflexivo da ação, mas também das capacidades existentes para realizá-la. No caso de Elza, durante o seu monitoramento reflexivo da ação, chamamos atenção, para o que Margaret Archer (2000) chama de surgimento da identidade pessoal, ou seja, através de um

desejo particular em ampliar, Elza foi capaz de refletir previamente durante de um “diálogo interior” quais seriam suas ações – tornar-se mãe e preocupações específicas – planejar sua gravidez, para a realização de seu desejo, ou seja,

[...]nós refletimos sobre nossas prioridades, as avaliamos e, no processo, "transvalorizamos" nossas emoções. O processo de se chegar a uma configuração que prioriza nossas "preocupações últimas" e acomoda outras a elas é tanto cognitivo quanto afetivo: ele implica tanto julgamentos de valor quanto uma estimativa de se nos importamos suficientemente com elas a ponto de podermos viver com os custos e escolhas em questão (ARCHER, 2000, p. 67).

Ainda sobre as suas experiências de relacionamento com seu ex-companheiro, devido a uma traição por parte dele, Elza decidiu terminar o relacionamento. Elza relata que acreditava que seu relacionamento anterior seria “um conto de fada e foi complementemente diferente”, segundo ela, por ter se casado jovem, aos 17 anos, ela acabou sendo submissa às opressões, relatando que suas próprias vontades sempre eram deixadas de lado. Mas, segundo ela, desde que terminou com o seu ex-companheiro ela tem se tornado “uma pessoa mais madura”, passou defender suas opiniões e escolhas próprias e a reconhecer as suas próprias qualidades.

Quando Elza se autodefine como uma pessoa “mais madura”, isso expressa o seu processo de autoconhecimento das opressões que vivenciou. Como afirma Collins (2019), a autodefinição é essencial para nomear as relações que essas opressões tiveram entre suas experiências que permearam toda sua trajetória. Ainda, segundo a autora, quando as mulheres negras se autodefinem, simultaneamente elas estão rejeitando as posições de autoridade que lhes foram impostas (COLLINS, 2019), como foi o caso de Elza que, em seu atual relacionamento, posiciona-se de modo diferente, valorizando, primordialmente, suas próprias qualidades.

Sobre a organização doméstica e familiar, Elza afirma que seu atual companheiro a ajuda na organização das atividades doméstica e de cuidado, mas, em relação aos gastos domésticos, ela não deixou claro se ele a ajuda, mas ressalta que eles estão morando juntos. Elza, então, se considera chefe de família, principalmente, por ter mais responsabilidades que seu companheiro, que recebe ajuda financeira de sua mãe. Segundo ela, diferentemente da mãe do seu companheiro, o seu pai biológico e sua mãe de criação não têm condições de ajudá-la financeiramente, portanto, ela é a única responsável por suprir as suas necessidades e também as necessidades de seu filho.

**QUADRO 3.1 – 2ª Grelha de análise vertical: Elza (continua)**

<b>02 Categoria: Autonomia de mulheres chefes de família</b>	
<b>Unidade de Registro/Entrevistada</b>	<b>Elza</b>
<b>11- Escolaridade</b>	01 - " Eu tava fazendo faculdade de administração bancária. Foi um estágio que eu fiz, e nesse estágio a pessoa que mais se destacasse ganhava uma bolsa de emprego na qual você trabalhava 4 dias na semana, e um dia você tinha aula na faculdade. Era a empresa que pagava, durava um período de dois anos, e você fosse efetivada na empresa, a empresa continuaria pagando a sua faculdade. Aí eu fiz esse curso entre 43 alunos, 13 passaram eu fiquei entre as 13, trabalhei no Banco do Brasil. Depois disso teve uma promoção dentro do banco [...] eu passei a conhecer pessoas lá dentro, acabei sendo promovida, aí depois descobri que eu tava grávida e ainda fiquei no trabalho até o período da minha gestação, eu fiquei três meses afastada do trabalho, tive complicação no parto, complicação na gestação. Quando meu filho nasceu. eu ainda voltei a trabalhar, trabalhei ainda mais uns seis meses, tirei férias e depois eu pedi pra sair, pedi desligamento, porque meu filho sentia muito também necessidade pelo fato de ter nascido prematuro, teve problemas também quando era pequeno, eu também tive problemas sérios, tive depressão durante o parto, pós parto, aí tive que me afastar do trabalho. E daí eu tive que largar a faculdade. Minha dor toda, acho que, eu sofri muito quando sai da faculdade porque era... eu sei que ali era uma qualidade de vida melhor pra mim, e pra meu filho."
<b>12 - Mercado de trabalho</b>	01 - "Comecei a trabalhar nova, com nove anos, sempre gostei de trabalhar porque eu não gosto de depender de ninguém, nem de pai, de mãe, de namorado, de marido, eu sempre gosto de ter o meu, porque eu tenho o meu e posso dizer que eu quero desse jeito, vou comprar desse jeito porque o dinheiro é meu. Então acho que é um poder, que o trabalho traz um poder pra mim, acho que pra qualquer mulher, você trabalhando você tem o seu, você pode dizer eu quero assim, desse jeito, eu vou fazer dessa forma. Então minha esperança com trabalho, comecei desde cedo, comecei a trabalhar com 15 anos, tive minha primeira experiência de carteira assim e aí fui estudando.";
<b>10 - Racismo e sexismo</b>	01 - "Já fui pra entrevista em vários shoppings aqui em Salvador e eu já vi muito disso, de ter pessoas negras, bem estudadas, que cursa faculdade, que tem, aparentemente, uma postura legal e perde a vaga pra uma pessoa que estava no ensino médio, mas era branca de cabelo liso. Então eu já vi muito isso."; 02- "Fui pra uma entrevista de emprego, uma distribuidora de cerveja, cervejaria, e quando chegou lá a vaga era destinada a pessoas, não tava discriminando pra homens [...] quando cheguei lá... ah, mulher não pode não. Por que não pode? "Ah, porque a vaga só é pra homem. Observa se você já viu numa cervejaria mulher trabalhar. Aqui só trabalha homem." Eu falei: "tá bom." Quando cheguei em casa fiquei analisando a situação, qual a diferença de trabalhar, qual a diferença do trabalho da mulher com o trabalho do homem. Não vi diferença
<b>09 – Direitos</b>	01 - (direitos que ela considera que não são respeitados) "Ah, o direito de ir e vir, o direito da mulher se vestir como quer, o direito da mulher comprar um carro, o direito da mulher pagar uma imobiliária. Tem tantas coisas que hoje em dia só homem que pode, infelizmente o país é um pouco machista."; 02 - (o que ela acha que tem que ser feito para que garantir nossos direitos) "Eu acho que teria que começar pelas leis, botar as leis em prática, em vigo. Tem muita lei aí você vê só no papel e na prática nada [...] Se não tiver oportunidades o trabalho não existe, o poder feminino não existe. A mulher que luta, que trabalha, que corre atrás.
<b>05 - Significado de mulher</b>	01- "Uma rocha, uma coisa muito fortes. Ser mulher é uma palavra muito forte, é um significado muito forte. Não é só ser mulher, mulher, é ser mulher, ser mãe, ser dona de casa, ser trabalhadora, ser guerreira. Tem que correr atrás, tem que prover o alimento, tem que cuidar do filho, tem que cuidar da casa, tem que cuidar das contas."

**QUADRO 3.1 – 2ª Grelha de análise vertical: Elza (conclusão).**

<b>02 Categoria: Autonomia de mulheres chefes de família</b>	
<b>Unidade de Registro/Entrevistada</b>	<b>Elza</b>
<b>14 - Obstáculos e superações</b>	- "Momento mais difícil que eu tive na minha vida, foi o nascimento do meu filho. Eu tava com oito meses de gestação, aí quando eu tava sentado a cabeça dele colada no meu estômago, eu estava com depressão e aí o perigo de uma maternidade, a minha antiga sogra pediu pra enfermeira se ela pudesse assistir o parto e aí eu ouvi a enfermeira falar pra ela que ela não ia poder assistir meu parto porque ela ia salvar ou a sua filha ou o seu neto, então pra mim aquele momento foi o pior momento da minha vida, o momento que eu nunca vou me esquecer, um momento que me marcou, me doeu muito e tava num período que eu me desesperei lá na maternidade, fiquei desesperada ao fato de ouvir que iria salvar meu filho e eu não cogitei a hipótese de salvar meu filho, todo momento eu pedi pra salvar meu filho o tempo inteiro [...] Então pra mim foi um momento, um momento que mais me marcou [...] Por isso, eu acho que hoje eu tenho vontade de ter um outro filho, mas a situação financeira do país não me deixa fazer isso e o trauma que eu passei com o meu, acho que, eu não consigo me ver gestante, não consigo me ver na sala de parto, não consigo me ver sendo mãe de novo porque eu fiquei com muito medo, muito medo de perder meu filho, muito. Meu medo foi esse."
<b>06 - Melhor fase da vida</b>	01 - "O melhor momento foi do meu filho. Foi olhar meu filho, quando ele começou a me chamar de mamãe...quando ele olha pra mim fala "mãe eu te amo" olha, isso não tem preço pelo melhor momento da minha vida. O momento que eu tô perto, momento que eu tô sendo mãe, que eu tô cuidando, que tô dando bronca boto de castigo, boto de castigo depois eu choro, castigo não me machuca. A gente tem que disciplinar porque o mundo disciplina totalmente diferente, disciplina muito mais grosseiro, então eu prefiro disciplinar ele dentro de casa que quando chegar lá fora."
<b>07 - Aspirações pessoais</b>	01 - "Da uma qualidade de vida melhor a meu filho. Eu quero aprender pra passar pra ele, eu quero que ele siga um caminho bom, eu quero que ele siga uma trajetória boa. Eu nem penso muito mais em mim, eu acho que, o que eu tinha de viver aqui eu já passei, vivi, já passei, presenciei, eu já curti, eu já chorei, eu já fiz acho que de tudo um pouco, então acho que minha preocupação com o futuro é mais com meu filho. [...] Porque acho que, eu já tô com 27, 28 anos, então pra mim daqui pra frente tudo vai se complicar um pouco mais, a idade vai chegando, o mercado já tá fechado, quando tiver mais acho que vai fechar mais ainda, não tenho possibilidade de fazer com que o mercado abra portas pra mim porque, pra isso vou ter dinheiro pra pagar a faculdade, estudar um pouco mais, pra fazer cursos e tudo, então, pra mim, daqui pra frente as coisas só vão se estreitar um pouco mais. [...] Daí o fato de Samuel (filho) tá um pouco maior, eu vou ter que dar uma qualidade de vida melhor, eu vou ter que ingressar ele num curso, eu vou ter que ingressar ele numa escola melhor, vou ter que botar ele pra fazer um esporte, algo que ocupe a cabeça dele com coisas boas, então, eu acho, pra mim, as coisas tendem a estreitar, mas já pra meu filho tem a expandir por causa da idade."

**Fonte:** Gênero e Interseccionalidades na questão do desenvolvimento: os desafios do Programa Bolsa Família para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza.

**Elaboração:** Autora

Elza, diferentemente das outras entrevistadas, em sua trajetória escolar teve acesso a oportunidades que permitiram que ela chegasse ao ensino superior. A oportunidade surgiu quando ela estagiava em um banco, onde era ofertadas bolsas de estudos de dois anos em

administração bancária às/aos estagiárias/os que se destacassem. Elza desempenhou bem seu papel e foi promovida, o que garantiu a sua bolsa de estudos até a conclusão do curso. No entanto, durante esse período, Elza ficou grávida e, por complicações durante a gestação, ficou afastada de seu trabalho por três meses.

A entrevistada vê a gravidez como período mais difícil de sua vida. Além das complicações durante a gestação, ela também relata que passou por um período de depressão antes e depois do parto. Elza descreve sua experiência durante e após a gravidez como traumática, e relata situações de violência obstétrica, que feriram seus direitos reprodutivos. A violência obstétrica é um termo que se utiliza para se referir a todos os tipos de violência (morais, físicas, psicológicas, patrimoniais) que as mulheres e os homens trans vivenciam durante todo o período de gestação, parto e pós-parto, que podendo ser cometidas pelos profissionais da saúde ou outros profissionais que estejam também envolvidos nos cuidados durante este ciclo da mulher e/ou homem trans (MARQUES, 2020).

Após o período de licença maternidade, Elza, por ter um filho nascido prematuro que, segundo ela, "sentia muito também necessidade" de cuidados, pede desligamento do seu trabalho no banco, prejudicando a sua bolsa de estudos, que por consequência, teve que ser encerrada. Sem condições financeiras, não conseguiu terminar seus estudos. Elza observa que, se trabalhasse, não poderia oferecer os cuidados necessários ao filho. Confirma-se, nesse caso, a naturalização da capacidade de maternagem das mulheres, já que, conforme destaca Valeska Zanello (2018), o cuidado recai sempre sobre a mãe. Ainda, segundo a mesma autora, o amor materno é visto pela sociedade como o maior amor de todos, e que as mulheres que não conseguem alcançar esse ideal de amor e cuidado acabam por carregar sofrimento e traumas. A cobrança social sobre o ideal de como ser mãe é cruel com as mulheres, a culpa materna, faz com que muitas mulheres desistam dos seus projetos pessoais (ZANELLO, 2020). Esse é o caso de Elza, que acabou desistindo de seu trabalho e, conseqüentemente, de seus estudos, para cuidar de seu filho que demandava mais atenção.

No que diz respeito às experiências no mercado de trabalho, Elza começou a trabalhar aos nove anos de idade e teve sua primeira experiência de trabalho de carteira assinada aos 15 anos. Longe de romantizar o trabalho infantil, cabe a mim ressaltar que, conforme apontam as autoras Daniela Santos e Sara Durães (2015), muitas famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza têm, como consequência da necessidade de complementar a renda familiar, a exploração do trabalho infantil.

Ao falar sobre suas experiências no mercado de trabalho Elza destaca que sempre priorizou a sua independência financeira: “não gosto de depender de ninguém, nem de pai, de mãe, de namorado, de marido”. Para ela o trabalho é visto como uma forma de poder para nós mulheres, que permite que as decisões sejam tomadas de forma autônoma e independente. Percebe, nesse sentido, que o trabalho é visto como um “mecanismo de afirmação social e econômica, mas também como atividade instrumental, relacionada com a qualidade de vida material” (ARAÚJO; SCALON, 2005, p. 29).

De fato, o acesso ao trabalho é primordial para a garantia de autonomia e de cidadania (CARNEIRO, 2011). No entanto, Elza, quando questionada sobre situações de sexismo e racismo, relata que foi vítima de ambas discriminações no mercado de trabalho. Segundo a entrevistada, durante entrevistas de emprego em shoppings, ela percebeu que mesmo quando uma pessoa negra tem mais experiência ou mais estudo, a vaga será preenchida por “uma pessoa que estava no ensino médio, mas era branca de cabelo liso”. Lélia Gonzalez (2020) ressalta que uma das características marcantes na sociedade brasileira é o privilégio racial da população branca e seu benefício sobre a exploração da população negra, isto é:

Quando se trata de competir no preenchimento de posições que implicam recompensas materiais ou simbólicas, mesmo que os negros possuam a mesma capacitação, os resultados são sempre favoráveis aos competidores brancos. E isso ocorre em todos os níveis dos diferentes segmentos sociais (GONZALEZ, 2020, p. 46)

Outra experiência de discriminação vivenciada por Elza foi em uma cervejaria, onde, segundo ela, ao chegar para fazer a entrevista de emprego, foi impedida por ser mulher “quando cheguei lá... ah, mulher não pode não. Por que não pode? “Ah, porque a vaga só é pra homem. Observa se você já viu numa cervejaria mulher trabalhar. Aqui só trabalha homem.” Conforme aponta, Saffioti (2004), a cultura patriarcal promoveu e ainda promove a divisão sexual do trabalho, que não está presente apenas na esfera privada, mas também, simultaneamente, na esfera pública, que ainda detém estrutura de poder ideológica androcêntrica, logo, a sua reprodução naturalizada de forma simbólica em normas culturais privilegiando os homens (BOURDIEU, 2003), acaba resultando em “um círculo vicioso de subordinação cultural e econômica sobre as mulheres” (FRASER, 2001, p.234).

Em um primeiro momento, Elza, aceitou a situação de ser impedida de realizar a entrevista por ser mulher, mas ao chegar à casa e analisar a situação, questionou-se qual seria a diferença entre contratar um homem ou uma mulher para exercer o trabalho na cervejaria,

chegando à conclusão que não havia diferença alguma e que ambos seriam capazes de exercer o cargo na cervejaria. Isto é, mesmo que Elza tenha o ensino superior incompleto e experiência no mercado de trabalho, por ser mulher e negra, as oportunidades e os privilégios não serão os mesmos oferecidos às pessoas brancas, que de acordo com seus relatos, são sempre priorizadas. Chamamos atenção aqui, mais uma vez, para as desigualdades interseccionais que são experimentadas pelas mulheres negras diariamente, e através delas, o sexismo e o racismo reunidos colocam as mulheres negras no maior nível de opressão (GONZALEZ, 2020), que logo também acabam sendo responsáveis pela limitação de acesso a direitos básicos, como de ter um trabalho.

Ainda, quando questionada sobre seus direitos, consciente de que não são respeitados, ela ressalta que "infelizmente o país é um pouco machista", e que os direitos das mulheres não são respeitados, e não são oferecidas oportunidades que possa incentivar o "poder feminino", sendo este, para Elza, inexistente. Elza, então, define ser mulher como ser "forte", para ela a força da mulher está ligada a todas as atividades em que nós mulheres acabamos sendo responsáveis diretamente ou indiretamente, ou seja, para Elza é necessário que a mulher seja "forte", porque, "não é só ser mulher, mulher, é ser mulher, ser mãe, ser dona de casa, ser trabalhadora, ser guerreira. Tem que correr atrás, tem que prover o alimento, tem que cuidar do filho, tem que cuidar da casa, tem que cuidar das contas".

Ser mulher para Elza, então, é também estar é ser "forte" para fornecer cuidado, logo, o melhor momento de sua vida é quando ela está sendo mãe e cuidando do seu filho. Elza, que no momento da entrevista tinha 27 anos de idade, sente que já viveu o suficiente para ela mesma, e que já não havia mais tantas oportunidades no mercado de trabalho. Apesar de Elza demonstrar priorizar a sua independência e autonomia e se mostrar consciente das opressões que ela vivenciou durante sua trajetória, ela acaba por anular suas vontades/escolhas individuais a fim de cuidar e garantir uma vida com qualidade para seu filho.

#### 4.2.2 ROSA.

**QUADRO 04** – 1ª Grelha de análise vertical: Rosa

<b>01 Categoria: Chefia familiar feminina entre mulheres em situação de pobreza/pobreza extrema</b>	
<b>Unidade de Registro/Entrevistada</b>	<b>Rosa</b>
<b>01 - Síntese da biografia</b>	01 - "Eu sou Baiana, nasci em Salvador eu tenho 41 anos [...] Atualmente (mora) em Carajás tem 16 anos, fui com [...] pais dos meus filhos eu tinha 21 anos, né? Mas como nem tudo é para sempre, às vezes é, tá e num tá, e fica aquela baguncinha, vai embora, não vai embora."
<b>02 - Experiências conjugais e amorosas</b>	01 - "Oh, eu penso assim, pela experiência que eu vivi com a minha mãe, né? De violência. Ela era uma boa mulher, ela é uma mulher perfeita, perfeita! O que ele falava era lei, era comida na mão, roupa lavada e ele não dava valor. Eu penso diferente, não quero o que ela passou, quero papel invertido, mereço também ser feliz, família, ter um lar perfeito, ter discussão, tem! Mas não deveria ter agressão."
<b>03 - Violência doméstica</b>	01 - "Já sofri muito, já vivi também dentro da minha casa com meu pai e minha mãe, muita violência, já vi minha mãe apanhar muito, só que eu não podia tá perto, no primeiro tapa eu reagi e não mais, né?"
<b>04 – Maternidade</b>	01 - "Família é você cuida do seu lar, dos seus filhos, da uma educação, mostra pra eles o certo e o errado, né? Ta sempre presente na vida deles, ir na escolar saber como ta, cuidar deles, alimentação, roupa, casa e lazer, sempre conversar, ter diálogo – é o que eu mais tenho com meus filhos. Enquanto eu puder manter eles perto de mim, não pra vida toda, eu vou me sentir muito bem, porque sem eles, eu sou nada, meus filhos é tudo pra mim, né? Porque a gente não faz filho pra gente, a gente faz pra terra, meus filhos é tudo, minha família é tudo pra mim, tudo, tudo, tudo! Nem me imagino sem meus filhos"
<b>12 - Organização doméstica</b>	01 - "Eu arrumo a casa, ele lava os pratos, quando eu tô cozinhando e tem prato na pia, ele me ajuda, ele passa vassoura na cada, limpa e o quintal, capina, a gente divide papel! Até o de nove anos leva o lixo pra fora, porque já é pra acostumar, a ajudar nas tarefas."; 02- Dividido a conta, se um trabalha e o outro trabalha, vamos dividir, você paga a luz eu pago a água, vocês faz o mercado, eu ajudo, cê compra uma coisa, eu compro outra, cê compra uma cama e eu compro um sofá, tem que se direitos iguais!"
<b>08- Significado de chefia familiar</b>	01 - (Rosa se considera a chefe da família) "Com certeza, a mulher é a cabeça!"; 02- "Eu me sinto guerreira! Eu me sinto guerreira, principalmente com você lidar com a adolescência, tem que ter pulso firme, porque se você não tiver pulso firme desanda tudo, então como chefe de família, mãe de família, dentro de casa eu me sinto guerreira!"

**Fonte:** Gênero e Interseccionalidades na questão do desenvolvimento: os desafios do Programa Bolsa Família para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza.

**Elaboração:** Autora

Darei início agora a trajetória de vida de Rosa. Quando entrevistada, tinha 41 anos, é uma mulher negra, mãe de dois filhos, sendo, na época, um de 18 anos e outro com nove anos de idade. É chefe de família sem presença de companheiro, sem atividade remunerada a renda familiar, sem contar o PBF, era de 100,00 reais, em sua unidade doméstica, no momento da entrevista, residiam ela e seus filhos e sempre morou em Salvador.

As experiências amorosas de Rosa foram marcadas pelo medo de vivenciar a mesmo relacionamento que seus pais, que foi marcado por violências doméstica<sup>2</sup>, tendo ela presenciado sua mãe sendo agredida em algumas ocasiões. Assim, a família, que deveria ser um lugar de proteção e acolhimento para crianças e adolescentes que estão dando os seus primeiros passos de socialização, transforma-se em um lugar de risco que pode produzir e reproduzir marcas de violência de gênero e agressividade que serão internalizadas e reproduzidas de diversas maneiras por essas crianças quando adultas, que se tornam “tanto perpetradores da violência quanto vítimas desta” (JUSTINO, 2014, p.56). No entanto, o medo de vivenciar o mesmo relacionamento que seus pais a motivou a buscar relacionamentos diferentes do que seus pais tiveram, rompendo assim o ciclo de violência em sua família, ressaltando em sua fala que merece ser feliz e ter o que ela chama de “lar perfeito”.

Rosa demonstra ser muito apegada a sua família, muito amorosa com seus filhos. Para ela, família significa cuidado "família é você cuida do seu lar, dos seus filhos." Os seus filhos, então, assim como para Elza, aparecem em sua fala como sua prioridade em sua vida, e afirma não ser nada sem eles "enquanto eu puder manter eles perto de mim [...] eu vou me sentir muito bem, porque sem eles eu não sou nada, meus filhos é tudo pra mim."

Em relação à organização doméstica da casa, tanto os trabalhos domésticos quanto a organização financeira são divididos entre os membros da família, segundo ela, cada uma ajuda um pouco. A entrevistada demonstra um posicionamento de priorizar a igualdade na organização doméstica da casa, tanto nos cuidados domésticos quanto nos seus gastos, para ela "tem que ser direitos iguais".

Rosa, então, se considera chefe da família, por ser a principal responsável por todas as atividades; para ela " a mulher é cabeça da casa e da família". Por ser a responsável

---

<sup>2</sup> Na Convenção de Belém do Pará (1994), a violência contra mulher foi definida como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada.” Ainda, a violência contra a mulher, física, sexual ou psicológica, pode ser entendida como :a. ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, quer o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não a sua residência, incluindo-se, entre outras formas, o estupro, maus-tratos e abuso sexual; b. ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, incluindo, entre outras formas, o estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ, 1994).

principalmente pela educação dos filhos, ela se considera uma guerreira. A maternidade construída socialmente em nossa cultura, como descreve Zanello (2014), além de refletir um acúmulo de tarefas e a naturalização das mulheres como as principais e, na maioria das vezes, as únicas responsáveis pelos cuidados das/dos filhas/os, ainda que colonizado, frequentemente, a maternidade é representada como uma forma de empoderamento da mulher, em outras palavras:

para a mulher cuja única alternativa de empoderamento era ser mãe, foi necessário aprender a manejar os afetos e os filhos como instrumento de poder, seja para satisfazer sua necessidade de um espaço de poder, seja para defender da repressão a que era submetida (CORIA, apud. ZANELLO, 2018)

Ser chefe de família, para Rosa, então, assim como para Elza, está ligado a responsabilidades domésticas e da família que são demandadas a ela. Percebe-se que, tanto Rosa quanto Elza destacam, em suas narrativas, a responsabilidade dos cuidados voltados as/aos suas/seus filhas/os como o principal fator que caracteriza a auto definição como chefes de família.

**QUADRO 4.1**– 2ª Grelha de análise Vertical: Rosa (continua)

<b>02 Categoria: Autonomia de mulheres chefes de família</b>	
<b>Unidade de Registro/ Entrevistada</b>	<b>Rosa</b>
<b>11- Escolaridade</b>	01 - "Hoje eu me arrependo de não ter terminado meus estudos, que eu fui estudar eu tinha 12 anos, meu pai não podia pagar uma escola, estudei véia! Procurei estudar já com 12, não tomei gosto pelo estudo, aprendi a ler a escrever pra mim já bastava e abandonei e fui trabalhar, porque precisava! Aí com 17 anos fui trabalhar, não tinha como trabalhar e estudar"; 02 - "Já perdi oportunidade de hoje trabalha, não consegui porque não tinha segundo grau, eu chorei igual criança, fui em casa com meus filhos, que não queria tá passando por isso porque não estudou, então eu falo, estude, estude, estude."
<b>12 - Mercado de trabalho</b>	01 - "Eu sempre trabalhei, mas nunca de carteira assinada, uma vez que eu trabalhei de carteira assinada só fiquei três meses, só fiquei até o final da obra."; 02 - "Já trabalhei em restaurante, já trabalhei de babá, mas nunca de carteira assinada. Eu tranço cabelo, quando aparece eu faço, mas carteira assinada nunca."; 03- "Trabalho traz a auto estima."

**QUADRO 4.1– 2ª Grelha de análise Vertical: Rosa (continuação)**

<b>02 Categoria: Autonomia de mulheres chefes de família</b>	
<b>Unidade de Registro/ Entrevistada</b>	<b>Rosa</b>
10 - Racismo e sexismo	01 - "Tem homem que acha que a mulher tem que ficar em casa, lavar, cozinhar, passar e ser submissa a ele. Penso assim, a mulher tem o direito igual que ele tem, se ele pode sair, ela também pode, se ele trabalha, ela também tem o direito de trabalhar, se ele é independente, ele tem que deixar ela ser independente, não ser submissa, a mulher que é submissa ao homem é fraca e a mulher que é independente ela é forte! A auto estima tem que tá lá em cima, a mulher tem que ser independente, né?"; 02 - "Oh discriminação sim, porque eu me vestia igual homem, de bermuda, nunca gostei de roupa de menina, só gostei de roupa de menino bermuda, camiseta assim, boné e por eu anda com uma colega miga me chamaram de sapatão, né? Sendo que na época eu tinha marido, não que eu seja, tenha preconceito, cada um tem sua vida, vai viver sua vida, cada um tem seus gostos, eu penso assim! Cada um tem que comer daquilo que gosta."; 03 - "Então eu gostaria de ver mais oportunidades, tanto faz pra quem não tem o estudo e pros negros que são discriminados, eu vejo muito na televisão! [...] eu fiquei decepcionada (caso de racismo), por ele ser negro na nota fiscal não tinha o nome, tinha macaco, eu fiquei horrorizada, ai eles chamaram de macaco, vários nomes que ficavam, né? Pesado, fica difícil, eles sofre por ter a pele preta e o coração deles fica, é diferente? O coração não, só o pensamento da gente que é diferente, não muda nada, nós somos seres humanos, carne, que vamo morrer, ninguém fica pra sempre [...] que exista um pouco de humanidade, porque o mundo tá desumano, muito! É que você passa por muita decepção, você vai se destratado por ser preta, ai você não pode porque é preta, a fulana é negra, eu só vejo falar isso, fulano parece um macaco outro não sei o que, isso são palavras que machucam! As pessoas, acho que deveriam pensar nisso, dar mais oportunidades para os preto, eles precisa. Você viu na televisão? [...] não só na televisão, você vê isso no seu dia-a-dia – ai porque fulana, fulana é preta. Oportunidade, falta oportunidade."
09 - Direitos	01 – (Rosa concorda que seus direitos não são respeitados); 2 - "Por você ser negra, se tiver um branco e um preto eles prefere mesmo que aquele negro tenha estudo e aquele branco também, ele vai botar o preto pra cá e pega o branco. Deveria ser direitos iguais, tanto faz a cor, então tem muitas discriminações."; 03 - ""Não sei nem explicar, pela cor, não por você ser inteligente, mas pela sua cor, sua pele, pela sua opção sexual que já vi muito também, por ser gay, já vi muito."; 04- (sobre o que as pessoas podem fazer para garantir seus direitos) "Correr atrás, brigas na justiça, pra ter seus direitos, ser respeitada é importante"; "Entrevistadora: É importante ter apoio ou oportunidade? Rosa: Com certeza, não tenha dúvidas disso! Entrevistadora: De quem? Rosa: Do governo [...] você tem que ter essa oportunidade, porque se você não tem, quem vai ter? Ninguém [...] vai corre pra lado errado, vai pro tráfico, vai traficar, vai usar droga, vai roubar [...] Eu acho que deveria ser igual (as oportunidades), né? Tanto faz."; 05 – Entrevistadora: Você realiza alguma ação para defender seus direitos? [...] Faz alguma coisa, participa de algum grupo? Rosa: Participar, eu participo do CRAS, mas quando dá tempo, quando tem reunião só de mulher, a gente fazia reuniões, a gente podia se expressar, falar o que pensava, né? Conta um pouco de como você chegou aqui no CRAS e como você tá hoje."
05 - Significado de mulher	
14 - Obstáculos e superações	01 - "Quando perdi minha mãe [...] foi difícil, eu perdi meu chão e até hoje pra mim [...] é difícil até de falar (entrevistada responde chorando) [...] eu sou assim mesmo quando lembro dela, foi muito mais difícil com a perda da minha mãe, porque ela era meu porto seguro, ela mudou a minha vida, cuidou de meus filhos, foi o momento mais difícil pra mim."

**QUADRO 4.1**– 2ª Grelha de análise Vertical: Rosa (conclusão)

<b>02 Categoria: Autonomia de mulheres chefes de família</b>	
<b>Unidade de Registro/ Entrevistada</b>	<b>Rosa</b>
06 - Melhor fase da vida	01 - "Meu melhor momento [...] eu tenho minhas irmãs que morava longe, foi ter a minha família perto de mim, e quando ela veio aqui eu tava caída e elas me levanta, então família, minhas irmãs."
07 - Aspirações pessoais	01 - "Queria ter um curso de cabeleireira, vergonha são oportunidades que às vezes fica difícil, nem sempre, mas fica difícil por você não estudar, né? [...] Adoro sou apaixonada em mexer em cabelo [...] eu gostaria de ser cozinheira e ser cabelereira."; 02 - Eu queria viver trabalhando, pelo menos na parte que eu gosto que é cozinhar, queria ter essa oportunidade e não eu perder por eu não ter estudo, eu queria, eu me vejo cozinhando, me vejo na cozinha, lá lidando com as pessoas e fazendo o que eu gosto. O que eu queria pra mim no futuro, eu queria que meus filhos, eu vejo cada um escolhendo o seu, a sua função, o que quer ser advogado, padeiro, pintor o que seja o futuro pra eles e que seja o melhor, sempre!"

**Fonte:** Gênero e Interseccionalidades na questão do desenvolvimento: os desafios do Programa Bolsa Família para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza.

**Elaboração:** Autora

A trajetória escolar de Rosa, em comparação às outras entrevistadas, teve início mais tarde. Segundo ela, seus pais não tinham condições financeiras para que ela estudasse, então, foi aos 12 anos de idade que Rosa deu início aos seus estudos, no entanto, assim que aprendeu a ler e a escrever, por necessidade, aos 17 acabou abandonando os estudos para trabalhar, possuindo, assim, o Ensino Fundamental I completo. Apesar de não "tomar gosto" pelos estudos, Rosa, se sentia "arrependida" por não ter terminado seus estudos, destacando, que já perdeu oportunidades de emprego por não ter feito o Ensino Médio. Segundo Lina Penati (2018).

Baseada em teorias como a do capital humano, essa tese afirma uma relação positiva entre aumento da escolaridade e aumento da renda. Segundo Costa (2009), de forma sucinta, essa teoria está fundamentada na tese de que o capital humano, conjunto de habilidades, capacidades e destrezas, converte-se em valor de troca no mercado de trabalho. Esse raciocínio econômico, portanto, nos leva a crer que o aumento da escolaridade de cada indivíduo se converteria em melhores condições de vida a partir de melhores condições no mercado de trabalho.

Elza, que mesmo sem ter completado o ensino superior, entre as entrevistadas é a que possuía maior renda familiar. Em contrapartida, Rosa, que concluiu apenas Ensino Fundamental I, dispunha da menor renda familiar entre as entrevistadas. No entanto, cabe ressaltar, assim como afirma Lina Penati (2018), que apesar do acesso à educação ser um fator importante para saída da pobreza, não significa que os não escolarizados estejam, exclusivamente, em situação de pobreza ou extrema pobreza.

Em relação à sua trajetória no mercado de trabalho, Rosa, que no momento da entrevista estava desempregada, relata que já exerceu diversos tipos de trabalho, como trançista, doméstica, babá, cozinheira, mas a única vez que teve sua carteira assinada foi quando ela trabalhou por três meses em uma obra como ajudante de rejunte. Para a entrevistada, o trabalho traz “autoestima” para mulher; a sua narrativa se assemelha com a de Elza, uma vez que ambas priorizam a independência e acreditam que é a partir do trabalho que é possível garantir a liberdade. Rosa enfatiza que muitos homens acham que mulher tem que “ficar em casa, lavar, cozinhar, passar e ser submissa a ele”, no entanto, para ela homens e mulheres têm que ter direitos e oportunidades iguais, esse reconhecimento é ilustrado em sua casa, onde segundo ela, as tarefas são divididas igualmente entre ela e o filho de 18 anos.

Sobre as experiências de sexismo e racismo, a trajetória de Rosa coincide novamente com a de Elza, sendo ela vítima dos dois tipos de discriminação. Primeiro, pelo modo de se vestir, que por serem consideradas roupas "masculinas" gerava questionamentos a respeito de sua orientação sexual. Assim como Elza, Rosa vivenciou situações de racismo em entrevistas de emprego, onde, segundo ela, as vagas sempre são priorizadas aos brancos, independente do nível educacional ou experiência no mercado de trabalho – “por você ser negra, se tiver um branco e um preto eles preferem mesmo que aquele negro tenha estudo e aquele branco também, ele vai botar o preto pra cá e pega o branco”. Rosa, ao relatar sua experiência com o racismo ressalta a importância de se oferecer oportunidades para as pessoas que não têm estudos e que são negras.

Para ilustrar o racismo, Rosa conta sobre uma situação que ela assistiu em uma reportagem na televisão, em que um cliente de uma loja ao efetuar uma compra, no lugar de seu nome na nota fiscal estava escrito “macaco”. Rosa reforça, através da reportagem citada, que as pessoas pretas são “destratadas” apenas por serem pretas, e que as atitudes racistas a “machucam”.

Assim, quando questionada se acredita que seus direitos são respeitados, Rosa afirma que não são, e que por ela ser uma mulher negra ela não tem as mesmas oportunidades de uma pessoa branca: "deveria ter direitos iguais, tanto faz a cor, então tem muitas discriminações". Para a entrevistada, quando não são oferecidas as mesmas oportunidades e direitos, as pessoas que menos privilegiadas, muitas vezes, sem escolhas acabam indo para o “lado errado, vai pro tráfico, vai traficar, vai usar droga, vai roubar”. A narrativa de Rosa vai ao encontro do que Lélia Gonzalez (2020, p. 220) descreve sobre a divisão racial do trabalho

existente no Brasil, e suas consequências quando não são ofertadas oportunidades a essas pessoas, isto é:

Não é por coincidência que maioria quase absoluta da população negra brasileira faz parte marginal crescente: desemprego aberto, ocupações "refúgio" em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente e trabalho por temporada etc. Ora, tudo isso implica baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação etc. Um dos mecanismos mais cruéis da situação do negro brasileiro na força de trabalho se concretiza na sistemática perseguição, opressão e violência policiais contra ele. Quando seus documentos são solicitados (fundamentalmente a carteira profissional) e se constata que está desempregado, o negro é preso por vadiagem; em seguida, é torturado (e muitas vezes assassinado) e obrigado a confessar crimes que não cometeu. De acordo com a visão dos policiais brasileiros, "todo negro é um marginal até prova em contrário".

Rosa é uma mulher se afirmar como muito apegada à sua família, sendo ela a sua prioridade. Por isso, o momento que ela relata ter sido mais difícil foi quando ela perdeu sua mãe. Chorando, contou que ela era "seu porto seguro". No entanto, as aspirações pessoais de Rosa, diferentemente de Elza, não estão ligadas apenas a proporcionar qualidade de vida aos seus filhos, mas prioriza suas vontades individuais, como fazer cursos de cabelereira e de cozinha.

As experiências de autonomia de Rosa, então, estão no reconhecimento de seus direitos e da importância de se garantir oportunidades iguais às pessoas, independentemente de raça, sexualidade e gênero, e sua clareza sobre a importância de direitos iguais. Assim como Elza, Rosa, também acredita que o trabalho é um dos fatores primordiais para a garantia da liberdade e autoestima da mulher.

#### 4.2.3 FÁTIMA.

**QUADRO 05 – 1ª Grelha de análise vertical: Fátima (continua)**

<b>01 Categoria: Chefia familiar feminina entre mulheres em situação de pobreza/pobreza extrema</b>	
<b>Unidade de Registro/Entrevistada</b>	<b>Fátima</b>
<b>01 - Síntese da biografia</b>	01 - "Eu nasci em Alagoinhas, mas fiquei um tempo em Catu, eu achava que tinha nascido em Catu, mas não, né. E depois vim para cá para Salvador, com dois anos de idade [...] eu cresci aqui em Salvador mesmo [...] Eu vim para cá com dois anos"; 02 - " Fui criada pelo meu pai e minha mãe"; 03 - "Eu morava com a minha mãe quando eu era nova, que eu ainda não tinha casado e aí eu casei e me mudei para o Jardim Nova Esperança. Mas de cidade eu nunca me mudei."
<b>02 - Experiências conjugais e amorosas</b>	01 - "eu nunca tinha tido um parceiro sexual vamos dizer assim. Ai depois eu conheci essa pessoa (ex-companheiro) e me casei, eu ia fazer 32 anos."; 02 – (entrevistada relata que no momento da entrevista eles estavam brigados) "Vamos dizer que está brigado"; 03- "1- "casada vai fazer dez anos, mas quando eu conheci ele eu tinha 20 anos, mais ou menos ". 04 - " no passado era maravilhoso. Agora até que não está tão ruim, mas é porque ele bebe, e ele não vem me aporrinhar em nada, mas é que minha mãe sempre falava quando eu era mais nova, eu nem sabia o que era, acho que nem existia essas drogas aí (crack, essas coisas). Eu acho que só eu ouvia falar, até na escola mesmo quando fazia os trabalhos de escola, era a cocaína e a maconha. E eu ouvia falar também dessas que as pessoas não usam muito, mas a gente ouvia quando ia fazer trabalho de escola. Mas o crack eu acho que não existia, deve ser porque eu não ouvia falar. Mas minha mãe sempre falava quais das drogas que destrói família, aí meus irmãos era mais sabido que eu e eles falávamos que era a maconha e a cocaína. E ela ficava ouvindo todos e depois dizia não, a pior droga que destrói família é o álcool e a cachaça, ela me dizia isso, e eu não sabia que era verdade."
<b>03 - Violência doméstica</b>	01 - "Você perguntou se eu já tinha sofrido violência doméstica né? Eu não, mas minha mãe já, acho que é por isso que eu odeio quando acontece essas coisas."; 02 - "Eu tento fazer a diferença pro meu lado, que meu lado seja igual o deles como eu vi com a minha mãe passar. Eu não quero passar o mesmo que ela. Eu tento fazer a diferença nisso, e como eu já arrumei emprego uma vez, e aí meu esposo ficava falando que: "ah mais aí você tá trabalhando e ai eu chego e as coisas não tá feita, você ainda vai fazer comida não sei o quê, se você saísse e aí eu te ajudo e não sei o quê". E aí depois eu saí e ele não me ajudou. Dessa maneira, e aí eu tento fazer a diferença assim, não deixando ele fazer comigo o que meu pai fez com minha mãe. De querer agredir, ele (esposo) nunca tentou e ele sabe que se ele fizer isso ele vai ter retorno de alguma maneira, ou pela justiça ou por mim, ele vai ter retorno. Aí ele nem faz essas coisas. Mas para poder mudar, não ser igual como eu vi lá, eu tento agir dessa maneira e tento também educar o meu filho para ele ver que não se faz assim com outra pessoa. Se ele não quer que faça assim com ele, ele que não faça com ninguém."; 03- "Eu acho que eu tento desviar do caminho, que eu vejo que sempre está querendo me levar para aquele mesmo caminho dela, pelo fato de até do marido beber, porque meu pai bebia. É mais eu vejo que fica tentando se igualar, tem uma semelhança, mas eu sempre tento é desviar daquele caminho, porque eu acho a história de vida de minha mãe, eu acho ruim."

**QUADRO 05 – 1ª Grelha de análise vertical: Fátima (conclusão).**

<b>01 Categoria: Chefia familiar feminina entre mulheres em situação de pobreza/pobreza extrema</b>	
<b>Unidade de Registro/Entrevistada</b>	<b>Fátima</b>
<b>04 - Maternidade</b>	01 - " [...] aí eu pensei que nem podia ter filho, e aí eu tive filho, que não é esse é o primeiro que faleceu. Tive filho com uns 33 anos, mais ou menos, aí faleceu porque nasceu prematuro e eu tive alguns problemas, fique internada. E aí depois de um tempo, acho que uns três anos, aí eu tive esse que eu tenho agora. Mas eu passei um tempo e tudo sem conseguir engravidar, mas tinha cobrança do marido, por isso que eu estou dizendo que eu não tive, eu tive um filho, mas não foi assim por meu querer, se fosse pelo meu querer eu não iria ter nenhum. Mas tinha aquela cobrança do marido, do tipo "eu nunca vou ser pai", e essas coisas, e aí eu ficava pensando, que eu não vou largar ele por isso, se há tanta pessoa que passa por coisa pior e está com a pessoa. E só porque ele tem o sonho de ser pai eu não quero e ele quer, um tem que abrir mão de alguma coisa, né. E como eu achei que eu não seria uma mãe ruim, e aí eu abri uma exceção de ter um filho que eu já tinha tido o primeiro e eu não gostei da experiência. Eu tive depressão pós-parto, e aí eu achei que nesse eu não ia ter, mas eu tive depressão pós-parto de novo e aí tenho esse, e desse aí eu não quero ter mais nenhum, nem idade para isso eu tenho mais."
<b>12 - Organização doméstica</b>	01 - "Eu sozinha que faço"; 02- "Dividir meio a meio não, mas às vezes ele (companheiro) fazia alguma coisa (quando eles moravam juntos), quando estava com vontade. Às vezes ele lavava um prato, lavava um banheiro quando queria agradar."; 03- "Eu acho que poderia ajudar um pouco, porque dizem que a gente não trabalha. Mas mesmo a gente em casa, a gente está trabalhando e às vezes se toma mais trabalho que na rua. Porque na rua a gente volta 5 horas, e dentro de casa não, porque dá meia noite e a gente ainda está fazendo alguma coisa. Se o menino der dor de barriga e se sujar aí a gente vai pegar para dar um banho, e para limpar tudo, porque, né. Então pode ser meia noite, pode ser a hora que for, porque se tiver que fazer a gente ainda está fazendo."; 04 - "Porque quando ele está dentro de casa, a gente fazia as compras e era tudo certinho, porque a gente saía e fazia a compra de 600, 700 reais e ele mesmo dizia que era muita coisa. Gastava muito."; 05- "Agora como eu e disse ele pega dá um dinheiro e ainda fala "vê se não vai gastar isso tudo". Que isso tudo? Um pinguinho [...] Esse dinheiro ele me dá, ele não faz as compras não."; 06 - "Entrevistadora: Esse dinheiro é para você pagar as contas e para você comer? Entrevistada: Não a conta não, a conta tem vezes que minha irmã pega e paga o recibo de luz"; 07 - "quando ele tava dentro de casa, ele que pagava tudo. E agora ele dá esse daí."
<b>08- Significado de chefia familiar</b>	01 - "Quando ele morava dentro de casa ele trazia o dinheiro e pagava tudo. Mas tudo quem resolvia era eu, se desse qualquer problema, quem ia sair resolver era eu. Ele diz que é ele, mas eu acho que é eu que resolvo tudo."; 02 - " Me considero (chefe de família), mas a sociedade diz que é eles, que é o chefe da casa. Mas é se eu que vou, eu nem sei te responder essa pergunta. Porque como eu vez, quando deu um problema dizendo que ia multar, dizendo que o gato era lá em casa, mas não era, era no vizinho, mas ficava na parede. Aí eu tive que ir dar queixa né? Para poder resolver. Quem foi? Eu. Quem é chefe da casa? Eu, por que ele não foi?"

**Fonte:** Gênero e Interseccionalidades na questão do desenvolvimento: os desafios do Programa Bolsa Família para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza.

**Elaboração:** Autora

Fátima, mulher negra, com 42 anos no momento da entrevista, é autônoma, mãe de um filho de dois anos, é chefe de família sem presença de companheiro, cuja renda naquele

momento, sem contar o PBF, era de 280 reais, e em sua unidade doméstica residiam apenas ela e seu filho. Nascida em Catu (BA), mudou-se aos dois anos de idade com seus pais para Salvador (BA). Fátima foi criada pelos seus pais e morou com eles até se casar. Casou-se aos 32 anos de idade com o seu primeiro namorado, que conheceu aos 20 anos de idade, sendo ele seu primeiro parceiro sexual, mas, devido, aos problemas que seu ex-companheiro tinha com bebidas alcoólicas, no momento da realização da entrevista, eles não estavam mais morando juntos. Fátima ressalta que sempre se lembrou do discurso de sua mãe sobre o uso de bebidas alcoólicas, referindo-se a elas como "a destruição de uma família".

Percebe-se, então, que o reconhecimento do sofrimento da sua mãe, vítima de violência doméstica por parte de seu pai, motivou Fátima a autodefinir a sua trajetória para que não se assemelhasse com a trajetória de vida dela. Nesse sentido, o reconhecimento da opressão vivenciada pela mãe, segundo Patricia Hill Collins (2019, p. 203), ajudou a “criar autodefinições independentes”. Estudos de Alexis Deveaux, discorridos por Collins apontam que compreender o “eu” em relação ao se autodefinir, para além de outras relações e/ou instituições sociais, muitas vezes pode ser a solução para conhecer e compreender determinados problemas e/ou situações (COLLINS, 2019)

Quando questionada sobre suas experiências com a maternidade, Fátima relatou que acreditava que não conseguiria engravidar, mas aos 33 teve seu primeiro filho, que nasceu prematuro e, segundo ela, desenvolveu pneumonia por negligência do hospital, vindo a falecer seis dias depois. Assim como Elza, Fátima também passou por um período de depressão pós-parto. Segundo Smith e Morrow (2012, apud. ZANELLO, 2018, p. 172), "sob o diagnóstico de "depressão pós-parto", escondem-se sentimentos de desigualdade, injustiça e desempoderamento”, ou seja, os fatores para o desenvolvimento da depressão pós-parto estão conectados com “vivências de eventos estressantes, relação marital precária, pouco suporte social, história de depressão ou ansiedade na gestação, histórico familiar de depressão, entre outros” (ZANELLO, 2018, p. 172).

Devido aos acontecimentos de sua primeira gestão, ela afirmou não ter gostado da experiência e não querer mais filhos, no entanto, por "cobranças" e insistência do ex-companheiro, acabou "abrindo mão" de sua escolha, para realizar o "sonho" dele, e após três anos do falecimento de seu primeiro filho, engravidou novamente, passando, mais uma vez, pela experiência de depressão pós-parto.

Percebe-se, nesse relato, que o dispositivo do amor, como é nomeado por Zanello (2018), gera laços de dominação e desigualdades, onde os homens são os privilegiados e as mulheres oprimidas, como na situação relatada por Fátima. Mesmo sem querer ser mãe novamente, passa por cima do seu direito reprodutivo de autonomia sobre seu corpo, e engravida para “realizar o sonho” do outro. Ainda, segundo a autora, “O amor as atualiza na expressão identitária de mulheres: é sua razão de ser e viver. Elas estão dispostas ao sacrifício e ao esquecimento de si por amor” (SWAIN, 2012, apud. ZANELLO, 2018, p. 84). A negação dos direitos reprodutivos das mulheres e a autonomia sobre seus corpos reflete a dominação e opressão patriarcal estruturada pelo capitalismo, no qual “dominam e oprimem os corpos de mulheres para a produção e reprodução da vida” (SAFFIOTI, 2004, apud. CARLOTO; DAMIÃO, 2018, p. 307).

Sobre a organização doméstica, diferentemente de Elza e Rosa que dividem as tarefas, Fátima sempre fez tudo sozinha; sobrecarregada, diz sentir falta de ajuda. Relata ainda que seu ex-companheiro só ajudava quando queria agradá-la por algum motivo. Fátima relata que, após o término da relação, ele parou de contribuir financeiramente de modo regular, e fazendo de modo insuficiente.

O significado de chefia para as três mulheres é semelhante. Mesmo quando têm um companheiro residindo na mesma unidade doméstica, elas consideram-se chefes de família por serem responsáveis por todas as questões familiares e domésticas.

**QUADRO 5.1 – 2ª Grelha de análise vertical: Fátima (continua)**

<b>02 Categoria: Autonomia de mulheres chefes de família</b>	
<b>Unidade de Registro/Entrevistada</b>	<b>Fátima</b>
<b>11- Escolaridade</b>	01- “As pessoas só me achavam estranha só porque eu era calada, ficava quieta no lugar, não gostava de muita brincadeira e nem de muito risinho essas coisas. Não gostava que me pegassem, que me tocassem, eu acho que eles achavam estranho”; “2- Quando eu tive dificuldade, teve uma época que eu tive dificuldade, eu era pequena mas eu lembro, eu tive dificuldade em aprender a ler, e aí as professoras não ensinava. Ela ensinava a todos, mas ela (a professora) não fazia igual agora que antes de colocar o menino na primeira série, a gente pega e bota antes, e aí a professora pega e ensina a ali e tudo. Eu não tive isso, e aí quando eu cheguei na escola, já maiorzinha que naquela época botava com mais de 6 anos, às vezes. Não tinha nem idade mais de 1 série, mais ia logo para a primeira série com a idade de 6/7 anos. Aí eu tive dificuldade de aprender a ler, mas depois que eu vi, que aí eu ficava pedindo para as pessoas me ensinar a ler, e ninguém me ensinava [...] Aí que depois que eu vi que ninguém vai me ensinar não, acho que vou ter que aprender sozinha, e a vizinha falou tudo o que você ver você vai juntando as letras, e aí eu aprendi sozinha. Eu tive dificuldade na escola, nessa parte aí de aprender a ler. Mas, depois que eu aprendi a ler eu gostei e eu senti vontade de estudar.”
<b>12 - Mercado de trabalho</b>	02 - "A dificuldade que eu enfrentei foi porque antigamente não tinha facilidade de trabalho, dessas coisas que tem agora para pequeno aprendiz. Porque se tivesse essas coisas ia ser mais fácil para mim, porque eu ia conseguir um emprego mais nova e aí eu ia conseguir investir mais na minha educação. Mesmo que eu terminei, mas eu ia conseguir mais informação, mais educação, para hoje eu não estar desse jeito que eu tô.";
<b>10 - Racismo e sexismo</b>	"Eu acho que não é nem que deveria impor a mulher ao homem, ou o homem à mulher. Eu acho que deveria um deles ver, ele e ela. Porque tem mulher que também larga tudo nas coxas do marido, a mulher do meu irmão é assim."; 2- "Eu acho que nem é caso de ser apropriado, é porque eu já vi mulher pedreiro, de construção civil, e elas conseguiam desempenhar os trabalhos delas muito bem ali fazendo. Claro que tem alguns serviços que é pesado, aí precisa de força. Mas como tem mulher que levanta aqueles pesos, daquela maneira, elas se realmente quiser desempenhar esse papel, elas vão conseguir, ela só vai se preparar para aquilo."

**QUADRO 5.1 – 2ª Grelha de análise vertical: Fátima (conclusão)**

<b>02 Categoria: Autonomia de mulheres chefes de família</b>	
<b>Unidade de Registro/Entrevistada</b>	<b>Fátima</b>
<b>09 - Direitos</b>	<p>“Meu filho faleceu porque um rapaz fez, ele era prematuro e aí ele não tinha resistência, e aí ele fez um formulário e quando eu vi falei ele apagou, mas a fagulha que ele risquinho, já tinha tomado conta do menino (...) Eles não respeitam o meu direito, e colocou lá, aí o menino pegou pneumonia e com 6 dias morreu. Eu tive meu direito respeitado? Não. A defensoria pública, uma defensora que estava lá abriu uma queixa, que eu nem sabia que tinha aberta, ela que abriu. Porque ela falou que muitas mães deixam para lá, que por isso que o mundo está assim dessa maneira. Ela abriu, quando eu fiquei sabendo que ela abriu até hoje não resolveu nada, e quando eu passo por lá eu passo mal. Porque eu fico "ó pensando Meu Deus do céu, toda vez eu mesmo passava atrás" Porque eu que morri gente lá, por causa de negligência.”; 02 - "Muitos fazem abuso de poder, eles não ligam deixam para lá dentro de uma gaveta. E a gente não vai lá tirar de dentro da gaveta para esfregar na cara de nenhum juiz, então vai ficando lá, ficando lá. E eles sabem, que só se juntar muita gente, porque um galho só você quebra, mas se juntar cem galhos juntos, cem espetinho de churrasco, você não vai conseguir quebrar. Se fosse muita gente você conseguia resolver isso tudo, mas um só eles pegam e tora no meio.”; 03- “Quando eu vejo que tem alguma coisa, aí eu ia dar queixa e ficar indo lá e cobrando, e cobrando, mas não resolve nada.”; 04 - (o que ela acha que deve ser feito para garantir nossos direitos) "Eu acho que sempre falar, sempre que tiver oportunidade de falar, não tenha medo de falar e se expressar. E sempre correr atrás para mostrar que está errada aquela maneira."</p>
<b>05 - Significado de mulher</b>	<p>01 – “Eu acho que ser mulher é a base de tudo. Porque a maioria das mulheres que coloca o filho, tenta colocar no caminho certo, é a mulher que está dentro de casa, para quando chega algo na porta tentar resolver. Por mais que diga que é o homem, não é. É muito difícil de ter um homem para fazer assim. A mulher é a estrutura de uma casa, eu acho que a base de uma casa é ela."</p>
<b>14 - Obstáculos e superações</b>	<p>01 - "No momento da minha vida, na época em que eu vi a agressão em casa, de meu pai agredindo minha mãe [...] Foi um momento difícil, mas tem uns momentos difícil de a gente perder os entes queridos, aí eu nem sei qual o mais difícil.”;</p>
<b>06 - Melhor fase da vida</b>	<p>01 - "O melhor momento? Acho que foi quando eu casei que me realizei, minha mãe tinha vontade que uma filha casar-se de vestido de noiva e eu casei [...] Eu acho que o que contribuiu mais foi eu vê minha mãe sempre falando é, é que porque tem umas coisas que é tão antiga que eu acho que você não entende não, mas que ela sempre falava que ó mulher que anda direito, casa e quem não anda direito, não, então como é que tem que ser mãe? Como é que tem que ser? Como é que tem que ser pra poder casar? Mas eu tinha vontade de casar né, eu acho que quem contribuiu mesmo foi eu ter achado uma pessoa que na época eu achava que era certa, mesmo que do jeito que a gente tava, do jeito que a gente tá hoje eu ainda prefiro ele."</p>
<b>07 - Aspirações pessoais</b>	-

**Fonte:** Gênero e Interseccionalidades na questão do desenvolvimento: os desafios do Programa Bolsa Família para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza.

**Elaboração:** Autora

Fátima tem o ensino médio completo, mas relata ter tido dificuldades de socialização e de aprendizagem devido a ter iniciado a vida escolar “maiorzinha”. Como não teve apoio suficiente das/dos professoras/res, ela aprendeu a ler e a escrever com ajuda de uma vizinha.

Sobre suas experiências no mercado de trabalho, Fátima afirma o desejo de ter continuado seus estudos e, assim como Elza e Rosa, também acredita que a escolarização contribui para a garantia de maiores oportunidades no mercado de trabalho. Quando Fátima foi questionada sobre seus direitos, ela voltou a falar sobre a negligência do hospital com seu filho. Para ela, seu direito de mãe não foi respeitado, e mesmo tendo recorrido à defensoria pública para abrir um processo contra o hospital, até o momento da entrevista ela não tinha recebido nenhuma resposta. Para ela, para que os direitos sejam respeitados, é necessário que a população se junte e lute por eles, sendo esse um mecanismo para garantia dos direitos.

Fátima, ao falar sobre o pior momento de sua vida, demonstra-se muito traumatizada por ter vivenciado a relação de violência entre seus pais. Como foi discutido na análise da entrevista de Rosa, a situações de violência vivenciadas por elas enquanto crianças e/ou adolescentes são internalizadas, mas, assim, como Rosa, Fátima também seguiu em frente, sem permitir que o ciclo de violência se repetisse em sua vida.

Apesar do reconhecimento de seus direitos, as experiências individuais de Fátima e o exercício de autonomia aparecem, em suas narrativas, limitadas às vontades de outras pessoas.

#### 4.2.4 PRISCILA.

##### QUADRO 06 – 1ª Grelha de análise vertical: Priscila (continua)

<b>01 Categoria: Chefia familiar feminina entre mulheres em situação de pobreza/pobreza extrema</b>	
<b>Unidade de Registro/Entrevistada</b>	<b>Priscila</b>
<b>01 - Síntese da biografia</b>	01 - "Eu fui criada pela minha madrinha. Minha mãe na época não tinha condições, não tinha moradia. E aí eu fui viver com minha madrinha. Mas tinha aquela coisa, pra você comer tinha que trabalhar, e vendia sonho, vendia coxinha. E aí fui seguindo a vida, fui ficando moça, com 15 anos. E aí voltei a morar com a minha mãe, na casa de minha Avó, só que era uma humilhação horrível, eu não gosto nem de falar. Aí fui crescendo, estudando. Aí quando, depois de moça, que eu vim fazer, cabeí praticamente o ensino fundamental, e só o sofrimento. Minha mãe caiu doente, morava com minha tia, o povo me batia, o povo aprontava e aquela coisa toda. Quando minha madrinha resolveu de eu morar de novo com minha madrinha, e aí foi que eu fui ser mulher"; 02 - "E aí quando eu fui pra São Paulo, deu um problema lá que eu quase ia ser estuprada, e aí vim embora de novo."

**QUADRO 06 – 1ª Grelha de análise vertical: Priscila (continuação).**

<b>01 Categoria: Chefia familiar feminina entre mulheres em situação de pobreza/pobreza extrema</b>	
<b>Unidade de Registro/Entrevistada</b>	<b>Priscila</b>
<b>02 - Experiências conjugais e amorosas</b>	<p>01 - "Quando eu cheguei aqui na Bahia, aí eu conheci o pai de meu filho, que é esse mais velho que é Lucas. E aí quando eu conheci o pai dele, eu descobri que eu estava grávida e aí eu quis me separar dele, porque eu fiquei desesperada. Era nova, estava estudando, tava pensando em um futuro que minha mãe não tinha condição de me dar, mais eu tava querendo ter um futuro melhor. Mas aí eu engravidei nova, com 18 anos, e aí achei que aquele sonho que eu tinha foi por água a baixo [...]E aí eu comecei a pensar em voltar a estudar, depois que eu tive ele. Tive ele, e aí o pai dele foi morar com outra pessoa, não me ajudava na despesa dele. E ele foi crescendo, foi crescendo, foi crescendo, e o pai dele, quando pensou em me ajudar. Me ajudava com 100, com 50"; 02 -"Voltei a estudar e aí conheci essa pessoa, o Carlos. E que aí começou a me ajudar, mas depois a gente vem, a gente começa a namorar é uma coisa, e quando passa morar é outra. Ele começava a me agredir, e aí eu tenho um irmão, até que ele é do exército sempre aparecia lá e me perguntava, porque os vizinhos comentava com ele, mas até aí eu não queria colocar o meu irmão em situações. E aí eu fui mentindo, fui mentindo pra minha família, fui escondendo, fui escondendo, e aí já tava se agravando " 03 - "Quando eu tive José (filho), ele (atual companheiro) foi melhorando, porque eu disse a ele que ia tomar uma decisão e me separar. Me separei dele e fiquei muito tempo longe dele, e aí a mãe dele ligou pra mim dizendo que ele, que tinha praticamente se entregado a bebida depois que eu tinha largado ele. Eu disse, que se ele quer uma melhora pra minha vida e pra vida dele, que ele pare de beber que eu posso até volta, porque eu gosto dele. Mas que pra eu gostar, que ficar apanhando eu não vou ficar. Aí fui querendo dar até queixa, dei queixa na Maria da Penha, só que aí não fui à frente e aí foi só se agravando, se agravando, se agravando. E aí quando foi no ano, no ano já tem três anos que ele me bateu pela última vez, que aí eu tava num aniversário e ele com ciúme de mim, aí eu disse assim "hoje eu vou tomar uma decisão pra minha vida. Eu não quero mais você". Tomei minha decisão e ele foi embora, ficamos quase um ano, foi dois anos separada dele, foi quando eu conheci uma pessoa, que é o pai de minha vida Pietra. E aí uma pessoa maravilhosa, comigo e até hoje com a minha filha, a despesa é, me ajuda como ele pode, mas ele faz o melhor pra filha dele. Inclusive, aí ele foi pra São Paulo, e aí falou "Priscila, eu vou pra São Paulo, e aí como é que vai ficar?" E aí eu disse "rapaz você vai pra São Paulo e eu não quero mais, porque vai ficar assim um namoro longe e eu não quero não". Aí ele foi embora, fui à gravidez toda eu sozinha, e aí quando eu tive uma ligação ele disse "olha eu tô botando um dinheiro pra você comprar as coisas o enxoval da menina". Eu comprei o enxoval todo, quando ele voltou pra ver, pra registrar a menina"; 03 - E só que antes de eu ter minha filha eu tomei uma decisão de voltar pra igreja, porque eu conheço a palavra desde 10 anos. Aí eu voltei pra igreja, hoje em dia eu estou na presença de Deus, têm uns três anos, vai fazer quatro, só que essa pessoa, Carlos, me pediu pra eu voltar. E aí como eu, por mais que eu tive conhecido o pai de minha filha, eu convivo com essa pessoa, mas eu gostava ainda de Carlos. E aí ele pediu pra eu voltar, mostrando ser mudado, aquela coisa toda. E aí o meu pastor, falava sempre em casamento na igreja, porque a gente tem que procurar casamento, porque Cristão não pode ter relação sem um casamento. Eu fui conversei com ele, orei a Deus e aí ele resolveu: "Priscila eu quero casar com você". Agora eu disse: "esse casamento o se tá achando que vai me segurar? Ou é porque você já mudou? Ou pretende ser uma pessoa melhor depois desse casamento?". E aí agora eu tô aqui no Cras, eu vim tomar uma providência, porque ele não quer me ajudar com as despesas dentro de casa, só quer saber de bebida. E vivo minha vida, vou trabalhar. Sou uma pessoa que é do trabalho pra casa, da casa pra igreja, da igreja pra casa, do trabalho. Sou uma pessoa normal graças a Deus, tô bem. E ele é uma pessoa muito agressiva em palavras, se ele tá aqui. Se eu tô conversando aqui, dizendo aqui, aí ele é bem pra você, ele já começa a esculhambar, aquela coisa toda. Então eu disse a ele, eu vou tomar minhas providências, e 10 anos que eu vive com você, foi 10 anos de sofrimento de tristeza."</p>

**QUADRO 06** – 1ª Grelha de análise vertical: Priscila (conclusão).

<b>01 Categoria: Chefia familiar feminina entre mulheres em situação de pobreza/pobreza extrema</b>	
<b>Unidade de Registro/Entrevistada</b>	<b>Priscila</b>
<b>03 - Violência doméstica</b>	01 - "Ele (atual companheiro) uma vez, ele veio bebendo e aí entrou dentro de casa, eu tava conversando com a minha vizinha assim do lado, e fez "Patricia deixa eu entrar pra pegar o lixo e aproveitar que eu tô aqui fora e vou botar o lixo e vou entrar. Pra botar a janta de Dinho- o apelido dele é Dinho" aí quando eu entrei eu só vi o murro, ele deu um bocado de murro. Só que ele era daqueles que ele me trancava toda dentro de casa e começava a procurar briga, pra eu não ter como correr. E aí a minha vizinha diz que começou a hora de gritar, gritar, gritar, de "não bate nela não, seu desgramado, que não sei o que, você faz isso de porque ela é mulher. Ela tem que dar um basta nisso, e não sei o que". E aí eu tinha um cabelo enorme, ele cortou o cabelo todo, o meu cabelo todo na mão, ele passa um sério problema espiritual. Ele passa por, a irmã dela que é de candomblé até hoje faz porcaria pra ele. Inclusive não se ajuda, não tem a força, porque quando você faz esse tipo de coisa você perde até a força, não tem força você é uma maravilhosa [...] Inclusive eu até ajudo ele em oração, isso, tento não mostrar até que só porque que ele passa por esse problema tá pisando, mas não. Tem até as discussão mais sempre eu procuro relava entendeu? Porque eu sei que tá passando por essa situação. Mas é ótima pessoa, uma pessoa maravilhosa, inclusive passa por isso, precisa de uma ajuda.
<b>04 - Maternidade</b>	-
<b>12 - Organização doméstica</b>	01 - "Eu e minha mãe, quando eu não faço ela faz, quando ela não faz eu faço. É divisão assim, tem dias mesmo que eu tô afim de cozinhar eu vou e cozinho. Tem dias que eu digo, "ah mãinha faça aí que eu vou ali dar um jeitinho ali, eu vou ali resolver alguma coisa." Hoje mesmo é ela quem tá fazendo porque eu saí, aí quando eu chego meus filhos já tá arrumado pra ir pro colégio, o menino já tá almoçado, eu saí e já fiz a tarefa de todo mundo, dos dois. O mais velho faz sozinho, e aí já deixa a tarefa dele pronta, ela arruma, quando eu chego ela "vou levar e aí você vai buscar." Lá (na casa da entrevistada) a divisão é assim."; 02- "Acaba sendo tudo nas minhas costas, alimentação, colégio, roupa, sapato, é material escolar, minhas dívidas tá tudo embolado porque se eu pagar todo, toda minha dívida não dividir também a responsabilidade dentro de casa, aí fica sem a alimentação, fica sem a criança ir pro colégio."
<b>08- Significado de chefia familiar</b>	01- "Tudo eu que resolvo, pode ser parte de minha mãe, minha irmã que tem uma família, sempre me liga perguntando das coisas. Tem minha outra irmã que às vezes a gente não somos muito assim, mas qualquer coisa ela me pergunta, manda zap, quero resolver isso, tudo assim em forma de resolver fora eu sei."

**Fonte:** Gênero e Interseccionalidades na questão do desenvolvimento: os desafios do Programa Bolsa Família para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza.

**Elaboração:** Autora

Priscila é uma mulher negra, com o Ensino Médio incompleto, possui atividade remunerada e dispõe de uma renda familiar 700,00 reais (sem contar o PBF). Mãe de dois filhos, é chefe de família com presença de companheiro. Em sua unidade doméstica residiam ela e os filhos.

Morou quase a vida toda em Salvador e foi criada pela sua madrinha, porque sua mãe não tinha moradia e nem condições de criá-la. Aos 15 voltou a morar com sua mãe na casa de sua avó. Segundo Priscila, este foi um período de muitas humilhações e agressões o que fez com que ela voltasse a morar com sua madrinha. Priscila chegou a morar um período em São Paulo, mas por ter sofrido uma tentativa de estupro, acabou retornando para Salvador.

Pega de surpresa, aos 18 anos Priscila engravidou do seu primeiro filho, para ela engravidar tão jovem significou desistir de seus sonhos. Priscila não teve muita convivência como pai do seu primeiro filho, que no início não ajudava nas despesas, e mesmo quando passou a ajudar financeiramente, não era o suficiente. Quando Priscila voltou a estudar, conheceu seu atual companheiro, Carlos, pai de seu segundo filho. Apesar de tê-la apoiado durante o período de namoro, após passarem a coabitar, passou a agredi-la. Priscila, escondia de seus familiares a violência que sofria. Chegou a procurar a polícia para denunciar as agressões, mas acabou não prestando queixa.

Segundo a pesquisa realizada em 2017 pelo Instituto de Pesquisa DataSenado, que entrevistou 1.116 mulheres, abrangendo as cinco regiões do Brasil, 29% das mulheres sofreram violência doméstica/familiar provocada por um homem (DATASENADO, 2017). Segundo a amostra das mulheres que já foram vítimas de violência doméstica/familiar, 67% sofreram violência física, 47% psicológica, 36% moral, 15% sexual, 8% patrimonial, sendo 41% das violências provocadas pelo marido/companheiro/namorado e 33% pelo ex-marido/companheiro/namorado das entrevistadas. As mulheres negras<sup>3</sup> representam 74% das vítimas de violência doméstica/familiar. Em relação à renda familiar das vítimas de violência doméstica/familiar, 17% não possuem renda, 51% possuem renda de até dois salários mínimos<sup>4</sup>. Quanto à ocupação, 38% das mulheres exercem trabalho remunerado, enquanto 58% não tem nenhum tipo de trabalho remunerado. De fato, como os dados demonstram, a violência doméstica tem estado presente não só nas narrativas das chefes de famílias presentes

---

<sup>3</sup> Foram consideradas mulheres pretas e pardas.

<sup>4</sup> No ano de 2017 o salário mínimo era de 987,00 reais.

em minha dissertação, mas também na vida de uma grande porcentagem de mulheres brasileiras. Segundo Heleieth Saffioti (2004), a violência contra a mulher é resultado de uma cultura patriarcal, que está estruturalmente enraizada em nossa sociedade, e a autora, relembrando os escritos de Pateman, enfatiza que

o caráter masculino do contrato original, ou seja, é um contrato entre homens, cujo objeto são as mulheres. A diferença sexual é convertida em diferença política, passando a se exprimir ou em liberdade ou em sujeição. Sendo o patriarcado uma forma de expressão do poder político (SAFFIOTI, 2004, p.55).

Quanto à definição de violência doméstica, também caracterizada como violência intrafamiliar e/ou violência familiar (ARAGÃO; ANDRADE, SANTOS, 2018), ela está ligada às ocorrências de violência entre indivíduos que residem, mesmo que esporadicamente, na mesma unidade doméstica, sem ter a necessidade de vínculo de parentesco (ARAÚJO; 2002). A violência, por estar no âmbito privado das relações familiares, envolvendo as relações de gênero, nas quais os homens detêm um poder maior sobre as mulheres, acaba resultando em algumas particularidades para o agressor da vítima, conforme descrevem Ana Carolina Tavares e Inez Nery (2012, p.9): “ele controla diretamente a vida de suas ‘vítimas’, tendo acesso direto e a qualquer tempo a elas, conhece suas fragilidades devido ao seu grau de intimidade proporcionado pelo casamento”.

Retornando aos relatos sobre seu relacionamento, Priscila decidiu se separar e durante o período de dois anos afastada do primeiro companheiro, ela conheceu outra pessoa, pai de sua filha mais nova, que ela afirma ser diferente dos outros, sempre uma pessoa "maravilhosa" com ela e com sua filha. No entanto, por decidir ir para São Paulo em busca de melhores oportunidades, Priscila resolveu não dar continuidade ao relacionamento.

Após dois anos, Priscila, por acreditar que Carlos (atual companheiro) havia mudado, acabou reatando o relacionamento com ele. De acordo com seu relato, Carlos não a agride fisicamente, no entanto, é muito agressivo com as palavras. Priscila justifica a agressividade de seu marido como resultado de "sérios problemas espirituais", em suas palavras ele é "ótima pessoas, uma pessoa maravilhosa", que precisa de ajuda. Priscila, em uma atitude de intolerância religiosa, culpa a cunhada pelos "problemas espirituais" do seu companheiro, usando a justificativa de que por ela ser do Candomblé, ela se utiliza de trabalhos espirituais, para prejudicá-lo e ele não tem força para mudar.

Muitas mulheres, como é o caso de Priscila, segundo Zanello (2081), suportam o desamor do parceiro, por que o homem "ama" de maneira diferente. Ainda, segundo a autora,

há mulheres que se casam acreditando em um ideal de companheiro construído em expectativas criadas por elas mesmas. Assim, com esperança de que haja mudança, acreditam que com paciência e dedicação que o companheiro pode aprender que amar é mais que estar presente fisicamente (ZANELLO, 2018).

O casamento é um fator de proteção a saúde mental de todos os homens, no entanto para as mulheres, "quanto mais a relação é simétrica/igualitária e com um parceiro que é cuidadoso (dê suporte) e nutridor emocional, mas o casamento é um fator de proteção á saúde mental delas. Porém, relações ruins, marcadas pelo sexismo e/ou investimento desigual na mesma, constituem-se como forte fator de risco e de adoecimento psíquicos. Nesses casos, mulheres casadas apresentam mais históricos de depressão que as solteiras. (ZANELLO, 2018, p.97-98).

O casamento pode ser algo bom se for uma opção, uma escolha pautada tanto na capacidade da mulher estar bem sozinha quanto nas qualidades do seu parceiro; “quando é realizado no desespero, por pressão social, pode levar a destinos trágicos [...] entre encontrar um marido a buscá-lo, há uma grande diferença" (ZANELLO, 2018, p. 98).

Sobre a organização doméstica, no momento da entrevista, Priscila estava indo ao CRAS para tomar uma providência em relação ao seu companheiro, que assim como o ex-companheiro de Fátima, também tem problemas com bebidas alcoólicas e não queria mais ajudar nos gastos domésticos. Nesse sentido, ela é a única responsável pelos gastos domésticos, mas sobre os cuidados de casa, ela recebe ajuda de sua mãe.

A chefia familiar vivida por Priscila, se assemelha com os relatados das nossas outras entrevistadas, que assumiram todas as responsabilidades da casa e da família, faz com que elas se sintam chefes.

**QUADRO 6.1**– 2ª Grelha de análise vertical: Priscila (continua)

<b>02 Categoria: Autonomia de mulheres chefes de família</b>	
<b>Unidade de Registro/Entrevistada</b>	<b>Priscila</b>
<b>11- Escolaridade</b>	01-"Era boa aluna, só faltava quando tinha médico, aí eu não ia pra escola, né?[...] Eu fiz um curso técnico de administração, fiz eu e minha irmã, na época eu não tinha filha."

**QUADRO 6.1**– 2ª Grelha de análise vertical: Priscila (conclusão)

<b>02 Categoria: Autonomia de mulheres chefes de família</b>	
<b>Unidade de Registro/Entrevistada</b>	<b>Priscila</b>
<b>12 - Mercado de trabalho</b>	<b>01 - "Ninguém dá a oportunidade, sempre diz que quer na carteira. E pelo o que eu saiba, pelos convívios que eu já tive em casa de família aí, antigamente ninguém tinha essa lei de assinar a carteira, agora com essa lei toda aí o povo, até tá tendo mais dificuldades de achar trabalho. Porque antigamente eles queria emprega mesmo, mesmo indigente, hoje em dia com essas leis que estão colocando, aí eles não emprega mais, eles dizem, eles querem pessoas familiares aquela coisa toda [...]. Ninguém dá uma oportunidade, só abre a boca pra dizer assim "eu quero experiência", como é que vai dar experiência se você nunca viu."; 03- "As dificuldades vai mais se agravando porque hoje em dia você olha pra, vai fazer uma entrevista de emprego e fala "quantos anos você tem", ah tal data, tal idade. Minha mãe tem 58, com 40 e alguma coisa minha mãe já não trabalhava mais, porque ninguém quer pegar por idade. Eu acho que vai se agravando mais, as dificuldades vai mais aumentando, de vez de melhorar, vai piorando."</b>
<b>10 - Racismo e sexismo</b>	
<b>15 - Pobreza</b>	
<b>09 - Direitos</b>	01- "Eu acho que nessa parte de política aí mesmo, não são respeitados. Eles dizem uma coisa, quando tá perto das eleições, mas quando passa se tranca dentro de casa e tá com o dinheiro no bolso, tá rico, tá milionário, tem um bom salário, esquece quem tá aqui padecendo, sofrendo. Entendeu? Sem um trabalho, diz que vai dar emprego, diz que vai dar tudo, aí mesmo tá batendo aí oh essa audiência pra prender Lula. Mas Lula foi um dos melhores presidentes que teve aqui no Brasil, ele deu a oportunidade de a pessoa fazer uma faculdade, ele deu uma oportunidade de uma família que antigamente não tinha condições de comprar um computador hoje dia em tem.." 03 - "não participo porque não adianta eu ficar ah que o CRAS."é assim é assado" ,brigando com quem até que não tem nada a ver, quem tá ali na frente, só tá ali cumprindo trabalho, mas quem deveria ter, na verdade fazer essa democracia toda a gente não sabe nem quem é, quem deve chamar pra fazer uma reclamação, pra cumprir nossos direitos."
<b>05 - Significado de mulher</b>	01 - " Ser mulher, pra mim, eu acho que é um conjunto de ações, porque a gente faz tanta coisa, resolve tanta coisa, é uma ação.!"
<b>14 - Obstáculos e superações</b>	-
<b>06 - Melhor fase da vida</b>	01- "O momento feliz da minha vida é a parte de eu ver meus filhos bem, quando eu acordo que fala "minha mãe", "minha mãe eu quero tomar café, minha mãe". Com aquela alegria toda brinca o outro já diz "minha mãe eu tenho dever, bora fazer?", pra mim é uma alegria meus filhos acordam vir pra minha cama, "minha mãe, bênção minha mãe", pra mim isso é uma alegria, é a parte importante."
<b>07 - Aspirações pessoais</b>	sem relatos

**Fonte:** Gênero e Interseccionalidades na questão do desenvolvimento: os desafios do Programa Bolsa Família para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza.

**Elaboração:** Autora

Priscila, assim como Fátima tem o ensino médio completo, e tem chegado a fazer um curso técnico de administração. Quando fala sobre suas experiências no mercado de trabalho, ela, que é cuidadora de idosos, relata sobre as dificuldades de encontrar melhores oportunidades. Para ela, as novas leis trabalhistas, que envolvem a obrigatoriedade de registro em carteira, também contribuíram para que ela não encontrasse um trabalho. Ainda, ela fala sobre a exigência de que se tenha experiência, o que para ela é contraditória, já que não dão oportunidades para que ela tenha a experiência necessária para trabalhar. Outro fator destacado por Priscila é a idade: para ela, quanto mais velha a mulher for, maiores são as dificuldades de ser contratada.

Sobre seus direitos, como todas as entrevistadas, também acredita que seus direitos não são respeitados. Para ela, os políticos sempre fazem promessas que não são cumpridas, e assim que são eleitos acabam esquecendo das pessoas pobres. Priscila demonstrou admiração pelo ex-presidente Lula, para ela os pobres só tiveram oportunidades de melhor qualidade de vida durante seu mandato.

Para Priscila, ser mulher significa "um conjunto de ações", ao falar sobre o que são esse conjunto de ações, sua narrativa se assemelha com a de Elza, uma vez que, para Priscila, é preciso que a mulher realize um "conjunto de ações", para resolver as responsabilidades/atividades que lhe são impostas direta ou indiretamente. Ainda, para Priscila, assim como para Elza, o melhor momento de sua vida é quando ela é mãe, quando seus cuidados garantem o bem estar de seus filhos.

Como destaca Flavia Biroli (2014), a sobreposição entre mulher e maternidade colaborou, historicamente, para limitar a autonomia das mulheres e, nesse sentido, a divisão sexual do trabalho naturaliza e mistifica a maternidade, como uma posição especial que deve ser exercida pelas mulheres. Para tanto, a autora reitera que, mesmo que as preferências e seus agenciamentos sejam socialmente produzidos e reproduzidos, é necessário reconhecer que elas são vivenciadas de maneira singular por cada mulher.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de chegar ao momento de descrever as considerações finais da minha pesquisa, gostaria, primeiramente, de relatar o meu processo de escrita e de análise durante um período tão problemático e triste que está sendo para o Brasil. Vivemos a pandemia em um país que, apesar dos duros números de mortes diárias pela COVID-19, tem uma posição negacionista, que beneficia as classes dominantes e fecha os olhos para as pessoas que estão em situação de pobreza/extrema pobreza. Atualmente, no Brasil, temos quase 53 milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza, e 13 milhões em extrema pobreza, de acordo com dados do IBGE de novembro de 2021 divulgados pela imprensa. Como cientista social, mestranda em sociologia, ver a situação em que nosso país se encontra e as duras consequências, de fato afetaram a minha saúde mental.

Além disso, em julho de 2021, inesperadamente, eu perdi duas das pessoas que mais amo nessa vida, meu irmão mais novo de coração, João Felipe, que com 21 anos, acabou perdendo a vida em um acidente de carro. E em novembro 2021, meu vô paterno, Jaci Pio, vítima de um AVC, não resistiu e veio a falecer. Escrevo em lágrimas, é difícil ainda dimensionar a dor de perder pessoas que amamos, a saudade que nunca vai passar.

Assim, posso dizer que, escrever essa dissertação durante um período de tantos acontecimentos ruins e inesperados e com a saúde mental comprometida foi completamente diferente de tudo que eu possa ter imaginado quando entrei, esperançosa, no mestrado em julho de 2019. Para tanto, creio, que dentro das minhas limitações eu tenha conseguido contemplar os objetivos propostos.

Cabe ressaltar, novamente, que eu enquanto mulher branca, a minha condição como pesquisadora nesta dissertação é de “outra”, com um olhar que é exterior, podendo haver algumas limitações de análise, uma vez que, não vivencio as mesmas opressões e desigualdades vivenciadas diariamente por mulheres negras. Para tanto, percebi que, no decorrer dessa pesquisa, o quão multifacetada e diversificada pode ser a chefia família feminina, e ao analisar as trajetórias das mulheres que emprestaram suas vozes a esse estudo, não foi diferente, apesar de pontos em comuns entre suas experiências, são realidades experimentadas de maneiras diferentes e individuais.

Ao descrever os processos que motivaram essas mulheres a se tornar chefes de família, foi possível confirmar a primeira parte da minha hipótese, isto é, as mulheres chefes de família com ou sem companheiro assumem comumente a chefia familiar feminina em decorrência de um jogo duplo de discriminações e desigualdades de gênero e raça, atravessado pela classe social.

Ao analisar os relacionamentos vivenciados por elas, inicialmente não consegui identificar a hipótese na qual, menciono que as mulheres chefes de família se tornariam chefes após a dissolução de um primeiro relacionamento. Em suas narrativas, elas não relatam se em relacionamentos anteriores elas não eram chefes de família, pelo contrário, uma delas, em sua narrativa, destaca que como ou sem presença de companheiro, sempre se considerou como tal.

Ainda, ao analisar os relacionamentos amorosos que foram vivenciados por essas mulheres, aquelas que eram chefes de família sem presença de companheiro, quando questionadas sobre seus relacionamentos, mostraram similaridades, como a presença de um ambiente doméstico violento na infância. Outras, ainda, citaram a presença de violências (física e/ou verbal) em relacionamentos atuais ou passados. Confirma-se então a hipótese de que a violência doméstica é um fator determinante para a chefia familiar feminina.

No que diz respeito ao exercício de agência de autonomia e liberdade, observei que a maioria reconhece seus direitos frente a situações de opressões e desigualdades, reconhecem a importância da independência e da liberdade, assim como acreditam que o trabalho é o principal mecanismo para a garantia de autonomia, mas também reconhecem a necessidade de mais oportunidades. Cabe ressaltar que os cuidados dos filhos são prioridades em suas escolhas. Mesmo assim, uma das entrevistadas parece limitar suas escolhas às vontades de outros, e culpam terceiros por situações vividas.

Considero assim que, a hipótese final, ou seja, de que essas mulheres chefes de família iriam interpretar a situação social por elas vivenciadas como uma expressão de maior liberdade e autonomia frente aos controles e formas de dominação masculina presentes nas uniões que vivenciaram foi parcialmente confirmada, e, portanto, fica aberta a sugestão para que outras/os pesquisadoras/es aprofundem a pesquisa, utilizando-se de mais sujeitos, para ampliar o debate acerca das mulheres negras em posição e chefe de família no Brasil. Esse assunto é de vital importância para o planejamento e promoção de políticas públicas que

tenham por objetivo promover a igualdade social e a melhoria das condições de vida das famílias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, N. Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica no pensamento sociopolítico brasileiro. in: **Gênero e Ciências Humanas: desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos. 1997.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo. Ed. Sueli Carneiro: Pólen, 2019.

ÁLVARES, L. de C. Famílias monoparentais femininas: um olhar sobre este arranjo familiar na cidade de Uberaba – MG. **Dissertação (Mestrado)** – Programa de Pós Graduação em Serviço Social – Universidade Estadual Paulista - Faculdade Júlio de Mesquita, Franca, 2003.

ALVES, Roosenberg. Família Patriarcal e Nuclear: Conceito, características e transformações. **Seminário de Pesquisa da Pós-graduação em História UFG/UCG**. Setembro, 2009.

ARAGÃO, Milena; ANDRADE, Claudia; SANTOS, Edimar. A mulheres vítimas de violência e a percepção de si mesma. In: **13º Mundo de Mulheres e Fazendo Gênero (Anais eletrônicos)**, Florianópolis, 2007, ISSN 2179-510X

ARAÚJO, C.; SCALON, C. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2005

\_\_\_\_\_. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: **(Orgs). Gênero, família e trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGB, 2005, p. 5-77.

ARAÚJO, Fátima. Violência e abuso sexual na família. In: **Psicologia em Estudo, Maringá**, v. 7, n. 2, p. 3-11, jul./dez. 2002

ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. **Cadernos de Saúde Pública v.9**, 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2007

BARTHOLO, L.; PASSOS, L.; FONTOURA, N. . **Bolsa Família, autonomia e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?** Rio de Janeiro: IPEA, 2017. (Texto para Discussão 2331).

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BEVILAQUA, C. F.; BUAES, C. S. Sentidos de chefia familiar feminina em contextos de comunidades populares. **Psicologia Argumento**, v. 30, n. 68, 2012.

BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo. **Rio de Janeiro: Nova Fronteira**, 2000.

BIROLI, F. 2014a, Família: novos conceitos. São Paulo, **Editora da Fundação Perseu Abramo**.

\_\_\_\_\_. 2014b. O público e o privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo

\_\_\_\_\_. 2014c. Autonomia, dominação e opressão. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo

\_\_\_\_\_. Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil. São Paulo, **Boitempo**, 2018

\_\_\_\_\_. Autonomia, preferências e assimetria de recursos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 90, 2016

BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. **Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil**, 2003.

BUENO, Winnie. Imagens de Controle: um Conceito do Pensamento de Patricia Hill Collins. Porto Alegre: **Zouk Editora**, 2020

BRASIL, **Bolsa Família Atende 14.283 milhões de famílias no mês de junho**. 08 jul. 2020, disponível em: < <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/07/bolsa-familia-atende-14-283-milhoes-de-familias-no-mes-de-junho>> Acesso em: 28 nov. 2020

CARLOTO, C. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. **Revista Virtual Textos e Contextos**, Porto Alegre, n. 4, ano IV, p. 1-17, dez. 2005.

CARLOTO, Cássia Marino; DAMIÃO, Nayara André. Direitos reprodutivos, aborto e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade n.13**, 2018.

CARLOTO, C.; MARIANO, S. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 451-471, ago. 2010.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003

\_\_\_\_\_. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil, **São Paulo: Selo Negro**, 2011.

CAVENAGHI, S.; ALVES, J. E. D.. **Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Soc. estado**. [online]. 2016

CONVENÇÃO Interamericana para Prevenir, punir e Erradicar Convenção Interamericana para Prevenir, punir e Erradicar a Violência contra a Mulher violência contra a Mulher. **Convenção de Belém do Pará - 1994**. 1994. Disponível em: <[http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Legislacao/4\\_ConvencaodeBelemdoPara1994.pdf](http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Legislacao/4_ConvencaodeBelemdoPara1994.pdf)>.

CORRÊA, M. Gênero, genealogia & as novas famílias. **Mediações, Londrina**, vol.17, n.1, p. 191-215, 2012

\_\_\_\_\_. Repensando a família patriarcal brasileira. **Cadernos de pesquisa, São Paulo**, n.37, p. 5-16, maio, 1981.

COSTA, F. A. de O.; MARRA, M. M. Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. **Revista brasileira psicodrama**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 141-153, 2013.

COSTA, J. S. ; PINHEIRO, L. ; MEDEIROS, M. ; QUEIROZ, C. M. . **A Face Feminina da Pobreza: Sobre-Representação e Feminização da Pobreza no Brasil**. Brasília: Ipea, 2005 (Publicação Seriada: Texto para Discussão Ipea 1137).

COUTINHO, P. M. Um perfil profissional de diretoras escolares: trabalho, gênero e educação em escolas do ensino fundamental de Uberlândia. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2018.

CLEMENTE, F.; COSTA, M. Mulheres Negras e Racismo. In: **13º Mundo de Mulheres e Fazendo Gênero (Anais eletrônicos)**, Florianópolis,2007, ISSN 2179-510X

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, **Estudos feministas 1**, p.171-189, 2002

CÚNICO, S. D.; ARPINI, D. M. Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família. **Aletheia**, n. 43-44, p. 37-49, jan./ago. 2014.

DA SILVA, M. F.. Chefia feminina domiciliar: indicador de maior pobreza das mulheres?, 2006. **Revista Gênero**, v. 7, n. 1

DATA SENADO. Violência doméstica e familiar contra a mulher. **Secretaria de transparência**. **Junho**, 2017. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasetenado/arquivos/aumenta-numero-de-mulheres-que-declaram-ter-sofrido-violencia>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

DAVIS, A.. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 2013.

DEVREUX, A-M. Família. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP,2009. p. 96-101.

ESPINHEIRA, G.; SOARES, A. M.. Pobreza e marginalização: um estudo da concentração e da desconcentração populacional nas metrópoles latino-americanas: o caso de Salvador, no Brasil, **In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais (Anais eletrônico)**, SBN: 2401004380, Caxambu, 2006.

FERREIRA, L. P.. As guerreiras de Salvador-BA: um estudo sobre estratégias para a saída da pobreza. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2018.

FIRESTONE, Shulamith. A dialética do sexo. Um estudo da revolução feminista. **Rio de Janeiro: Editorial Labor Brasil**, 1979.

FLICK, U.. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilema da justiça na era pós-socialista. **In: SOUZA, Jessé. (org.). Democracia hoje - Novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: UnB, 2001

FONSECA, A.. As mulheres como titulares das transferências condicionadas: empoderamento ou reforço de posições de gênero tradicionais? *In: Congresso da Rede Mundial de Renda Básica*, 13., São Paulo, 2010. **Anais [...]**. São Paulo, 2010.

GALEAZZI, I. M. S.. Mulheres trabalhadoras: a chefia da família e os condicionantes de gênero. **Mulher e trabalho**, v. 1, 2001

GIDDENS, A.. **A constituição da sociedade**. Tradução de Álvaro Cabral. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos. **Rio Janeiro: Zahar**, 2020.

GUERRA, E. L.. **Manual de pesquisa qualitativa**, Belo Horizonte, 2014.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em sociologia. **Educ. Pesqui.** (29), nº1, pp.93-107, 2003.

HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. **Belo Horizonte: Editora UFMG**, 2005.

HITA, M. G.. A família em Parsons: Pontos, contrapontos e modelos alternativos. *In: Dossiê: Família, Teoria Social e Identidade Brasileira* (org. Parry Scott Márcia e Thereza Couto). **Revista Antropológicas**, ano 9, v.16, n. 1., p. 109-148, 2005

hooks, B.. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, Brasília, p. 193-210, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE. **Estatística de gênero**: responsabilidade por afazeres afeta a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Agência de notícias IBGE, 07 mar. 2018. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/2013-agencia-de-noticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazeres-afeta-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho.html>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Síntese de indicadores sociais, 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/protecao-social/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=downloads>>. Acesso em : 12 jul. 2021

INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMIA APLICADA -IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça.** Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

JELIN, E.. **Pan y afectos. La transformación de las familias.** Buenos Aires: 2010.  
JOVCHELOVICH, S.; BAUER, M.W.. Entrevista Narrativa. In: **Bauer MW, Gaskell G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes; 2002, p. 90-113.

JUSTINO, Yara. A geracionalidade da violência doméstica e familiar contra a mulher. Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Psicologia – Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, Vitória, 2014.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. **Rio de Janeiro: Cobogá,** 2019

KLÜBER, T. E.. Atlas/ti como instrumento de análise em pesquisa qualitativa de abordagem fenomenológica. **ETD - Educação Temática Digital,** Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 5-23, mar. 2014

KRUCZEVESKI, L. R.; MARIANO, S. A.. Família nuclear patriarcal: breves notas sobre a (res)construção da teoria social e os estudos feministas, **Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas,** ISSN 2177-8248, Londrina, maio 2014.

LAVINAS, L. As Mulheres no Universo da Pobreza o caso brasileiro. **Revista Estudos Feministas,** v. 4, n. 2, p. 464, 1996.

\_\_\_\_\_. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Econômica,** v. 4, n. 1, p. 25-59, jun. 2003.

LAVINAS, L.; NICOLL, M.. Pobreza, transferências de renda e desigualdades de gênero: conexões diversas. **Parcerias Estratégica,** n. 22, p. 39-75, jun. 2006.

LUGONES, M. “The Coloniality of Gender”. **Worlds & Knowledges Otherwise,**1- 16, 2008.

MACÊDO, M. dos S.. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. **Caderno CRH,** v. 21, n. 53, p.385-399, 2008b

\_\_\_\_\_ 2008a. Na Trama das interseccionalidades: mulheres chefes de família em Salvador, **Tese de Doutorado em Ciências Sociais**, Salvador, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

MARIANO, S.; CARLOTO, C. As mulheres nos programas de transferência de renda: manutenção em mudanças nos papéis e desigualdades de gênero. **In: Congresso da Rede Mundial de Renda Básica, 13.**, São Paulo, 2010. **Anais [...]**. São Paulo, 2010.

MARIANO, S.; SOUZA, M.. Autonomia feminina e concepções de direito entre mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. in: **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v.17, n p.165-180, 2019.

MARIANO, Silvana; SOUZA, Marcio; FERREIRA, Lina. Refletindo sobre autonomia feminina em contextos de pobreza urbana, **In: 42º Encontro Anual da ANPOCS**, 2018, Caxambu. **Anais do 42º Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, p.1-29, 2018.

MARIANO, S.; SOUZA, M.; FERREIRA, L.. PIO, L., et.al, **Gênero e Interseccionalidades na questão do desenvolvimento: os desafios do Programa Bolsa Família para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza (Relatório final)**, Londrina, 2019.

MARQUES, S. B. Violência obstétrica no Brasil: um conceito em construção para a garantia do direito integral à saúde das mulheres. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, 2020. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/585>. Acesso em: 15 fev. 2022.

MATOS, M. I.; BORELLI, A.. Espaço feminino no mercado produtivo. **In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012. p. 126-147.

MEDEIROS, M.; PINHEIRO, L. S.. Desigualdades de gênero em tempo de trabalho pago e não-pago no Brasil, 2013. **Sociedade e Estado**, v. 33, n. 1, p. 161-188, 2018

MENDES, M. A. Mulheres chefes de família: a complexidade e ambigüidade da questão. **In: Pré-evento mulheres chefes de família: crescimento, diversidade e políticas**. Ouro Preto: CNPD, FNUAP e ABEP, 2002, 13p.

MORAES, P. M. Arranjos familiares monoparentais e chefiados por mulheres: pobreza e sobrecarga. **In: Simpósio Gênero e Políticas Públicas, III.**, Londrina, 2014. **Anais [...]**. Londrina, 2014.

NOVELLINO. M. S. F. Feminização da pobreza no Rio de Janeiro, Brasil (1992-1999). **In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS**, 13, Ouro Preto, 2002. **Anais [...]**. Ouro Preto: ABEP, 2002.

NUSSBAUM, M. Capacidades e Justiça Social. IN: MEDEIROS, Marcelo (org). **Deficiência e Igualdade**. Brasília: Letras Livres. Editora Universidade de Brasília. 2010.

OGANDO, A.; ASSIS, M.. (Des)estabilizando a dicotomia público/privado?: Um exame crítico da categoria analítica a partir da interseccionalidade; **In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X. Disponível em:

<[http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373248762\\_ARQUIVO\\_ogando\\_assis\\_paperfv.pdf](http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373248762_ARQUIVO_ogando_assis_paperfv.pdf)> Acesso em 28 mar. 2019.

OKIN, S. M. Gênero, o público e o privado. In: **Revista Estudos Feministas. Florianópolis**, vol. 16, nº 2, 2008, pp 305-33.

OLIVEIRA, N. H. Família contemporânea, in: **Recomeçar: família, filhos e desafio. São Paulo**: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

OLIVEIRA, S.; SABOIA, A. L., COBO, B.. Dimensões Preliminares da Responsabilidade Feminina pelos Domicílios: Um estudo do fenômeno a partir dos Censos Demográficos 1991 e 2000 , **Textos para Discussão, Diretoria de Pesquisas n.7 IBGE**, Rio de Janeiro, 2002

OLIVEIRA, M. A.; XAVIER RODRIGUES, F. F.; VIEIRA DE CARVALHO, G. B. DISCUSSÕES INTERDISCIPLINARES SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E TRANSGERACIONALIDADE. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais - UNIT - SERGIPE, [S. l.]**, v. 5, n. 1, p. 29, 2018. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/view/5836>. Acesso em: 3 abr. 2021.

PISCITELLI, A.. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, vol. 11, nº 2, Goiânia, 2008, pp.263 - 274.

PIZZIO, Alex. Desqualificação e qualificação social: uma análise teórico conceitual. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza , v. 9, n. 1, p. 209-232, mar. 2009 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482009000100009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482009000100009&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 14 fev. 2022

POULANTZAS, Nicos. **Classes sociais no capitalismo hoje**. 2a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

QUEIROZ, T. L. A.; CAVALCANTE, P. S. As contribuições do software atlas ti para a análise de relatos de experiência escritos. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 10., Curitiba, 2011. **Anais [...]**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2011.

RIBEIRO, R.; SABOIA, A L. , Família nas pesquisas domiciliares: Questões e propostas alternativas. Rio de Janeiro: **IBGE**. 2008.

ROCHA, S.. Pobreza no Brasil: afinal do que se trata? 3. ed. Rio de Janeiro: **Editora FGV**, 2006.

SABÓIA, A. L.. O conceito de chefia nas pesquisas domiciliares através do recorte por sexo e presença do cônjuge-uma contribuição à discussão da "feminização da pobreza". **Revista Gênero**, v. 4, n. 2, 2004.

SANTOS, Daniela T.; DURÃES, Sarah Jane. Trabalho Infantil: Uma face da pobreza. **LEOPOLDIANUM**, v. 41, n. 113-5, p. 183-196, 2015.

SANTOS, Y. G. dos. **Mulheres chefes de família entre a autonomia e a dependência: um estudo comparativo entre Brasil, França e Japão**. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/T.8.2008.tde-18122008-104702. Acesso em: 2021-03-26.

SARACENO, C.; NALDINI, M.. **Sociologia da família**. Lisboa: Estampa, 1997.

SARTI, C.. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011. SCALON, Celi. **Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate**. **Contemporânea**, São Carlos, n. 1, p. 49-68, 2011.

SILVA, Aparecida; SOARES, Rafael. Reflexões sobre os conceitos de raça e etnia. **Entrelaçando - Rev. Eletrônica de Culturas e Educação**, nº 4, pp.99-115, 2011.

SCOTT, A. S.. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana Maria; (orgs.), **Nova história das mulheres no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2012, pp. 15-42

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade** 20 (2): 71-99, 1995.

SEN, A. K.. **Desigualdade reexaminada**. Tradução e apresentação de Ricardo Doninelli Mendes. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SILVA, T. D. Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda. In: MARCONDES, Mariana et al. (Org.). **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília, DF: Ipea, 2013.

SOARES, A. M.. Salvador: Pobreza, figurações e território. In: **XII Congresso Brasileiro de Sociologia - Desigualdades, Diferença e Reconhecimento (Anais Eletrônicos)**, Recife, 2007.

SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO, D. C.. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 573-594, dez. 2007.

SOUSA, A. P. **Estudo Comparativo das famílias monoparentais masculinas x monoparentais femininas: a influência do genitor no desenvolvimento familiar**. Franca, 2008.

SOUZA, C.; BOTELHO, T. R.. Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social brasileiro. **Revista Estudos Feministas**. Vol. 9. N. 2. Florianópolis, 2001, p 414-432.

SOUZA, M. F.; MARIANO, S.. Percepções de cuidado e práticas de gênero das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família a partir de um recorte geracional: mudanças e permanências. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 23, n. 3, p. 164-194, 2018.

TAVARES, Ana Carolina Cerveira; NERY, Inez Sampaio. Violência doméstica conjugal contra as mulheres: uma reflexão acerca da dimensão simbólica proposta por Pierre Bourdieu. **17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero. Comunicações Orais**. Universidade Federal da Paraíba, 2012.

ZANELLO, Valeska. Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação, **1.ed - Curitiba: Appris**, 2018.

WOORTMANN, K.; WOORTMANN, E. F.. Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, **contextos e circunstâncias**. 2004.

## ANEXO A5- QUESTIONÁRIO RESUMIDO

Número da entrevista |\_\_\_|\_\_\_|\_\_\_|

Entrevistadora: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ Horário inicial: \_\_\_\_\_ Horário final: \_\_\_\_\_

### QUESTIONÁRIO

**P0. Cidade/Estado** (*que reside atualmente*): \_\_\_\_\_

**P00. Cras:** \_\_\_\_\_

**P1. Qual a sua idade?** \_\_\_\_\_

**P2. Em relação à sua cor ou raça, como você se declara?** (*LER*)

1. Branca                      2. Preta                      3. Parda                      4. Amarela                      5. Indígena

Outra \_\_\_\_\_

**P3. Atualmente você está estudando?**

1. Sim

2. Não

→ **P4. Que série/você frequenta?**

1. Alfabetização para adultos

3. Ensino Fundamental II – EJA

5. Ensino Médio Regular

Outro: \_\_\_\_\_

2. Ensino Fundamental I – EJA

4. Ensino Médio – EJA (Supletivo)

6. Ensino Superior

90. NSA

→ **P5. Até que série/ano você estudou?**

1. Nunca frequentou a escola

3. Ensino Fundamental I completo

5. Ensino Fundamental II completo

7. Ensino Médio completo

9. Ensino Superior completo

99. NS/NR

2. Ensino Fundamental I incompleto

4. Ensino Fundamental II incompleto

6. Ensino Médio incompleto

8. Ensino Superior incompleto

Outro: \_\_\_\_\_

**P6. Até que série/ano sua mãe estudou?**

1. Nunca frequentou a escola

3. Ensino Fundamental I completo

5. Ensino Fundamental II completo

7. Ensino Médio completo

9. Ensino Superior completo

99. NS/NR

2. Ensino Fundamental I incompleto

4. Ensino Fundamental II incompleto

6. Ensino Médio incompleto

8. Ensino Superior incompleto

Outro: \_\_\_\_\_

---

<sup>5</sup> Esses anexos pertencem ao grupo de pesquisa “Gênero e interseccionalidade na questão do desenvolvimento: Os desafios do Programa Bolsa Família para a quebra do ciclo intergeracional da pobreza”, coordenado pela profa. dra. Silvana Mariano

P7. Atualmente você realiza alguma atividade paga/remunerada?

1. Sim

2. Não

P8. (Se você não realiza atividade paga/remunerada), você é: (*Ler*)

1. Do lar

2. Aposentada

3. Desempregada

4. Pensionista

90. NSA

99. NSNR

Outras \_\_\_\_\_

P9. Neste trabalho, você é: (*Ler*)

1. Trabalhadora por conta própria (bico, autônomo)

2. Trabalhadora temporária em área rural

3. Empregada

4. Trabalhadora doméstica

90. NSA

99. NSNR

Outras \_\_\_\_\_

P10. Qual o valor bruto da sua remuneração mensal? \_\_\_\_\_

P11. Se você trabalha ou já trabalhou, com que idade você começou? \_\_\_\_\_

P12. Em que você trabalha ou já trabalhou? \_\_\_\_\_

90. NSA

99. NS/NR

P13. Atualmente, você mora com quem?

Nome	Sexo	Idade	Parentesco	Escolaridade	Contribui com a renda doméstica?	Com quanto contribui?
------	------	-------	------------	--------------	----------------------------------	-----------------------

P14. Atualmente qual é o seu estado conjugal/estado civil?

1. Casada/amigada/amasiada/união estável

2. Solteira

3. Viúva

4. Separada/divorciada

99. NS/NR

P15. Tirando o Bolsa Família, quais as fontes de renda da sua família? (*Não ler. Admite-se mais de uma resposta*)

P15.1. Trabalho

P15.2. Ajuda/doação de não morador

P15.3. BPC

P15.4. Aposentadoria/pensão

P15.5. Seguro-desemprego

P15.6. Pensão Alimentícia

P15.7. PROJOVEM

P15.8. Sem Rendimento

P15.Outras: \_\_\_\_\_

99. NS/NR

P16. Quem coloca mais dinheiro em casa?

- |                              |                |                                  |
|------------------------------|----------------|----------------------------------|
| 1. Beneficiária/entrevistada | 2. Companheiro | 3. Irmãos                        |
| 4. Filhos                    | 5. Netos       | 6. Ex-companheiro/pai d@s filh@s |
| Outr@s: _____                | 90. NSA        | 99. NS/NR                        |

P17. Sem considerar/somar o Bolsa Família, qual é a sua Renda Familiar? R\$ \_\_\_\_\_

P18. Qual é o valor total que você recebe do Bolsa Família? R\$ \_\_\_\_\_

P19. Há quanto tempo você recebe o Bolsa Família? \_\_\_\_\_

P20. Você teve filhos/as? (Preencher automaticamente o "sim" se a entrevistada já informou a presença de filho/a no domicílio. Fazer a pergunta normalmente no caso de entrevistada que não incluiu filho na composição doméstica)

- 1. Sim
- 2. Não
- 99. NS/NR



P21. Quantos?

- |         |              |
|---------|--------------|
| 1. 1    | 2. 2         |
| 3. 3    | 4. 4         |
| 5. 5    | 6. 6 ou mais |
| 90. NSA | 99. NS/NR    |

P22. Você participa ou já participou de algum projeto, curso ou encontro regular que o Cras indicou?

- 1. Sim
- 2. Não
- 99. NS/NR



P23. Qual?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

90. NSA      99. NS/NR

P24. Sua casa é:

- |                          |                             |
|--------------------------|-----------------------------|
| 1. Própria               | 2. Alugada                  |
| 3. Posse                 | 4. Cedida (Por quem: _____) |
| 5. Outra condição: _____ | 99. NS/NR                   |

P.25 Na sua casa:

- |  |              |            |
|--|--------------|------------|
| P25.1. Qual o tipo de construção:            | 1. Alvenaria | 2. Madeira |
| P25.2. Há energia elétrica?                  | 1. Sim       | 2. Não     |
| P25.3. Há disponibilidade de água encanada?  | 1. Sim       | 2. Não     |
| P25.4. Há ligação com a rede de esgoto?      | 1. Sim       | 2. Não     |
| P25.5. Há coleta de lixo regular em sua rua? | 1. Sim       | 2. Não     |

**P.26 Vamos falar um pouco sobre a condição de ser mulher. Eu vou apresentar algumas ideias e gostaria que você dissesse um valor de 0 a 10 para cada uma delas, de acordo com o grau de importância que tem para você. Zero significa sem importância e 10 significa muito importante. Você deve dar um valor dentro desta escala de 0 a 10. (Ler)**

	0 a 10
P26.1 Não sofrer violência doméstica	
P26.2 Ter igualdade na divisão do trabalho doméstico	
P26.3 Ter acesso a crédito (fazer compras parceladas)	
P26.4 Ampliar o poder de consumo	
P26.5 Aumentar a autoestima	
P26.6 Ter liberdade para escolher quantos filhos ter	
P26.7 Ter liberdade para escolher o/a parceiro/a sexual	
P26.8 Ter um/a companheiro/a	
P26.9 Ter liberdade para vestir-se como quiser	
P26.10 Ter liberdade para frequentar os lugares/ambientes que quiser	
P26.11 Ter satisfação sexual	
P26.12 Morar numa casa boa e confortável	
P26.13 Ter um trabalho remunerado	
P26.14 Participar das decisões do governo	

**P27. Agora, vamos falar sobre sua experiência na condição de mulher (Ler. Preencha com X)**

	Sim	Às vezes/ Mais ou menos	Não	NS/N R
P27.1 Você sofre ou já sofreu violência doméstica?				
P27.2 Na sua casa existe igualdade na divisão do trabalho doméstico?				
P27.3 Você tem crédito para comprar à prestação?				
P27.4 Depois de receber o PBF você tem mais poder de consumo?				
P27.5 Você tem boa autoestima?				
P27.6 Você tem ou teve liberdade para escolher ter filhos e quantos ter?				
P27.7 Você tem liberdade para se vestir como quiser?				
P27.8 Você tem liberdade para frequentar lugares/ambientes que quiser?				
P27.9 Você tem satisfação sexual?				
P27.10 Você tem liberdade para escolher seu parceiro sexual?				
P27.11 Você mora numa casa boa e confortável?				
P27.12 Você participa das decisões do governo?				

## ANEXO B- ROTEIRO PARA ENTREVISTA NARRATIVA

### **PERGUNTA GERATIVA:**

Gostaria que você me contasse sua história de vida. Me diga onde nasceu, onde cresceu, por quem foi criada. Se casou, teve filhos, com quem vive atualmente. Me fale também sobre sua experiência com a escola, com o trabalho, com a igreja e aqui com o CRAS. Eu gostaria de saber ainda sobre as dificuldades que você enfrentou e como fez para supera-las. Você pode levar o tempo que for preciso para isso! O que for importante para você me interessa.

### **EIXO 1- ESCOLARIZAÇÃO**

**P1.1** Sobre educação, você acha importante estudar?

**P1.2** Como você se saía/sai na escola?

**P1.3** Se você pudesse, teria estudado mais? E hoje, voltaria a estudar?

### **EIXO 2- TRABALHO**

**P2.1** Sobre o estudo que você tem, você acha que isso facilita suas oportunidades de trabalho?

**P2.2** Quais as dificuldades que você já encontrou no mercado de trabalho? E como você lidou com essa situação?

**P2.3** Você me disse que ganha ....., você acha justo esse valor?

**P2.4** Você me disse que trabalha desde ... anos de idade. Por quais motivos você trabalha? (**Para quem nunca trabalhou**) → Você me disse que nunca trabalhou. Por que motivo?

### **EIXO 3- ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**P3.1** Sobre o Bolsa Família, de que modo ele é importante para você e sua família?

**P3.2** Quais as dificuldades que você tinha antes de receber o Bolsa Família? Você já teve alguma dificuldade para cumprir as regras do Programa?

**P3.3** Você comentou que faz/fez um curso/projeto indicado pelo CRAS, como foi? Você acha que foi importante? Por que?

### **EIXO 4- FAMÍLIA/COMPOSIÇÃO DOMÉSTICA**

**P4.1** Agora vamos falar sobre família... O que você entende por família? O que você imagina quando falo a palavra família?

**P4.2 (Para quem foi mãe)** Você sempre quis ser mãe? Qual idade você tinha quando teve o primeiro? Você teria outros filhos? (**Para quem não foi mãe**) Você quer ser mãe?

**P4.3 (Caso tenha filha)** → Qual seria uma boa idade para sua filha ter filho? E quantos filhos você acha que seria o ideal ela ter?

**P4.4 (Se tem companheiro)** → Você me disse que mora com seu companheiro... isso faz tempo? Você foi casada outras vezes? Comente um pouco sobre a relação de vocês. (**Se não mora com companheiro**) → Você me disse que não mora com companheiro, mas você já foi casada? Teria vontade de se casar novamente?

**P4.5** Qual é a sua opinião sobre se casar ou ter um companheiro?

### **EIXO 5- FAMÍLIA E ORGANIZAÇÃO DOMÉSTICA**

**P5.1** Como vocês fazem para pagar as contas?

**P5.2** Como vocês dividem as tarefas da casa? Você acha essa divisão justa?

**P5.3** Quanto tempo você gasta, geralmente, com as tarefas domésticas em sua casa?

**P5.4** Quem você considera como a pessoa chefe da família ou responsável pela casa? Por quê?

**P5.5** Na sua opinião, como sua família enxerga o seu papel dentro dela? Também em sua opinião, qual o seu papel para tua família?

## **EIXO 6- GÊNERO E CIDADANIA**

**P6.1** Vamos falar um pouco mais sobre a condição de ser mulher. O que é ser mulher para você? Como você faria a comparação entre a sua história de vida e a história de vida da sua mãe?

**P6.2** Como você avalia as condições hoje no Brasil... homens e mulheres têm as mesmas oportunidades? Recebem os mesmos tratamentos?

**P6.3** Você já sofreu algum tipo de discriminação pelo fato de ser mulher? E violência, você já sofreu?

**P6.4** O que você pensa sobre a preferência das mulheres entre trabalhar fora ou cuidar da casa e dos filhos?

**P6.5** Ao longo da sua vida você recebeu apoio ou teve acesso a oportunidades para realizar suas necessidades e desejos? De onde ou de quem?

**P6.6** O que você pensa sobre a defesa dos direitos das mulheres?

**P6.7** Vamos falar um pouco sobre o tema da pobreza e das pessoas que vivem nessa situação. Na sua opinião, o que é estar em situação de pobreza? Você se considera uma pessoa pobre?

## **EIXO 6B – RELIGIÃO**

**P6B.1** Você frequenta alguma igreja? Como tem sido essa experiência?

## **EIXO 7- PROJETO DE FUTURO**

**P7.1** Ao longo da sua vida, qual foi o período ou momento mais difícil para você? E como você lidou com a situação? E qual foi o melhor momento/fase/período da sua vida? O que ou quem contribuiu para isso?

**P7.2** Agora vamos falar do futuro. O que você gostaria de conquistar para o seu futuro? O que você imagina para seus filhos?

## **EIXO 8 - ENCERRAMENTO**

**8.1** Você gostaria de acrescentar mais alguma coisa sobre o que conversamos até aqui ou destacar algum ponto?

**Nós agradecemos a sua colaboração! Tenha um Bom Dia/ Boa tarde!**